

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LUCIANO JOSÉ OKRASKA**

**PEDAGOGIA SOCIAL E SUA CONFIGURAÇÃO NO BRASIL: DA
INSTITUCIONALIDADE À ATUAÇÃO PEDAGÓGICA**

**CURITIBA
2013**

LUCIANO JOSÉ OKRASKA

**PEDAGOGIA SOCIAL E SUA CONFIGURAÇÃO NO BRASIL: DA
INSTITUCIONALIDADE À ATUAÇÃO PEDAGÓGICA**

Dissertação apresentada à Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti

**CURITIBA
2013**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

O41p
2013

Okraska, Luciano José
Pedagogia social e sua configuração no Brasil: da institucionalidade à atuação pedagógica / Luciano José Okraska ; orientador, Lindomar Wessler Boneti. – 2013.
115 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013
Bibliografia: f. 110-115

1. Educação. 2. Educação popular. 3. Educação inclusiva. 4. Alfabetização. 5. Conscientização. I. Boneti, Lindomar Wessler . II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 709
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

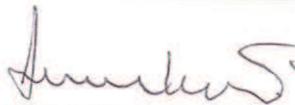
Luciano José Okraska

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, reuniu-se no Auditório Tristão de Ataíde da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti, Prof.^a Dr.^a Evelcy Monteiro Machado e Prof.^a Dr.^a Joana Paulin Romanowski para examinar a Dissertação do candidato **Luciano José Okraska**, ano de ingresso 2011, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Linha de Pesquisa História e Políticas da Educação. O mestrando apresentou a dissertação intitulada “PEDAGOGIA SOCIAL E SUA CONFIGURAÇÃO NO BRASIL: DA INSTITUCIONALIDADE À ATUAÇÃO PEDAGÓGICA”, que, após a defesa foi Aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16:15h. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca destaca a importância do estudo por se a Pedagogia social uma temática pouco investigada e sugere a publicação em artigos em eventos.

Presidente:

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti



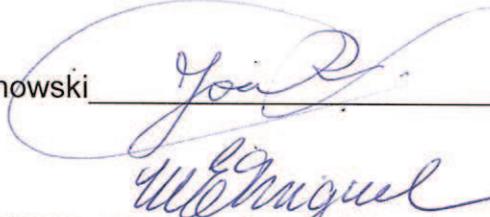
Convidado Externo:

Prof.^a Dr.^a Evelcy Monteiro Machado



Convidado Interno:

Prof.^a Dr.^a Joana Paulin Romanowski



Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Blanck Miguel

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGE/PUCPR

Dedico este trabalho ao meu pai Victório, o qual faleceu em agosto de 2012. A fragilidade de sua saúde, acompanhada de uma forma de sofrimento calada, nunca me privou de demonstrar e praticar o exercício do amor verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para encarar os inúmeros obstáculos enfrentados no decorrer do processo de geração desta dissertação de mestrado. Seguramente que, graças a esta força infinita, pude transformar limites em desafios superados.

Ao professor e orientador Lindomar Wessler Boneti, por acreditar no meu ideário e motivar-me a transformá-lo em um registro escrito, oriundo de abundante pesquisa, leitura e orientação. A sua amizade e confiança são inspiradoras.

À professora Evelcy Monteiro Machado, pela participação elucidativa na banca de qualificação desta dissertação, dando um novo norte a este trabalho. Certamente que eu não teria conseguido sem a sua orientação.

Aos colegas do Programa de Mestrado em Educação da PUCPR. A nossa troca foi muito enriquecedora.

A todos os professores do programa de mestrado que gentilmente compartilharam as suas experiências e não mediram esforços para atingirem o seu objetivo comum: o da disseminação do saber.

À colega Marilei S. Bullock pela confiança, inspiração e força. Você é grande...

À colega Jamile Cristina Ajub Bridi pela esmerada ajuda na formatação desta dissertação.

À minha família, esposa, mãe e irmãos. Obrigado pelo alento e apoio que acabei transformando em persistência.

A todas as pessoas que, de alguma forma, participaram e acompanharam o processo gerador desta dissertação de mestrado. Se esta jornada é pessoal, intransferível e quase que solitária, mesmo à distância, me senti bem acompanhado.

“Cabe ao homem achar dez verdades durante o dia. De outro modo, ele buscará verdades também durante a noite, pois sua alma ainda estará com fome”.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente estudo apresenta como problema as seguintes questões interligadas: considerando que o debate atual sobre a Pedagogia Social no Brasil tem origem no mundo acadêmico de outros países, e ainda considerando a experiência histórica brasileira de educação popular e de adultos, pergunta-se: como se caracteriza, no Brasil, a Pedagogia Social? Qual a sua forma de institucionalização e atuação pedagógica? Esta dissertação tem por objetivo geral compreender como se configura a Pedagogia Social no Brasil e quais as suas especificidades. Por objetivos específicos destacam-se conceituar o termo “Pedagogia Social”; historicizar a Pedagogia Social mundial, buscando compreender em que instância encontra-se o Brasil nela inserido; buscar desvendar como se configura a Pedagogia Social brasileira e, através das suas conformidades, procurar entender quais os atores envolvidos neste processo (incluindo a alfabetização de adultos de Paulo Freire), e de que forma estes atores vêm atuando; procurar compreender os processos e possíveis políticas públicas educacionais nacionais voltadas à Pedagogia Social; identificar, de forma mais contígua, possíveis rumos futuros para a Pedagogia Social brasileira. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a análise bibliográfica. Por se tratar de uma área de interesse relativamente nova no Brasil, e existir certa escassez de material nacional publicado a respeito, o referencial bibliográfico utilizado tem origem também em nações européias, especialmente de língua inglesa, e de outros países da América Latina. Utilizou-se como referencial bibliográfico autores como: Afonso Celso Scocuglia (Pedagogia Social, 2009), Antonio Carlos Gomes da Costa (Pedagogia Social, 2009), Evelcy Monteiro Machado (Pedagogia Social, 2009), João Clemente de Souza Neto (Pedagogia Social, 2009), Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, 1987) Roberto da Silva (Pedagogia Social, 2009) Rogério Moura (Pedagogia Social, 2009), Ranilce Guimarães-Iosif (Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil, 2009), Celso de Rui Beisiegel (A Educação Popular como Leitura de Mundo, 2010), Geraldo Caliman (Social Pedagogy and its potential for being transforming and critical, 2010) Danilo Streck e José Zitzkoski (Teses Centrais da Pedagogia Freireana, 2010) entre outros. O estudo leva a concluir que esta área de saber e atuação social, a qual em determinados momentos pode vir a ser confundida com Assistência Social, já venha ocorrendo há tempos no Brasil, mas o uso do termo “Pedagogia Social”, bem como dos conceitos e princípios teóricos a ela voltados, são recentemente apontados e adotados. Conclui-se também que à Pedagogia Social, deve ser atribuído o status de ciência pelo fato de esta trazer em sua essência características que nos permitem nominá-la como tal. A Pedagogia Social brasileira busca se consolidar no Brasil e, por possuir características peculiares, necessita de formação profissional, para que então possa auxiliar na diminuição da exclusão social e os abismos educacionais presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Pedagogia. Educação. Educação popular. Exclusão. Inclusão. Alfabetização. Conscientização. Desigualdade.

ABSTRACT

This current paper introduces us to problems such as the following interlinked questions: Taking into consideration that the current debate about Social Pedagogy in Brazil has its origins in the academic universe from other countries, and yet taking the historical Brazilian experience of popular education, as well as of adults, it is inquired: In Brazil, what is Social Pedagogy like? How is it institutionalized and what is its pedagogical applicability? This dissertation aims at a general understanding of how Social Pedagogy features in Brazil as well as its specific aspects. As its particular goals, it is highlighted to define the term “Social Pedagogy”; analyzing the world’s history of Social Pedagogy and, consequently, delineate how the Social Pedagogy in Brazil fits in it; try to unveil the Brazilian Social Pedagogy configuration and, through its conformities, try to understand who the involved actors in this process are (including the adult literacy program of Paulo Freire), and how these actors have been performing; try to understand the process and possible national public policies aimed at Educational Social Pedagogy; briefly analyze which is the Brazilian Social Pedagogy future. The methodology that has been used in this paper occurred through bibliographical analyses, as well as from published articles about Social Pedagogy. Once Social Pedagogy is a relatively new area of study and research, and for there is a certain lack of national published scientific material about it, its bibliography has also its origin in European nations, as well as from Latin America and also from some articles written and published in English. Some research has been carried out based on the most known authors from Social Pedagogy such as Afonso Celso Scocuglia (Pedagogia Social, 2009), Antonio Carlos Gomes da Costa (Pedagogia Social, 2009), Evelcy Monteiro Machado (Pedagogia Social, 2009), João Clemente de Souza Neto (Pedagogia Social, 2009), Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, 1987) Roberto da Silva (Pedagogia Social, 2009) Rogério Moura (Pedagogia Social, 2009), Ranilce Guimarães-Iosif (Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil, 2009), Celso de Rui Beisiegel (A Educação Popular como Leitura de Mundo, 2010), Geraldo Caliman (Social Pedagogy and its potential for being transforming and critical, 2010) Danilo Streck e José Zitkoski (Teses Centrais da Pedagogia Freireana, 2010), among others. This paper leads us to conclude that, even though this knowledge and social acting area have been presented in Brazil for a long time, the usage of the term Social Pedagogy, as well as its concepts and theoretical principals, have been recently pointed and adopted. It has also been concluded that to the Social Pedagogy should be given and used the science status once it brings in its core characteristics that allow us to name it this way. The Brazilian Social Pedagogy looks for its north and, because it has peculiar features, it needs professional development, so that it may decrease its social exclusion and the educational abysses present in its society.

Key words: Social Pedagogy. Pedagogy. Education. Popular education. Exclusion. Inclusion. Literacy. Awareness. Inequality.

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
FEEVALE	Faculdade do Vale do Rio dos Sinos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEO	Fundação Instituto de Ensino para Osasco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INAME	Instituto Nacional Del Menor
INAU	Instituto de La Ninêz y Adolescencia dês Uruguay
INEDD	International Doctorate Education
INEP	Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCP	Movimento de Cultura Popular
MST	Movimento dos Sem Terra
NESCCi	Núcleo de Estudos e Subjetividade, Cultura e Cidadania
NPI	Netherlands Pedagogich Institute
ONG	Organização Não Governamental
OXFAM	Oxford Committee for Famine Relief
PDNU	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SESI	Serviço Social da Indústria
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UPS	Università Pontificia Salesiana di Roma
USP	Universidade de São Paulo

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”. Paulo Freire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PEDAGOGIA SOCIAL: ENSAIO DE IDENTIFICAÇÃO CRONOLÓGICA DO PERFIL DOS ESTUDOS SOBRE A PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL	18
2 CONCEITUANDO E ESPECIFICANDO A “PEDAGOGIA SOCIAL”	366
2.2 Pedagogia Social e a Desigualdade Social	47
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PEDAGOGIA SOCIAL	66
3.1 A Pedagogia Social na Europa – da sua origem aos dias atuais.....	67
3.2 – A Pedagogia Social na América Latina.....	74
4. A PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: DA INSTITUCIONALIDADE À ATUAÇÃO PEDAGÓGICA.....	77
4.1 A Pedagogia Social no Brasil: do legado pioneiro de Paulo Freire à investigação da Pedagogia Social atual	83
4.1.1 Traços de Pedagogia Social no trabalho educacional de Paulo Freire..	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

As experiências vivenciadas no transcorrer do meu curso de graduação em Pedagogia pela Faculdade Cenecista de Campo Largo- PR (de 2004 a 2008), aliadas a uma série de campanhas filantrópicas e de cunho sócio-educativo que venho desenvolvendo, como por exemplo, ministrar aulas de inglês de forma voluntária para o menor carente do município supracitado, além de inúmeras campanhas sociais nos mais diferentes âmbitos, fizeram despertar em mim um interesse muito particular em aprofundar os meus conhecimentos e estudos sobre a educação nas suas mais diversas formas.

O que fez nascer em mim, como pesquisador acadêmico, relativo e particular interesse pela temática Pedagogia Social foi, em primeiro lugar, o fato de me entender como cidadão; um ser que vive em sociedade e que por isso trás em sua essência a compreensão de que todo problema presente nela pertence a mim também, cabendo a mim a busca por soluções que possam vir a amenizá-los. Acredito que a busca por soluções e o encontro com elas só serão disponibilizados se eu tiver agregado determinado conhecimento sobre a temática que proponho. Há tempos venho desenvolvendo projetos sociais que, de uma forma ou outra, vêm me guiando e aproximando, direta ou indiretamente, deste objeto de estudo. Certamente que esta identificação tornou o processo de pesquisa que originou este documento, apesar da responsabilidade intrínseca a ele, muito mais prazeroso. Do mesmo modo, acredito que o desenvolvimento deste trabalho e os resultados advindos deste podem vir a contribuir com outros pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação desta e outras instituições de ensino.

Atuando nas mais distintas frentes, como por exemplo, na colaboração da montagem do acervo da Biblioteca do Hospital Infantil Waldemar Monastier em Campo Largo, percebi que a minha perspectiva política-crítica não vem me acompanhando apenas dentro da sala de aula como docente, profissão que exerço há mais de 17 anos, mas também em outros espaços, educativos ou não, informais ou não formais, mas de igual representatividade e relevância. Os abismos sociais com os quais venho me deparando, e que se encontram

registrados em www.okraska.blogspot.com, têm me incomodado incessantemente. Enfim, esta nítida sensação de incômodo me levou a buscar por formação continuada; por certa intervenção pedagógica diferenciada. Percebi que existem muitos desafios a serem enfrentados; desafios estes que me obrigaram a buscar por conhecimento e a aprofundar as informações das quais, até então, me apropriei. Desde então, a perspectiva e os conceitos daquilo que abrange a educação ganharam uma nova conotação para mim, não apenas de forma pessoal e intransferível, mas acima de tudo inspiradora.

Se à educação são atribuídos inúmeros conceitos, certamente que a interpretação que damos à ela também varia de acordo com o contexto atribuído: Libâneo (1998, p.22) define educação como o conjunto de ações, processos, influências e estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. Já Brandão (2007, p.7), por sua vez, afirma:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida à educação.

No âmbito legal, a Constituição Federal a garante e avaliza:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, artigo 205).

Se compreendermos que o homem se educa na relação com outros homens e com o mundo em que se encontra inserido, aliado à compreensão da educação como um processo constante e permanente, perceberemos a grande diversidade de modalidades educativas que não correspondem necessariamente ao modelo escolar conhecido.

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e

pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Mas, por outro lado, a escola regular tem historicamente se mostrado limitadamente capaz de dar conta da sua tarefa central da difusão de saberes científicos e sistematizados, e de dar conta de outros papéis como buscar uma sociedade mais humana, política e socialmente justa, ética e includente. Não caberá este papel a uma nova área de saber que possa atuar também na educação não formal, senão sócio-comunitária? Será esta fenda o espaço de atuação de uma pedagogia mais includente, e cujo foco de atuação seja a sociedade menos favorecida, buscando incluí-la no cenário sócio-econômico mundial?

Ribeiro (2009) nos convida a refletir sobre os diferentes modos de educação, inclusive a social, indagando-nos sobre os pontos e aspectos que estas possam vir a ter em comum:

E a Educação Social, um conceito que emerge a partir dos anos 1990, no auge das forças das políticas neoliberais, o que seria? A Educação é reconhecida, por parte das correntes teórico-epistemológicas – da mais conservadora à de esquerda mais radical –, pelo seu caráter social. Não é estranho que esse caráter social que a sustenta se torne apenas um adjetivo qualitativo? O que separa a Educação simplesmente da Educação qualificada como social, e o que une aquela a esta? (RIBEIRO, 2009, p.160).

Enfocando o atual debate sobre esta área de saber e atuação social, percebe-se que a Pedagogia Social não está apenas consolidada em determinado número de países europeus, mas também na América do Norte e ainda mais presente em alguns países da América Latina. Trata-se de uma temática amplamente discutida por autores em diferentes países como os alemães Hans-Uwe Otto e Bernard Fichtner, o italiano Geraldo Caliman, os portugueses Manuel Loureiro e Steven Casteleiro, e os espanhóis Antonio Petrus, Cristina Centeno Soriano, Paciano Feroso, José Antonio Caride, Susana Torio López, entre outros. Estes autores vêm nos ajudando a compreender os conceitos teóricos da Pedagogia Social, sua fundamentação teórica, sua história e área de atuação, enfim, a sua essência. Dentre estes autores, em meio a tantos outros de semelhante importância na Pedagogia Social mundial, destacam-se as obras e

artigos: “Origens da Pedagogia Social” (OTTO, 2009), “Transgressões Convergentes” (FICHTNER, 2006), “Paradigmas da Exclusão Social” (CALIMAN, 2008), “Pedagogia Social em Portugal” (LOUREIRO; CASTELEIRO, 2008), “La Pedagogía Social em España” (TORIO LOPEZ; 2009). Em meio aos que mais se destacam no tocante à Pedagogia Social na América Latina destaca-se o educador uruguaio Jorge Camors, autor do artigo “A Pedagogia Social na América Latina” (2009). As obras aqui mencionadas têm somente o objetivo de apontar alguns registros; fragmentos de um vasto material bibliográfico publicado pelos autores mencionados, sendo que apenas certo número destas obras foram utilizadas como referência no decorrer do processo de desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

No entanto no Brasil, mesmo considerando que experiências de atividades e ou educação popular, como o caso do Método de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire, uma vez que a sua ação carrega em seu cerne aspectos peculiares à Pedagogia Social, a denominação “Pedagogia Social” ainda é recente. Se porventura na pedagogia proposta por Paulo Freire encontravam-se traços de Pedagogia Social, em momento algum o educador utilizou-se do termo para definir a sua ação; questão esta que será discutida no decorrer desta dissertação. Nas últimas décadas esta temática tem chamado a atenção dos estudos acadêmicos na medida em que se verifica relevante e necessária intenção em debatê-la, e por que não afirmar “nominá-la”, buscando compreender de que forma esta se dá e se configura. No caso brasileiro, as inquietações acadêmicas não se limitam apenas a termos específicos de sua prática e onde esta é aplicada, mas igualmente à sua fundamentação e teorização. De tal modo, autores nacionais tais como Evelcy Monteiro Machado, Sueli Maria Caro, Marlene Ribeiro, Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto, Rogério Moura, vêm recentemente se dedicando à investigação desta temática. Vale a ressalva de que em 2009 todos os autores supracitados colaboraram com seus artigos para a publicação da obra brasileira intitulada “Pedagogia Social” e organizada por João Clemente de Souza Neto, Roberto da Silva e Rogério Moura, e voltando a reunirem-se em 2011 para a publicação de “Pedagogia Social – Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social. Uma observação cabível neste

momento é de que estes são apenas alguns dos inúmeros autores que há tempos vem demonstrando interesse e pesquisando o tema proposto nesta dissertação de mestrado. Muitos outros autores serão mencionados e utilizados no decorrer do desenvolvimento deste documento.

As disciplinas isoladas que cursei antes de ingressar oficialmente no programa de Mestrado em Educação da PUCPR, bem como as demais cursadas já como mestrando, foram cruciais no momento da definição do meu objeto de estudo, a Pedagogia Social. Estas me conduziram a estudar práticas educativas que vão além do espaço físico designado escola, me auxiliando a compreender a existência de uma pedagogia que vai além da relação escola x professor x aluno. Também no ano de 2009 acompanhei, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, o lançamento da obra Pedagogia Social dos organizadores: Rogério Moura, João Clemente Souza Neto e Roberto da Silva, obra esta que conta com a participação, entre outros, da professora Evelcy Monteiro Machado. Assistir ao lançamento de “Pedagogia Social” aliado à discussão promovida no evento, aguçaram ainda mais o meu interesse pela Pedagogia Social brasileira, e as questões debatidas em um universo de particularidades a serem examinados, inevitavelmente, me guiaram a produzir esta dissertação de mestrado.

Tendo delineado o meu objeto de estudo e contando com a obra Pedagogia Social (2009), dediquei-me à construção de um ensaio de identificação cronológica do que foi produzido no Brasil a cerca da Pedagogia Social. A partir deste ensaio foi possível constatar que o número de obras nacionais publicadas é menor que o de artigos publicados em torno da Pedagogia Social. Muitos capítulos destas obras, bem como trechos destes artigos, foram utilizados como referência no decorrer do processo de escrita desta dissertação. Além destes, me apoiei também na literatura estrangeira européia sobre Pedagogia Social, uma vez que estes, até mesmo por questões históricas, possuem um acervo publicado muito superior ao brasileiro. O percurso da escrita desta pesquisa, quase como se ela ganhasse vida própria, passou a exigir um fichamento e leitura cada vez maiores, a partir do momento que novas questões foram surgindo, como por exemplo, o fato da Pedagogia Social ser considerada ciência ou não, ou então,

dentro da atuação de Paulo Freire, se o seu legado possui ou não características e traços da Pedagogia Social.

Quanto aos objetivos propostos nesta dissertação de mestrado, estes são, inicialmente, compreender de que forma a Pedagogia Social se configura no Brasil, e para tal buscaremos, mais especificamente: a) compreender o processo de como se configura a Pedagogia Social mundial, e de que forma o Brasil encontra-se nela inserido; b) apontar quais são as suas especificidades de embasamentos teóricos e de sua atuação. Ao mesmo tempo, c) buscar pontuar a história e a evolução da Pedagogia Social brasileira, além de d) analisar os seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Busca do mesmo modo esta dissertação, e) compreender se o Brasil interpreta Pedagogia Social como educação não formal e, por sua vez, se esta não vem sendo confundida com o trabalho do Assistente Social, com práticas educativas desenvolvidas por ONGs ou por movimentos sociais, ou ainda como uma tarefa agregada às funções do Pedagogo Escolar regular.

No desenvolvimento desta, buscou-se apontar para realidades e problemas pertinentes à temática proposta, indicando o progresso histórico da Pedagogia Social em solo nacional e o futuro desta área de conhecimento e atuação. Enfim, a pergunta norteadora no decorrer do desdobrar deste estudo é: “Como se configura a Pedagogia Social no Brasil?”

Em relação à natureza das fontes utilizadas na abordagem e tratamento do objeto de estudo, a Pedagogia Social, empregou-se a forma de pesquisa denominada por Severino (2000, p.122) como bibliográfica, apoiando-me em registros disponíveis decorrentes de pesquisas prévias e documentos impressos como livros, artigos, teses, e também com material disponível *online* de acordo com o que está registrado nas referências desta dissertação de mestrado. A contribuição dos autores mencionados no decorrer deste documento foi vital para a existência do mesmo, principalmente no tocante aos conceitos abstraídos e conclusões alcançadas. Uma vez que a proposta desta dissertação de mestrado é analisar a forma teórica como a Pedagogia Social se configura no Brasil, definindo conceitos e analisando parâmetros, entendemos, a priori, não existir necessidade de haver pesquisa de campo neste momento, reservando esta para estudos

posteriores. A pesquisa bibliográfica fora realizada na perspectiva de atender aos objetivos geral e específicos anteriormente mencionados. Reforça-se que, por se tratar de uma área de interesse e de estudo relativamente nova, apesar da temática vir despertando grande interesse no meio acadêmico, originando significativas publicações, livros, dissertações e teses, conforme mostra o quadro “Estado da Arte” no capítulo I deste documento, grande parte do material utilizado teve origem em nações européias e em outros países da América Latina. Obras a respeito da Pedagogia Social, quer sejam de autores nacionais ou estrangeiros, bem como artigos e publicações concernentes ao tema em questão foram lidos, consultados e utilizados na elaboração deste documento.

1 PEDAGOGIA SOCIAL: APONTAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CRONOLÓGICA DO PERFIL DOS ESTUDOS SOBRE A PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL

Trata-se inicialmente, no presente capítulo, de realizar um ensaio de identificação cronológica dos estudos realizados sobre a Pedagogia Social no Brasil e seus respectivos perfis (ver Quadro 01). O processo investigativo foi alcançado utilizando-se dos sites SCIELO Proceedings, dia-a-dia educação, CAPES, Anped e INEP artigos, teses, dissertações e monografias de mestrado e doutorado a respeito do tema supracitado. Alguns títulos não trazem em si os vocábulos “Pedagogia Social” explícitos, contudo os carregam em sua essência e conteúdo.

Como o tema Pedagogia Social é considerado relativamente recente no meio acadêmico, fez-se necessários buscar outras fontes de pesquisa além dos sites acima mencionados. Neste sentido, o Portal da Pedagogia Social foi um grande colaborador e, o que nele se encontra publicado, também aparece categorizado no quadro que segue abaixo. A intenção de tal levantamento é a de mostrar o crescente interesse por parte de graduados, mestrados e doutorados a respeito da temática proposta; contudo, não ousamos afirmar que os quadros abaixo contemplam tudo que fora publicado até o presente momento. É possível que muitos trabalhos acadêmicos produzidos a respeito da Pedagogia Social não se encontrem listados abaixo. Isto se deve ao fato de estes não terem sido publicados nas fontes acima mencionadas.

De qualquer forma, a validade do levantamento abaixo descrito e de seu resultado está na constatação do fato de que o Brasil possui a sua própria Pedagogia Social, e de que há um crescente empenho, por parte de autores, estudiosos e acadêmicos, em compreendê-la, interpretá-la e apontar não apenas onde ela se localiza, mas também quais serão os seus rumos futuros.

Quadro 01: Quadro síntese de um ensaio de identificação cronológica dos estudos realizados sobre Pedagogia Social no Brasil, até 2012, e seu perfil.

Artigos, Teses, Dissertações e Monografias de mestrado e doutorado encontrados nos sites do SCIELO Proceedings, dia-a-dia educação, CAPES, Anped e INEP e acessados até a data de 30 de abril de 2013				
ANO	IES	TÍTULO	Subcategoria: Autores	Palavras-chave
1992	PUC/S P	De menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais	João Clemente de Souza Neto	Menor. Genocídio. Entidades assistenciais
1997	PUC/S P	A urdidura da cidadania no cotidiano da criança e do adolescente abandonados	João Clemente de Souza Neto	Adolescentes. Crianças. Abandono
2005		A pedagogia numa perspectiva social	Sônia Miranda Guariza	Não apresenta resumo
2005	PUC-Campinas	Educador social- proposta de formação e descrição do perfil	Sueli Maria Pessagno Caro	Educador social. Auto-estima. Empatia. Adversidade e competência. Transformações da sociedade
2005	BBE	Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade	Jaqueline Moll	Não apresenta resumo.
2005	UFMG	Maria Guilhermina Moreira de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora	Carla Chamon Simone	Pedagogia. Fé reformada. Trajetória profissional.
2005	Universidade de Passo Fundo	Pedagogia social: um saber necessário?	Irany Clemente Comin; Celso Ilgo Henz; Selina Maria Dalmoro	Pedagogia social. Lutas das organizações. movimentos sociais.
2006	An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social	A pedagogia libertária: um resgate histórico	Dra. Maria Aparecida Macedo Pascal	Imigração. Pedagogia libertária. Educação integral. João Penteado. História da Educação.
2006	Instituto de Ciências Humanas-Letras e	Educação não escolar: refletindo sobre práticas para uma (outra) epistemologia da pedagogia social	Dinora Zucchetti; Tereza Eliana Perez Gonçalves de Moura	Educação. Pedagogia Social. Interdisciplinaridade, âmbito escolar. Inclusão social.

	Artes			
2006	USP	Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil	Antonio Carlos Gomes da Costa	Proteção. Vigilância, Compaixão. Repressão. Plano jurídico legal.
2006	USP	Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção	Maria Stela Santos Graciani	Pedagogia social. Pedagogia social de rua. Mapa da exclusão social. Fundamentos da educação.
2006	Faculdade de Educação e Psicologia/UCP	Pedagogia social- uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação	Isabel Baptista	Pedagogia social. Ciências da educação. Problematização X ação.
2006	REVISTA DE EDUCACIÓN	Pedagogía social y pedagogía escolar: la educación social em la escuela	José Ortega Steban	Educação/pedagogia social. Dinamizar e educar.
2006	ULUSO FONA	Uma aproximação à pedagogia-educacional social	Andrés Soriano Díaz	Pedagogia educacional social. Educação social.
2007	PUCRS	Pedagogia social: discursos e práticas: um estudo da ammp (sl/rs)	Cristiane Ramos Vieira; Maria Helena Câmara Bastos	Educação. – Sociologia educacional. Pedagogia organizações não-governamentais. Educação informal educação.
2007	UFRJ	Pedagogia social: relato de uma experiência vivenciada no projeto significarte, tecendosignificados por meio da arte	Teresa Claudina de Oliveira Cunha; Vânia Machado Seabra Puglia	Diversidades social e cultural. Desigualdades sociais. Teorias metodologia.
2008	FEEVALE	A pedagogia social e as racionalidades do campo socioeducativo	Dinora Tereza Zucchetti	Não editado.
2008	Universidade	Aspectos da pedagogia social presentes na	Dalmo de Oliveira Souza e Silva; Silvia	Educação. Comunicação. Política

	Metodista de São Paulo	elaboração de plano diretor participativo	Gattai	pública.
2008	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programas de contra turno social para crianças e adolescentes na cidade de Maringá-pr	Paula Marçal Natali; Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	Contra turno social. Crianças e adolescentes. Risco social e Direitos.
2008	Universidade Estadual de Maringá	Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes	Olívia Maria Costa Grangeiro de Sousa; Maria de Fátima Pereira Alberto	Trabalho precoce, escolarização. Crianças e adolescentes. Pedagogia social.
2009	UEPG	A pedagogia social na educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no brasil	Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula; Érico Ribas Machado	Formação de educadores. Pedagogia Social. Pesquisa.
2009	UNIVERSIDADE DO PARANÁ	A pedagogia social na educação infantil: possibilidades de trabalho com a comunidade.	Alessandra de Fátima Borges Gomes	Educação Infantil. Pedagogia Social. Famílias.
2009	UEPG	Pedagogia: concepções e práticas em transformação	Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula; Érico Ribas Machado	Pedagogia. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Pedagogia Social. Formação de professores.
2010	UEPG	Pedagogia hospitalar na pedagogia social: reflexões teóricas	Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	Pedagogia Hospitalar. Pedagogia Social. Crianças. Adolescentes.
2010	USP	Pedagogia social: (des)calçada no Brasil e no mundo	Daniella de Souza Bezerra	Indistinta. Inconclusa e indébita ciência, cujo objeto é o homem.
2010	USP	Pedagogia social no Brasil: antecedentes, inspirações, <i>status quo</i> e tendências	Daniella de Souza Bezerra	

Fonte: sites do SCIELO Proceedings, dia-a-dia educação, CAPES, Anped e INEP e acessados até a data de 30 de abril de 2013.

Informações disponíveis no site Portal da Pedagogia Social com extensão em proceedings.scielo a respeito dos I (2006), II (2008), III (2010) e IV (2012) Congressos Internacionais de Pedagogia Social				
ANO	IES	Título	Subcategoria: autores	Palavras-chave
ANAIS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL				
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A centralidade da família na política de assistência social	Elizabeth Terezinha Silva Rosa	Serviço Social. Família. Pesquisa.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A cultura como base tecnológica na construção do conhecimento: uma experiência com jovens em situação de risco social	Eugênia-Maria de Mendonça Rodrigues	Educação não-formal. Arte-educação. Formação continuada. História de vida.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A educação escolar do adolescente em conflito com a lei: as medidas sócio-educativas em estudo	Andreza Garcia Lopes	Estatuto da Criança e do Adolescente. Ato infracional. Medidas sócio-educativas. Adolescente. Inclusão social.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A escola diante de alunos em <i>situação de risco</i> : um antídoto ou uma armadilha?	Ana Paula Ferreira de Paula	Educação. Escola. Identidade. Estigma. Antídoto.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A função da escola na construção de valores sócio-morais: os temas transversais na cultura da descartabilidade	Clary Milnitsky-Sapiro	Infância. Adolescência. Valores sócio-morais. Contemporaneidade.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A pedagogia social de Paulo Freire como contraponto da	Afonso Celso	Paulo Freire. Educação.

	Congresso Internacional de Pedagogia Social	pedagogia globalizada	Scocuglia	Cultura. Globalização.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	A pedagogia de Paulo Freire nos <i>quatro cantos</i> da educação da infância	Adilson de Angelo	Paulo Freire. Educação. Educação da Infância. Pedagogia da conscientização Pedagogia da infância.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	Ciudad educadora: un desafío político participativo	Edesmin Wilfrido Palacios Paredes	Government. City. Political. Citizen. Participation.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	Expropriação da vida nas ocupações marginais: a migração nordestina para a Zona Leste de SP	Elisabete Costa Dantas	Migração. Guaianazes. Kolping. Periferia. Identidade.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil	Antonio Carlos Gomes da Costa	Resumo e palavras chave não disponíveis.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	O ambiente de abrigo como <i>holding</i> para adolescentes	Ana Paula Granzotto de Oliveira	ECA. Abrigo. Holding. Ambiente Infância. Adolescência.
2006	In Anais do I	O circo social e a possibilidade de construção de uma nova	Ana Paula	Educação não-formal. Circo

	Congresso Internacional de Pedagogia Social	prática educativa para classes populares: um relato de experiência das percepções e vivências de educadores sociais	Rassan	social. Formação continuada. Paulo Freire.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social	Sociodramas familiares: em busca de novas conexões afetivas	Fátima Cristina Costa Fontes	Intervenção psicossocial. Sociogenograma. Genograma. Sociodrama.
2006	In Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social			
ANAIS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL				
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	A Pedagogia do Grupo de Teatro União e Olho Vivo nas décadas de 60 a 80	Antonio Luiz de Quadros Altieri	Cultura política; Aprendizado Social. Sentidos sociais. Educação não-formal. Teatro.
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	A Pedagogia Social na Educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil	Ercília Maria Angeli Paula e Érico Ribas Machado	Formação de educadores. Pedagogia. Pedagogia Social. Pesquisa.
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	As propostas pedagógicas do movimento negro no Brasil	Ivan Costa Lima	Movimento Negro. Negros e Educação. Movimentos Sociais. Relações raciais.

2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar	Fernando José Martins	Educação do Campo. Ocupação.
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	Educação escolar pública na perspectiva de jovens protagonistas participantes de uma ONG	Denise Maria Reis	Educação Escolar Pública. Educação Não-Escolar. Educação Popular. Processos Educativos. Participação Social. Protagonismo Juvenil.
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	Educação não formal de crianças e adolescentes: expectativas quanto ao programa de Núcleos Comunitários em Campinas	Cristiane Gonçalves de Oliveira	Educação não-formal. Assistência Social. Políticas Públicas.
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	Educação Sócio-comunitária: delimitações e perspectivas	Paulo de Tarso Gomes	Educação Sócio-Comunitária. Comunidade. Sociedade. Intervenção educativa.
2008	In Anais do II Congresso Internacional de Pedagogia Social	Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia	Patricia Perez Morales	Educação Ameríndia. Ancestralidade. Educação intercultural. Mitohermenêutica. Antropologia Educacional.
2008	In Anais do II Congresso Internac	Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro	Hélio Roberto Braustein	Mulheres. Violência contra a mulher. Prisão. Criminalidade.

	ional de Pedago gia Social			Criminologia. Políticas Públicas.
2008	In Anais do II Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Imagens sobre o trabalho: notas para uma pedagogia juvenil	Antonio Luiz de Quadros Altieri	Juventude. Trabalho. educação social. Projetos de qualificação profissional.
2008	In Anais do II Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	O desafio das escolas públicas e dos Conselhos Tutelares na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente	Isis S. Longo	Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. Direitos. Escola Pública.
2008	In Anais do II Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Comunitária	Kenya Paula Gonsalves da Silva	Educação Comunitária. Escola Pública. Comunidade. Território. Cidadania.
2008	In Anais do II Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Uma escola diferente: a construção de um projeto pedagógico de escola no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro	Marcos Antonio da Costa Santos	ECA. Sistema sócio- educativo. Projeto pedagógico. Instituição total. Disciplina.
2008	In Anais do II Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Teatro, gesto e atitude: investigando a prevenção das DSTs e AIDS por meio de técnicas dramáticas com um grupo de presidiários	Robson Jesus Rusche	Teatro. Prisão. Educação.
ANAIS DO III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL				
2010	In Anais do III Congre	A educação social e a contribuição das famílias em Angola	Carlos Pedro Cláver Yoba; Francisco	Educação. Família. pais [tutores]. filhos

	ss Internac ional de Pedago gia Social		Antônio Macongo Chocolate.	[educandos].
2010	In Anais do III Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	A Pedagogia Social no contexto brasileiro: análises de possíveis aproximações ou distanciamentos das áreas de Educação Popular e dos Movimentos Sociais	Érico Ribas Machado	Pedagogia Social. Educação Social. Educação Popular. Movimentos Sociais.
2010	In Anais do III Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Atuação profissional do educador social penitenciário: o caso do sistema penitenciário do Amapá.	Eliane Leal Vasquez; , Edmar Souza das Neves	Ciência Penitenciária. Sistema penitenciário amapaense. Pedagogia Social. Educador social penitenciário. Assistências e trabalho.
2010	In Anais do III Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Aulas de Educação Física com adolescentes em conflito com a lei	Willian Lazaretti da Conceição	Educação Física escolar. Adolescentes. Privação de Liberdade. Pedagogia Dialógica.
2010	In Anais do III Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Epistemologia da educação social de rua	Jacyara Silva de Paiva	Educador Social. Pedagogia Social. Educação Social.
2010	In Anais do III Congre sso Internac ional de Pedago gia Social	Influências do educador social nas práticas educativas para crianças e adolescentes: Programa Bairro Escola Barueri	José Nildo Oliveira Soares	Educação social. Criança e adolescente. Comunidade.
2010	In Anais	Interface of the education and	Sarah Tarcisia	Saúde.

	do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	health through the action research	Carvalho; Sabrina Corral-Mulato; Gisele Coscrato ; Sonia Maria Villela Bueno.	Educação para a Saúde. Pesquisa-ação. Pedagogia Social.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	O Educador Social: relato de uma experiência na comunidade	Wagner de Oliveira Thomaz	Prática. Reflexão. Educador social. Comunidade.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Os educadores e suas representações sociais da base epistemológica da Pedagogia Social do Projeto Axé.	Antonio Pereira	Epistemologia. Pedagogia Social de Rua. Projeto Axé. Teoria das Representações Sociais.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Pedagogia hospitalar na Pedagogia Social: reflexões teóricas	Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	Pedagogia Hospitalar. Pedagogia Social. Crianças. Adolescentes.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso	Rita de Cássia Oliveira; Flávia da Silva Oliveira; , Paola Andressa Scortegagna	Empoderamento. Pedagogia Social. Educação Não-Formal. Educação Permanente. Terceira Idade.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Pedagogia Social: un campo disciplinar en construccion. Un desarrollo curricular incipiente y una práctica con historia. Abril, 2010	Marcelo Krichesky	Não publicado.
2010	In Anais	Pedagogia social y práxis	Eusébio Nájera	Pedagogía

	do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	educativo social	Martinez	social. Educação. Ação socioeducativa. Políticas educacionais.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Perspectivas educacionais em revista: explorando as interfaces da educação social	Carla Juliana Pissinatti Borges	Não publicado.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Políticas públicas de educação nos presídios: práticas sócio-educativas estimulam alunos no processo de ressocialização em Minas Gerais.	Jussara Resende Costa Santos	Práticas sócio-educativas. Políticas Públicas. Pedagogo. Ressocialização.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Reflexões acerca dos direitos humanos e as medidas sócio-educativas	Ivana Aparecida Weissbach Moreira	Direitos humanos. Medidas sócio-educativas. Adolescente em conflito com a lei.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	SENAI's Professional courses in the perspective of social pedagogy?	Loni Elisete Manica	Educação. Profissional. Pedagogia. Social. Inclusão.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Social performance of the physical education professional in a program of P. E. to elderly	Mesaque Silva Correia; Carlos Alberto Treff Junior; Maria Luzia de Jesus Miranda	Pedagogia Social. Atividade Física. Idosos.
2010	In Anais	Social professional's profile from	Abreu, Domingos	Educadores

	do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Fortaleza: labor conditions and labor aspirations	Sávio; Xavier, Natália Pinheiro; Silva, Roberto dos Santos da	sociais de rua. Perfil pessoal e profissional. Condições de trabalho. Aspirações de trabalho.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	To be adolescent and child in the Brazilian society: passed and present of the history of youthful rights	Isis S. Longo	Direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Menoridade. Exclusão. Pedagogia Social.
2010	In Anais do III Congresso Internacional de Pedagogia Social	Trampas teóricas y conceptuales de la Pedagogía social en construcción	Violeta Núñez	Não publicado.
		Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social		
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Adolescente em conflito com a lei: questões para a formação do educador social.	Emerson Zoppei	Pedagogia Social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Adolescente Infrator. Medidas Socioeducativas.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	As relações entre a pedagogia social e a educação popular no Brasil	Érico Ribas Machado	Pedagogia Social. Educação Popular. Paulo Freire. Paul Natorp.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Brinquedotecas comunitárias: o lúdico como ferramenta para inclusão social.	Luciana Carolina Cleto de Souza	Inclusão Social. Brinquedoteca Comunitária. Trabalho com Famílias. Pedagogia Social.

	gia Social			
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Construindo uma pedagogia social de cuidado à criança ação socioeducativa com graduandos.	Maria das Graças Barreto da Silva; Conceição Vieira da Silva Ohara; Nathalie Sales Llaguno.	Pedagogia Social. Enfermagem Pediátrica. Massagem em Bebês. Humanização do Cuidado. Pesquisa Qualitativa Fenomenológica.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	É possível perder-se no universo socioeducativo? Notas sobre o campo da Educação Social e sobre seus diálogos internos.	Sanna Ryyänen	Pedagogia social. Educação social.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Educação social de rua: renovando os debates e as práticas.	Jacyara Silva Paiva	Formação. Educação social de Rua. Educador de Rua. Pedagogia Social.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Educação Social e relações com especificidades socioeducativas.	Evelcy Monteiro Machado	Educação Social. Participação. Pedagogia Social. Especificidades socioeducativas.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Génesis y construcción de una disciplina en venezuela: la pedagogía social. Reflexiones desde la transformación curricular en la universidad pedagógica experimental libertador.	Isabel Elena Peleteiro Vázquez; de Tovar, Meylieng García	Pedagogía Social. Formación Docente. Transformación Curricular. Investigación-Acción. Seguimiento al egresado.
2012	Anais do IV Congresso	Interfaces da pedagogia social em programas socioeducacionais	Juliana Santos Graciani	Pedagogia Social. Direitos Humanos.

	ssó Internacional de Pedagogia Social			Programas Socioeducacionais.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Ligações esquecidas: requisitos para uma pedagogia social latino-americana.	Danilo R. Streck	Pedagogia social. Educação popular. Teoria pedagógica. Klaus Mollenhauer.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	O direito à educação sob a perspectiva da pedagogia social.	Sheila Agda Ribeiro da Silva, SILVA, Roberto da e LOPES, Roseli Esquerdo	Pedagogia Social. Educação. Direitos da Criança e do Adolescente. Direitos Humanos.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Pedagogia social a serviço da juventude: investigação sociodramática em um ato.	Marino, Marília Josefina.	Pedagogia Social. Juventude. Projeto de Vida. Sociodrama. Espontaneidade. Criatividade.
2012	Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social	Pedagogia Social: currículo, memória e desenvolvimento humano.	Espósito, Vitória Helena Cunha, Noffs, Neide de Aquino e Silva, Andréa Paiva da	Pedagogia social. Currículo. Memória. Desenvolvimento humano.

Quadro 2: Informações disponíveis no site Portal da Pedagogia Social com extensão em proceedings.scielo a respeito dos I (2006), II (2008), III (2010) e IV (2012) Congressos Internacionais de Pedagogia Social

Os quadros acima apresentados nos dão um mapeamento aproximado do que fora e vem sendo produzido e pesquisado por cientistas acadêmicos em relação à Pedagogia Social no Brasil. O desenvolvimento cronológico destes trabalhos corresponde essencialmente ao período que vai de 2005 a 2012 e nos

mostra o nítido amadurecimento em relação aos temas transversais advindos do tema-eixo, a Pedagogia Social. As primeiras dissertações e artigos desenvolvidos referem-se mais aos aspectos históricos e conceituais da Pedagogia Social mundial, e, posteriormente brasileira. Porém, a partir do I Congresso Internacional de Pedagogia Social de 2006, percebe-se através dos títulos presentes nos Anais destes que a Pedagogia Social começa a debater temáticas mais específicas, como por exemplo, a família, o adolescente, o aluno em situação de risco, o negro, o sistema penitenciário brasileiro, entre outros. Presume-se que, se a partir de certa data há um aumento no interesse em dissertar sobre as especificidades da Pedagogia Social, e em focar particulares áreas de atuação desta, isto se deve ao fato da Pedagogia Social provavelmente ter tido a sua fundamentação e pressupostos teóricos explorados mais amplamente nos primeiros estudos que a contemplaram. Basta verificarmos que, dos trabalhos apresentados nestes congressos desde 2006, apenas 05 ou 06 foram intitulados com termos voltados à fundamentação e histórico da Pedagogia Social. Contudo, este olhar pode demonstrar um recorte limitado em torno da fundamentação e pressupostos teóricos que norteiam a Pedagogia Social, até por que o número de obras publicado a respeito da Pedagogia Social no Brasil é infinitamente menor que o de artigos sobre a mesma temática. Certamente que há espaço para uma exploração mais abrangente sobre estas.

No tocante aos trabalhos terem sido desenvolvidos em universidades e instituições públicas ou privadas, percebe-se que, no que fora publicado nos sites do SCIELO proceedings, dia-a-dia educação, CAPES, Anped e INEP, no período que corresponde ao ano de 1992 até 2010, 53,85% (14 títulos) correspondem a dissertações e teses desenvolvidos em instituições privadas, e 46,15% (12 títulos), em públicas; números muito próximos que nos levam a crer que ambas apresentam interesse muito contíguo pela temática Pedagogia Social.

No que se refere à região geográfica em que estes foram desenvolvidos, concluímos que a grande maioria fora publicado entre as regiões sul-sudeste; 22 publicações, ou seja, número que corresponde a quase 85% das publicações.

Dos 30 autores mencionados nos apontamentos, 77% (23 autores) são mulheres, e apenas 23% (06), homens que desenvolveram publicações acerca da Pedagogia Social.

Em um segundo momento, analisamos os anais do I,II, III e IV Congressos Internacionais de Pedagogia Social. Observamos que na primeira edição em 2006, 13 trabalhos foram publicados; destes 30,77% (04 trabalhos) são autores do sexo masculino e 69,23% (09 trabalhos) foram desenvolvidos por mulheres. Não parece haver uma predileção temática vinculada ao gênero dos autores. Esta varia desde fundamentação teórico-metodológica da Pedagogia Social, trazendo também nuances do trabalho educacional de Paulo Freire e contemplando áreas mais específicas, como por exemplo, a migração nordestina e jovens em situação de risco.

Em 2008, no II Congresso Internacional de Pedagogia Social, observa-se um sutil crescimento de 07% em número de publicações, passando de 13 para 14 trabalhos publicados, contudo, nesta edição, prevalecem os trabalhos publicados pelos autores homens: 57,14% (08 publicações) contra 42,86% (06 publicações) cujos autores são do sexo feminino. Em termos de temática, estas se ampliam muito mais se compararmos a 2ª edição do congresso em 2008 com a 1ª edição em 2006. As fundamentações dão agora lugar a temas mais específicos como formação e atuação dos educadores, a educação no campo, as ONGs, o cárcere entre outros.

A edição de 2010, correspondente ao III Congresso Internacional de Pedagogia Social, nos sugere ter sido a mais produtiva em termos de publicações: 21 trabalhos publicados, sendo que nesta edição volta a prevalecer o interesse feminino pela temática Pedagogia Social. Dos 33 autores citados, 55% são mulheres (18 autoras) contra 45% de homens (15 autores). Novos temas são apresentados e publicados como a educação social de rua, o educador social, o Projeto Axé, entre outros de igual importância.

No IV Congresso Internacional de Pedagogia Social percebemos um decréscimo em número de publicações nos Anais relativos a este e

correspondente a 38%. De 21 publicações da edição anterior, este número cai para 13 publicações em 2012, igualando-se às edições de 2006 e 2008. Mais uma vez predominam as autoras: dos 20 autores publicados, 16 são do sexo feminino; número que corresponde a 80% do montante, e apenas 20% (04 autores) são do sexo masculino. Nesta edição destacam-se temáticas mais globais e abrangentes como as relações entre a Pedagogia Social e a Educação Popular, o universo socioeducativo, os requisitos para uma Pedagogia Social latino-americana, além de temáticas não contempladas nas edições anteriores como as brinquedotecas comunitárias.

Embora se perceba a reincidência de autores na maior parte das edições, como Érico Ribas Machado, Evelcy Monteiro Machado, entre outros, toda edição nos apresentou a novos autores que contribuíram com seus estudos e conclusões acerca da Pedagogia Social e nos ajudaram a compreender um pouco mais o universo que compõe a Pedagogia Social brasileira.

2 CONCEITUANDO E ESPECIFICANDO A “PEDAGOGIA SOCIAL”

Nenhum estudo, tratado, dissertação ou tese a respeito de Pedagogia Social será essencialmente efetiva sem que haja, previamente, uma tentativa de conceituá-la; sem que se faça presente um ensaio sobre os seus enunciados e acepções. Esta fundamentação trás intrinsecamente o que fora até aqui pesquisado e concluído, nos auxiliando e ditando quais vieses podem vir a ser seguidos. Este capítulo busca, então, conceituar e definir o que vários autores desta área de interesse entendem por Pedagogia Social, em que estes conceitos se diferem entre si, e em quais pontos eles convergem e apresentam características em comum.

Porém, faz-se conveniente evidenciar a dificuldade para definirmos o termo Pedagogia Social e o seu respectivo conceito. Isto se deve ao fato de estes estarem visivelmente atrelados ao contexto social, às formas políticas dominantes, à cultura existente, ao modelo econômico vigente, à realidade educativa e, todos estes relacionados a um espaço e tempo concretos. Sendo assim, não existe uma maneira única de entendermos Pedagogia Social, o que acabou resultando em formas distintas de interpretá-la e conceituá-la. Estas distinções conceituais sobre Pedagogia Social estão presentes no pensamento dos mais diversos autores pesquisados, tais como Arroyo, Caliman, Luzuriaga, Otto, Moraes, Paiva, Diaz, e Souza Neto, Silva e Moura; e os autores nacionais Machado, Caro, Ribeiro, Souza Neto, Silva e Moura, entre tantos outros que aqui apresentamos.

A Pedagogia Social, embora sobrepujada na Pedagogia Geral Regular que conhecemos, se diferencia da Pedagogia Escolar em inúmeros aspectos, um deles, senão o mais evidente é o apresentado por Arroyo (2010) que destaca o fato de esta estar relacionada aos espaços não formais de educação, que não funcionam norteados por currículos, ou exigências formativas oficiais. Pelo contrário, atuam para responder de maneira mais apropriada e diligente às necessidades da população em desvantagem social.

A Pedagogia Social, assim sendo, entra na esfera da educação social; da educação da sociedade, na sociedade e para a sociedade, situada no que Arroyo (2010, p. 195) chama de fronteiras de produção de desigualdade, em que os indivíduos postos à margem pela circunstância social excludente podem ter acesso às condições básicas de humanização.

Um conceito adequado que autentica o pensamento de Arroyo, é o de Caliman (2006, p.3) o qual define e interpreta a Pedagogia Social “como uma ‘ciência’ prática, social e educativa, não formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização”, e em modo particular a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais.

Caliman (2006) é o primeiro autor mencionado nesta dissertação que trata a Pedagogia Social como “ciência”. Num breve apanhado fazemos, neste momento, um recorte buscando conceituar ciência e, desta forma, entender se a Pedagogia Social possui as características contidas neste conceito para ser então tratada com o referido status.

Mbarga e Fleury (2009, p. 7), no artigo “O que é Ciência?” definem:

Na ciência, a sistematização é diferente. Se a arte é uma questão de gosto, a ciência é o esforço de produzir uma descrição verdadeira da natureza. Aqui, sistematizar significa aprofundar, pensar, medir, cronometrar, argumentar, racionalizar e construir logicamente, rejeitando subjetivismo, deixando de lado as preferências pessoais e mantendo o sujeito fora de questão.

Este aprofundar e ponderar de forma racional e impessoal exigido para que uma área de estudo seja considerada ciência é o que os autores que serão mencionados em seguida buscam. Sendo assim, nos sentimos compelidos a tratar a Pedagogia Social como tal, apesar de esta não possuir um método científico delimitado e próprio. Entendemos que o termo “ciência”, por vezes utilizado pelos autores, trás no seu núcleo fatos racionais e sistemáticos, suficientes o bastante para serem agraciados com o status de “ciência”.

Caliman (2010, p. 352) em seu artigo “Social Pedagogy and its potential for being transforming and critical” afirma não ser fácil definir a Pedagogia Social em uma única frase, contudo, busca descrevê-la como:

uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sócio-pedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias sócio-educativas e do suporte de estruturas institucionais (CALIMAN, 2009, p.89).

E ainda complementa:

Dada a complexidade da definição, é melhor explicitarmos mais detalhadamente, passo a passo os conceitos abordados. Assim veremos a Pedagogia Social como a estamos concebendo e construindo no Brasil: como ciência, ciência prática, ciência normativa, ciência descritiva, ciência que produz tecnologia educacional, ciência orientada para indivíduos e grupos; numa relação de cuidado e ajuda; como promotora nas pessoas da capacidade de administrar os seus riscos e emancipar sujeitos historicamente oprimidos; através de programas e instituições sócio-educativas (CALIMAN, 2010, p.353).

Caliman (2010) entende a Pedagogia Social como ciência enquanto esta sugere elucidar um setor ou dimensão da realidade que se depara como problemática e necessita de soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial dos grupos em situação de risco. O autor interpreta Pedagogia Social como uma ciência que busca soluções para os problemas da vida cotidiana.

É uma ciência porque tende a colocar ordem, sistematizar os conhecimentos obtidos no cotidiano da práxis sócio-educativa. Transforma fatos e ocorrências em conhecimento organizado. E para fazer isso de modo adequado e correto se utiliza de métodos de pesquisa adequados e consolidados utilizados pelas outras ciências humanas tais como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia. Os métodos são procedimento padrão que adequadamente aplicados servem para explicar, compreender e interpretar a realidade que se apresenta complexa e cheia de problemas (CALIMAN, 2010, p.353).

O autor supracitado também entende a Pedagogia Social como uma ciência aplicada e prática, não vendo sentido se esta fosse exclusivamente teoria pura, e cita como exemplo um jovem usuário de drogas questionando como atuaria a Pedagogia Social para ajudá-lo a se livrar da droga e se sentir bem junto aos outros:

A simples desintoxicação química de drogas, que pode acontecer em questão de alguns meses, não iria resolver o problema em sua raiz. Pois na verdade o uso de drogas pode ser a reação a um mal estar vivido pelas pessoas, uma incapacidade de conviver com os problemas na vida

cotidiana; pode ser um mecanismo de fuga da realidade, que leva à “compra” e ao consumo visando estados de ânimo compensatórios. Além do mais em casos como esse a Pedagogia Social vai dizer que para uma recuperação verdadeira, além da desintoxicação da substância química é necessário um período de reconstituição da própria identidade, da autoestima, do estilo das relações sociais. E oferece soluções e metodologias para tanto (CALIMAN, 2010, p.354).

Caliman (2010) também concebe a Pedagogia Social como ciência normativa e descritiva. No artigo Social Pedagogy and its potential for being transforming and critical o autor destaca o caso de quando censuramos a atitude de um adolescente que usa de agressão com os seus colegas, acordamos com a existência de uma conformidade em torno de regras de convívio. Estas normas e valores servem como referencial para a educação dos jovens no dia a dia. Conseqüentemente afirma Caliman (2010) de que a Pedagogia Social é uma “ciência normativa” norteadas por normas, valores, atitudes e fins que causam as ações educativas.

Quando intervimos através de nossas práticas educativas, o fazemos com o fim de transformar tanto a qualidade de vida dos indivíduos quanto de grupos, da comunidade, da sociedade onde vivemos. Uma dimensão essencial, essa a transformadora, pois não nos interessa que as pessoas nem a sociedade continuem do mesmo jeito, envolvidas em conflitos e problemas, mas que elas mudem para melhor (CALIMAN, 2010, 355).

Caliman (2010), como fora mencionado anteriormente, também defende o conceito de que a Pedagogia Social é uma ciência descritiva. Apoiando-se mais uma vez em um exemplo concreto, o dos jovens viciados em entorpecentes, o autor diferencia as diversas opiniões oriundas do senso-comum das de um educador social.

...enfim, as opiniões da rua indicam vários ‘porquês’ e ‘comos’. A opinião de um educador social tende a ser mais qualificada enquanto se encontra em contato com o contexto infanto-juvenil do cotidiano, envolvido na prática sócio-pedagógica e capaz de confrontá-la com os pressupostos teóricos da Pedagogia Social. No entanto, se quisermos saber com mais precisão as razões do uso de drogas, entre o ‘porquê’ e ‘como’ isso acontece, recorreremos a opiniões mais científicas. Tais opiniões não desconsideram o senso-comum nem as observações qualificadas vindas da experiência do educador social; pelo contrário, o pesquisador investiga a realidade, ouve os diferentes atores sociais e sistematiza tais informações de acordo com métodos validados (CALIMAN, 2010, p.356).

De acordo com o pensamento de Caliman (2006), ultimamente a Pedagogia Social parece orientar-se mais para a educabilidade humana voltada para aqueles que são socialmente desfavorecidos, ocultos pelo que Gentilli (2003, p. 31-34), chama de “olhar normatizador”, Caliman (2006, p.4) alega que:

O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal estar social que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, de abandono e de indiferença social. A pedagogia social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não formais, e é organizada fora das normais agências educativas como aquela escolar e familiar, embora não exclua estas duas instituições de sua metodologia. Se diferencia da educação formal que se desenvolve diretamente na família e na escola, e daquela informal, caracterizada pela falta de intencionalidade educativa e que se desenvolve através da convivência familiar, do grupo de pares e dos meios de comunicação.

Ortega (1999), por sua vez, entende a Pedagogia Social como sendo uma ciência pedagógica de caráter teórico-prático e que esta faz referência à socialização do sujeito, quer seja a partir de uma perspectiva normalizada, assim como aos aspectos do trabalho social. O autor entende que todo indivíduo se socializa não apenas dentro das instituições escolares, mas também fora delas, e por isso a Pedagogia e a Educação Social devem efetuar-se em todos os contextos nos quais se desenvolve a vida do ser humano. Como afirmara Ortega (1999, p.99):

Hoje sabemos que há muito mais educação fora do que dentro do sistema escolar e que este deverá procurar sempre o objetivo da educação ‘ao longo da vida’. A Educação Social deve, antes de qualquer coisa, ajudar a ser e a conviver com os outros: aprender a ser com os outros e a viver juntos em comunidade. Portanto os objetivos que perseguem a Pedagogia e a Educação Sociais poderiam sintetizar-se no contributo para que o indivíduo se integre no meio social que o envolve, mas com capacidade crítica para o melhorar e o transformar.

Para Ortega (1999, p.100), a Educação e Pedagogia Sociais são, ou deveriam ser:

1- Uma progressiva e contínua configuração do indivíduo para alcançar o seu desenvolvimento e conseguir a participação na comunidade, o que deverá ajudá-lo a compreender o mundo e a si mesmo, ou seja, deverá ensinar a ser e a conviver. Neste sentido, deve dizer-se que o melhor e

mais rentável dos objetivos da educação é conseguir a convivência dos indivíduos, dos grupos e dos povos.

2- A educação é uma dimensão inseparável dos indivíduos e das comunidades e, por isso, a educação é ao longo de toda a vida, acompanhando o homem do nascimento à morte.

3- Ela deve verificar-se em todo o espaço espacial e temporal.

4- Deve ser social, já que quando falamos de educação, esta faz-se na família, na escola, na comunidade e, inclusive, para a comunidade. Não pode existir uma autêntica educação individual se não se forma o indivíduo para viver e conviver em comunidade.

5- A Educação e a Pedagogia Social devem estar inseridas no contexto da educação ao longo da vida, e também, às vezes, devem concretizar-se em espaços e tempos distintos dos da educação escolar.

Conclusivamente, Ortega (1999, p.100) afirma que a Pedagogia Social: “(...) é ou seria fundamentalmente a dinamização ativa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos, e a compensação, normalização ou, até, a reeducação da dificuldade e do conflito social”.

Percebe-se que, assim como Ortega, muitos autores intercalam os termos Pedagogia Social e Educação Social. Estes se confundem coexistindo, um dando origem ao outro, e por que não afirmar sendo tomados, por vezes, como sinônimos.

Numa tentativa de conceituar e determinar o foco da Pedagogia Social apoiamo-nos no pensamento de Luzuriaga (1960, p.3), onde este conclui ser o seu objeto de estudo: “a educação em suas relações com a sociedade, isto é: a ação dos grupos sociais na formação do homem e a influência da educação na sociedade humana”.

Luzuriaga (1960) enfatiza duas características fundamentais da Pedagogia Social que são: uma de cunho descritivo e explicativo que estuda a educação na realidade social sem assumir o compromisso de modificá-la, e outra axiológica e normativa que revela o ideal de educação nesta mesma sociedade. Estas características, apesar de indissociáveis, podem ser separadas e cognominadas de Pedagogia Sociológica e Pedagogia Social, respectivamente. Percebe-se que este tratou-se de um período em que a Pedagogia Social e a Sociologia se confundiam; sendo que na contemporaneidade, a Pedagogia Social tem a intenção de interferir e transformar.

Assim como Caliman, muitos teóricos vêm assegurando ser a Pedagogia Social uma área de conhecimento, concebendo-a de forma atrelada à Sociologia,

tamanho a sua vinculação com ela. Luzuriaga (1960, p.4), porém, individualiza as duas concepções em, pelo menos, dois aspectos distintos: em primeiro lugar, a Pedagogia Social é parte integrante da Pedagogia Geral, enquanto que a Sociologia da Educação advém da Sociologia Geral; em segundo lugar, embora estude a educação na sociedade do ponto de vista teórico, a Pedagogia Social procura modificá-la, aprimorá-la, enquanto que a Sociologia da Educação realiza seus estudos do ponto de vista empírico, com a finalidade de compreendê-la e, por meio da educação, elucidar fatos sociais.

A Pedagogia Social pauta-se estreitamente também com a tendência pedagógica cognominada “educação comparada” – *Comparative Education* nos países anglo-saxões, e *Vergleichende Pädagogik* na Alemanha. Distingue-se delas por focar-se mais nos fundamentos teóricos e históricos da realidade educacional do que exclusivamente na própria realidade sócio-econômica como estuda a Educação Comparada (LUZURIAGA, 1960, p.5).

O conteúdo da Pedagogia Social é oriundo do seu próprio componente de estudo: a analogia da educação com a sociedade. Esta relação, de acordo com o pensamento de Luzuriaga (1960, p.5) tem sido a base principal da educação, em cujo seio a atividade educativa realiza-se desde a antiguidade até os dias atuais.

Por sua vez, e nas notas teóricas e metodológicas dos organizadores da obra “Pedagogia Social” (SOUZA NETO; SILVA E MOURA, 2009, p.9) estes deixam claro que aceitam a Pedagogia Social enquanto uma Teoria Geral da Educação Social, concebendo-a com o mesmo caráter científico da Pedagogia Escolar que fundamenta a Educação Escolar, ambas derivadas das Ciências da Educação.

De acordo com o pensamento de Hans-Uwe Otto:

...diversos conceitos sobre o homem e a sociedade, bem como inúmeros pontos de vista ontológicos, epistemológicos e axiológicos foram fundados em diferentes interpretações teóricas sobre a Pedagogia Social. Há inclusive algumas aspirações políticas e ideológicas contidas nessas construções. Além disso, há várias características e elementos singulares ligados a fatores econômicos, sociais e políticos nas diferentes tradições nacionais da Pedagogia Social (OTTO, 2009, p.32).

O autor nos deixa claro de que várias são as vertentes que podem vir a conceituar Pedagogia Social, e que por nelas estarem inseridos anseios políticos

e ideológicos, além de elementos ligados a fatores sócio-econômicos e políticos, somos levados a crer que uma definição exclusiva seria inapropriada, e por que não entender impraticável.

Segundo Moraes (2011, p.1), numa tentativa de conceituar Pedagogia Social:

A Pedagogia Social vem sendo estudada por diferentes pesquisadores e apresenta múltiplas definições, o que dá a ela uma característica peculiar. Poderíamos defini-la inicialmente como uma ação teórico-prática, sócio educativa, realizada por educadores ou agentes sociais. Ela pode ser vista como um campo de estudo onde a conexão entre Educação e Sociedade acontecem de forma prioritária, ou ainda, uma esfera de atividades que acontecem em diferentes espaços não formais de educação e que combatem e amenizam os problemas sociais por meio de ações educacionais.

Percebe-se que o autor busca não se comprometer através de conceitos fechados e pré-determinados quando tenta conceituar Pedagogia Social. Ao mencionar que esta apresenta múltiplas definições conceituais, podemos entender que, no tocante a Pedagogia Social, ainda não foi possível atribuir-lhe um conceito definitivo e específico, apenas ramificações que se confundem e embaraçam com outras teorias sócio-educativas, oriundas da Pedagogia regular e universal.

Segundo Paiva (2005), no artigo “Educação de Rua: (im)possibilidades de inclusão”:

A Pedagogia Social tem por objetivo a educação social, dirigida a sujeitos em condições sociais conflitantes e que por esta razão possuem necessidades educativas especiais. É enfim, uma pedagogia dirigida aos necessitados socialmente, que tem sua cidadania adulterada, intervém de maneira empática nesse processo nos espaços não escolares, não formais, praticando uma escuta empática dentro do contexto sócio-histórico em que o educando encontra-se inserido. A Pedagogia Social tem como objetivo o desenvolvimento humano intermediado pela prática educativa, seus destinatários são os indivíduos ou grupos em situação de conflito social (PAIVA, 2005, p. 4).

Fica evidente de que é muito mais fácil para o autor supracitado buscar entender os objetivos da Pedagogia Social sem, porém, arriscar-se numa busca por defini-la. Talvez, motivados pelas entrelinhas do seu texto, possamos nos aventurar numa definição conceitual para Pedagogia Social como sendo uma área de atuação educacional dirigida a sujeitos em condições sociais conflitantes

e que possuem necessidades educativas especiais, em outras palavras, uma educação de caráter inclusivo.

Díaz (2006), em seu artigo intitulado “Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social”, afirma que a Pedagogia e a Educação Social estão estabelecidas num ponto onde confluem o educativo e o social:

A Pedagogia Social e a Educação Social estão situadas num ponto onde confluem o educativo e o social, e as suas origens e desenvolvimento histórico só podem compreender-se a partir desta perspectiva. Na sua configuração, as necessidades práticas sempre apontaram o caminho da reflexão teórica, o que marcou a identidade da pedagogia social como disciplina científica e da educação social como espaço de intervenção prática. A educação social define-se, não só pelas funções que tradicionalmente têm constituído a sua esfera de competência, como também por aquelas que, em resposta às necessidades derivadas da realidade cambiante, lhe são circunstancialmente atribuídas. Existe, igualmente, uma legitimação e fundamentação da educação social em diversos textos legais, tanto internacionais como de caráter nacional, nos quais se recolhe a filosofia das políticas sociais de cada país. Assim sendo, não há uma forma unívoca de entender a educação social, mas sim diversas concepções de acordo com espaços e momentos. Tudo isto faz com que, ao longo do tempo, não se tenha produzido tanto uma evolução conceptual como diferentes formas de interpretá-la (DÍAZ, 2006, p.91).

Ainda de acordo com o pensamento de Díaz (2006, p.92) no artigo supracitado:

A Pedagogia Social é uma ciência pedagógica, de caráter teórico-prático, que se refere à socialização do sujeito, tanto a partir de uma perspectiva normalizada como de situações especiais (inadaptação social), assim como aos aspectos educativos do trabalho social. Implica o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situação normalizada como em situação de conflito ou necessidade. O conceito de pedagogia social mais generalizado é o que faz referência à ciência da educação social das pessoas e grupos, por um lado, e, por outro, como ajuda, a partir de uma vertente educativa, às necessidades humanas que convocam o trabalho social, assim como ao estudo da adaptação social.

Nas duas citações, Díaz (2006) afirma que a Pedagogia Social é uma ciência pedagógica de caráter teórico-prático, e que o conceito mais generalizado de Pedagogia Social é o que faz referência à ciência da educação social das pessoas e dos grupos. Faz-se imprescindível então resgatar, novamente, o que se entende por ciência, para talvez então aproximar-se de uma definição mais

efetiva para Pedagogia Social, caso esta venha a corresponder e/ ou tiver as características próprias que a ciência deve ter para usufruir deste status.

Nohl (1879-1960) defende considerações de uma Pedagogia Social pautada fundamentalmente com a política e concebe-a a partir de um ponto de vista claramente preventivo, o que é uma inovação em relação às definições e conceitos até aqui apresentados. Os contributos mais importantes de Nohl são:

- Entende a Pedagogia Social como um conceito ordenado, integração de esforços para a abertura de novos caminhos educativos e formas de ajuda à integração social da juventude;

- concebe a Pedagogia Social apenas como uma parte ou espaço da Pedagogia Geral, com fins específicos no sentido da formação popular. Assinala a necessidade de dedicar recursos à prevenção, ajuda e recuperação da juventude;

- toma a realidade concreta como ponto de partida da teoria da Pedagogia Social;

- o objetivo da sua orientação pedagógica é perseguir o bem do sujeito, desenvolver as suas capacidades e também a sua vontade;

- realça a necessidade de modificar as condições ambientais e contextuais, com o fim de assegurar a eficácia da ação pedagógica social;

- destaca a tarefa de formação e investigação inerente à Pedagogia Social;

- sublinha a necessidade de realizar ações científicas que contribuam para dotar de estatuto científico a Pedagogia Social, até então considerada apenas no quadro conceitual.

Vale a ressalva de que os contributos de Nohl são válidos e correspondem ao período entre a 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

Cambi e Orefite (1996, p.95) defendem a idéia de uma Pedagogia Social com carácter crítico-reflexivo, ou seja, demonstrando as conexões existentes entre a educação e a estrutura social, aprofundando valores subjacentes às instituições educativas e o modo tradicional de pensar a realidade educativa destas. Os autores estabelecem traços que caracterizam a Pedagogia Crítica:

- Esta deve partir da situação concreta, dando importância às diferenças culturais e tendo em conta a memória histórica;

- É autocrítica e usa a reflexão do coletivo como critério de valorização da prática;
- É dialética pelo fato de ser relacional, intercontextual e intersistêmico;
- Parte de pressupostos emancipatórios. Usa a investigação como estratégia metodológica. Analisa e reflete sobre a observação para transformar a realidade;
- Deve superar os aspectos sociais que impedem a evolução; de igual forma, deve descobrir, descrever criticamente e transformar os conflitos irracionais que impedem uma interação solidária no micro sistema e naqueles que o circundam e condicionam;
- Une a teoria à prática ao ponto de transformá-las dialeticamente, como consequência da influência recíproca. Ela também é comunicativa e consensual.

Riera (1998 *apud* Díaz, 2006, p.98), por sua vez, não entende a Pedagogia Social como sendo uma ciência, mas defende a idéia de que esta deve estar apoiada em uma disciplina científica que a teorize e conceitue. Que a averigüe, constitua, recompila e sistematize os conhecimentos com ela relacionados.

Os autores aqui pesquisados apresentam, ou buscam proporcionar, conceitos diversos sobre a Pedagogia Social, numa tentativa de melhor compreendê-la e estabelecer e determinar a sua essencialidade e características. Por vezes estes a entendem situada em um ponto confluyente entre o educativo e o social; ora como disciplina científica, ora como espaço de intervenção prática. Por vezes uma forma de reinserção social, e em outro momento, um instrumento reflexivo-crítico apoiando-se em pressupostos emancipatórios. Contudo, embora haja divergências conceituais a respeito da Pedagogia Social, fica estabelecido entre estes autores que ela visa a transformação do indivíduo biológico em indivíduo social, capacitando-o para participar e integrar-se ao grupo social que lhe corresponder viver, buscando solucionar determinados problemas de convivência e sendo, acima de tudo, um instrumento igualitário e de melhoria da vida social e pessoal deste sujeito.

2.2 PEDAGOGIA SOCIAL E A DESIGUALDADE SOCIAL

O estudo que aqui se apresenta evidencia que a Pedagogia Social, independentemente do universo de sua atuação, está sempre associada à questão das desigualdades e à exclusão social. No tocante aos processos excludentes, concernentes à educação de massas no Brasil, Guimarães-Iosif (2009, p.39) enfatiza vários momentos históricos, por ela denominados “períodos de uma história de negligência e exclusão”, dentre os quais se destacam a concepção de ensino de colonizadores forçosamente aplicada aos índios e suas tribos, a missão de catequizá-los de acordo com os princípios da Igreja Católica e a extinção das línguas nativas que obrigaram índios e negros a falarem apenas o português. Mais adiante Guimarães-Iosif (2009, p.41) destaca a chegada da Família Real ao Brasil e, portanto, um período educacional que visava apenas a facilidade e adaptação dos membros da corte em solo brasileiro, sem haver preocupação alguma com a educação de massas. A autora destaca também, por exemplo, a Era Vargas e a constituição de 1937, a qual significou um enorme atraso para a educação nacional, reforçando o destino de verbas para a educação dos ricos, aumentando ainda mais as diferenças entre a escola para ricos e para pobres. Finalmente, a autora volta-se para o período que se inicia com o fim da ditadura militar em 1985 e estende-se até os dias de hoje; período marcado pela expansão das políticas neoliberais onde o Banco Mundial e o FMI expandem suas políticas econômicas e educacionais. Para que o Brasil usufrua das “benesses” oferecidas por estes órgãos internacionais, exige-se não só a reformulação da sua legislação educacional, mas também do seu currículo e a avaliação de seus sistemas de ensino privado e principalmente o público. Os professores desta são acusados pelo fracasso escolar de seus estudantes e a profissão docente sofre drástico desprestígio social.

No decorrer dos anos de 1990, Guimarães-Iosif (2009, p.60) afirma que reduzem-se gradativamente os investimentos e recursos destinados às políticas sociais, saúde e educação. Isto se deu em função do Brasil ter-se submetido às políticas públicas mundiais e pactos internacionais que passam a exigir dele,

políticas educacionais mais efetivas para a sua população. Os dez primeiros anos de democracia, por falta de clareza e definição, não apresentam avanços expressivos em termos de políticas educacionais. O governo Collor é marcado por grandes cortes no setor educacional, sucateando a educação pública e reduzindo o seu quadro de pessoal. Prevaecem a recessão, a crise econômica e as denúncias de corrupção. A sociedade civil se mobiliza e sai às ruas pedindo o impeachment de Collor forçando-o a renunciar em 1992. O Projeto de Leis e Diretrizes e Bases do Senador Darcy Ribeiro é aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Desde o governo FHC, é possível afirmar que aquilo que almejamos como educação de qualidade e propriedade para todas as camadas sociais do Brasil jamais, em qualquer tempo, foi um objetivo claro, resultante em investimentos consistentes no campo educacional, quer seja pelos governantes, quer seja pelas classes elitizadas e dominantes do país. Conforme afirmara Buarque:

A história do Brasil tem todos os ingredientes para desacreditar a hipótese de mudança em uma elite viciada por quinhentos anos de desprezo ao povo e de um descomunal egoísmo, que põe o Brasil como o mais injusto entre todos os países do mundo... Nossa história de elitismo, de exclusão e de violação dos direitos da população pobre por centenas de anos ocorreu de modo incompleto... (BUARQUE, 2007, p.42)

Buarque já apontara para as mesmas peculiaridades regatadas na análise feita por Guimarães-Iosif:

Mesmo independentes, optamos por manter como imperador o filho do rei da metrópole que nos colonizava; os escravos foram abolidos, mas não receberam terras e nem educação; a República foi proclamada, mas o país não se tornou uma república uma vez que as elites continuaram distantes das massas, agindo como aristocratas; o desenvolvimento industrial não foi acompanhado da reforma agrária que lhe fundamentasse; além disso, uma democracia incompleta, fruto de uma redemocratização corporativista. Todos estes fatos contribuíram para que a desigualdade social e a pobreza tomassem dimensões cada vez maiores na realidade brasileira, dividindo a sociedade em dois grupos: sendo o primeiro grupo o dos excluídos, marginalizados, e o segundo, bem mais seleto, o grupo dos incluídos e privilegiados (BUARQUE, 2007, p.65).

Que a relação entre desigualdade social e desigualdade educacional sempre caminhou paralelamente, e em uma mesma direção, a da perpetuação da permanência das classes dominantes no poder, não é novidade para ninguém. E o modelo econômico neoliberal, contrário ao *welfare state*, ao estado de bem-estar, com seus valores individualistas dando o norte à sua ideologia, vem autenticar a incompatibilidade de seus princípios com o que entendemos e almejamos por direitos sociais.

Ainda que previsto por lei e claramente enfatizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de todos à educação, indistintamente, e de outros direitos sociais, embora obrigatórios, mais de sete décadas após o seu lançamento, não vêm sendo cumpridos. Num recorte específico do capítulo 26 da Declaração, temos no tocante ao acesso à educação:

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito;
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz;
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos (ONU, 1948).

Embora existente a lei, também é fato de que o papel aceita tudo, nele cabe tudo. É no fazer-se cumprir as leis que se encontram os entraves educacionais no Brasil e que, por conseguinte, também podem vir a gerar exclusão.

Dando continuidade ao desenvolvimento desta dissertação, partiremos do subsequente fato: se existem pedagogias, e dentre elas a social, é por que antes

dela, a desigualdade social se faz presente nas sociedades contemporâneas. Ao invés de gerar, como fora previsto em suas acepções, incremento e progresso, e oriundo destes, oportunidades de emprego e renda, a globalização gerou também falta de trabalho e, conseqüentemente, a incapacidade do mercado de absorver a mão de obra disponível. As camadas “base” da pirâmide social encorparam-se. A classe média pobre aproximou-se ainda mais das classes menos favorecidas e estas, se empobreceram ainda mais. Segundo Nogueira (2004, p.48): “viram a sua própria pobreza se converter em dado natural, incontrolável. As sociedades declinaram em termos sociais, urbanos, cívicos e políticos”.

As diferenças sociais e de classes no Brasil, com bens acumulados nas mãos de uma minoria seleta, só faz aumentar, de forma alarmante, o seu índice de desigualdade e pobreza. Aos filhos, frutos desta desigualdade desumana restam, por vezes, apenas a rua e, nos melhores casos, a possibilidade desta de gerar um complemento auxiliar em sua renda familiar: o pedido de esmolas e a venda de frutas e doces nos sinais, excluindo-os, direta ou indiretamente do sistema social e, conseqüentemente, da escola.

Oliveira, numa tentativa de compreender quem são os excluídos do Brasil, define:

Quem são, entretanto os excluídos? Ora, o termo refere-se às minorias étnicas, ora aos segregados pela cor; por vezes aos desempregados de longa duração, outras vezes aos sem moradia; em certos casos aos que fazem opções existenciais contrárias a moral vigente (...) tendo se tornado um conceito de utilização tão disseminada, paga o preço da indefinição. Na verdade desde que o uso da exclusão começou a se difundir, e principalmente agora, quando chegamos a uma situação em que o termo é empregado por quase todo mundo para designar quase todo mundo, reveste-se de imprecisão e carece de rigor conceitual (OLIVEIRA, 2004 p.17).

Debater as temáticas exclusão e desigualdade sociais nos dias atuais, momentos da pós-ascensão do capitalismo, não nos parece uma tarefa simples. O conceito que trazemos sobre exclusão social remete aos mais variados grupos da sociedade que se encontram à margem de um núcleo social de formato e características, estas de caráter físico, econômico e comportamental, pré determinados pela classe dominante. Àqueles que não correspondem a estas características, resta apenas retirar-se deste núcleo e orbitar à sua margem.

Ribeiro (2009) nos ajuda, através de exemplos concretos, a compreender a essência da exclusão e da inclusão:

Qualquer pessoa, mesmo com escassa escolaridade, entende o que significa exclusão, e o seu contrário, a inclusão. Tratando-se da exclusão social, poderíamos buscar na História uma infinidade de exemplos que mostram as margens exatas do conceito aplicado à realidade. Como exemplos, poderíamos indicar as mulheres impedidas de participar das Olimpíadas, na Grécia antiga; as mulheres hebréias excluídas do convívio quando eram declaradas impuras; no Brasil, negros excluídos de clubes recreativos de brancos; indígenas excluídos de suas terras e condições de sobrevivência; agricultores excluídos das possibilidades de continuar a reproduzirem-se como tais por falta de uma política agrícola voltada aos seus interesses (RIBEIRO, 2009, p.161).

Ribeiro (2009) deixa claro que a exclusão existe há tempos na história da humanidade, e que o ser humano é capaz de, para defender interesses próprios, abandonar, oprimir, ou colocar a parte a própria espécie, não levando em consideração princípios básicos de convivência social. O autor destaca ainda aspectos excludentes nas relações sociais oriundas do modo de produção capitalista:

No que é chamado de exclusão se destacam dois pontos: os enfrentamentos com situações de denominação que explicam o surgimento de novos movimentos sociais (RIBEIRO, 1998) e a emergência de uma nova questão social caracterizada pelo desemprego, pelo surgimento de uma “nova pobreza” e, em decorrência, pela violência que marca, por exemplo, processos migratórios. O conceito exclusão tem o mérito de ampliar a compreensão de problemas que fazem parte das relações sociais no modo de produção capitalista, mas que não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. A nova questão social que dá evidência aos excluídos dos benefícios da riqueza produzida socialmente também inclui, no debate, a opressão, a discriminação e a dominação, exigindo um tratamento teórico-prático adequado, tendo por base as relações sociais de exploração / expropriação, próprias do modo de produção capitalistas (RIBEIRO, 2009, p.162).

Ribeiro (2009) destaca através dos seus apontamentos que os excluídos não somente deixam de ter acesso ao patrimônio que produzem, mas que estes também são dominados e, conseqüentemente, explorados, discriminados e oprimidos. Vale aqui a máxima de que, apesar do discurso afirmar que a “humanidade” cada vez mais usufrui de ciência, tecnologia e cultura, apenas a classe dominante é que pode desfrutar destas.

Se por um lado este estudo busca, antes de aprofundar-se na temática Pedagogia Social, compreender o que são a exclusão e a desigualdade sociais, por outro prisma, ainda que atreladas, este estudo evidencia também que as políticas sociais no Brasil, voltadas à população em condições de desigualdades sociais, operam de forma homogênea, universalizando a sua população, e não levando em consideração as peculiaridades de cada grupo. Conforme afirma Boneti (2007, p. 21):

Existe uma verdade única e universal, entendida como o centro, e é a partir dela que se instituem as atribuições do certo e do errado. O etnocentrismo tem origem justamente da razão científica, do entendimento que a ciência é única e universal (...). É deste pensamento que nasce a concepção de dualidade envolvendo a idéia de centro e de periferia como atribuição de valor de verdade. Com isso, nasce a tendência de se atribuir modelos sociais, culturais e de desenvolvimento social. A partir desta concepção, as necessidades dos grupos dominantes são absorvidas pelos setores pobres como seus, assim como a superação das carências da população pobre é feita utilizando-se das estratégias dos grupos dominantes.

Boneti (2007) afirma ainda que os agentes responsáveis pela definição das políticas públicas limitam o conceito de igualdade ao fato de todos os indivíduos terem meios legais para conquistar seus interesses particulares; além do que, partem da errônea premissa que toda a população tem as mesmas possibilidades de acesso aos direitos sociais e culturais, pensamento que só favorece as classes dominantes, aumentando ainda mais o processo de individualismo no país. Desta forma, o termo desigualdade social, cede à vez para o conceito de exclusão social.

Em outro texto publicado por Boneti (2003), o autor nos ajuda a compreender ainda mais as noções e conceitos sobre exclusão e inclusão social. Boneti (2003, p.3) afirma que:

...a noção da exclusão social aparece quando, no contexto social, tornou-se impossível a formalização do vínculo com a produção pela maioria da população, como outrora, quando se permitia a existência de grupos sociais homogêneos. Assim, a noção da exclusão social aparece exatamente no momento em que o sistema econômico quebra esta homogeneidade, impondo um processo de individualização. Neste caso os "excluídos", segundo Robert Castel (2003), não constituem, a bem da verdade, de um grupo homogêneo. São mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maior parte das desvantagens sociais:

pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência etc. Portanto, ainda para o citado autor (2003), falar em exclusão social, refere-se à inquietação geral diante da degradação das estruturas da sociedade salarial, sublinhando-se a necessidade de se ocupar das vítimas desta transformação. Portanto, para um bom entendimento, não se trata de considerar a exclusão social como uma categoria de análise, assim como é a da classe social, e sim de uma problemática social.

Conclui-se então que os excluídos não são necessariamente pertencentes a um mesmo grupo social homogêneo, e sim compilações de sujeitos apartados de seus pertencimentos coletivos, entregues à própria sorte, sujeitos a todas as formas de infortúnio.

Boneti (2003) também nos ajuda a compreender noções de inclusão afirmando, no texto supracitado, que a palavra “inclusão” não se constitui de uma noção ou conceito, tratando-se sim de uma positivação em relação a uma problemática social e afirmando tratar-se, assim, mais de um discurso que um conceito. E complementa:

A noção de cidadania que persiste nos dias atuais, e que conserva uma proximidade com a noção do ser incluído/a, é aquela associada aos direitos constitucionais. Em outras palavras, o entendimento do social a partir de uma concepção do *dentro* e do *fora*, pode ter origem, antes de tudo, da noção de cidadania, ou de cidadão, a pessoa que estivesse “incluída” numa sociedade racional, numa sociedade de direito, numa sociedade de Estado (sociedade contratual). Com o advento da sociedade industrial e a complexidade inerente à urbanização, avolumou-se a dependência da sociedade civil frente as políticas sociais do Estado, quando esta interpretação dual de sociedade, entre os “incluídos” no contrato social e os “excluídos” dele, se ampliou ainda mais.

Nesta perspectiva a pessoa “incluída” seria a pessoa juridicamente cidadã, isto é, com direitos e deveres frente ao contrato social, com direitos e deveres de votar e ser votado e usufruir dos direitos sociais básicos. Pode-se dizer que esta concepção de cidadania restringe o indivíduo à uma posição passiva na sociedade, isto porque garante-se a participação do indivíduo por vias formais, na medida em que este indivíduo é “incluído” formalmente, juridicamente, como cidadão que vota, que tem opinião, que produz. Mas este entendimento de cidadania não atribui qualificativo de cidadania a uma pessoa que não vota, que não tem trabalho, que não opina. Utilizando-se um entendimento teórico do social como um todo, necessário se faz considerar cidadã também a pessoa pedinte de rua, aquela que não vota, que não trabalha e não opina formalmente. É preciso considerar que este tipo de população tem participação sim na sociedade, porque consome (e na sociedade capitalista o consumo é importante) e a sua presença se constitui de participação política. A participação política destas pessoas se faz, exatamente pela exteriorização dos conflitos e problemas sociais (BONETI,2003, p.4).

Pertinente a consideração que cidadão não é somente e tão somente o indivíduo que vota e produz, mas também o que não o faz, até porque, e guardada as devidas proporções, este também consome e principalmente, convive e externa todas as formas de exclusão e desigualdade que vivencia.

Esta desigualdade é também sentida nas áreas rurais, onde um pequeno número de grandes latifundiários, grandes fazendeiros proprietários de terras por vezes improdutivas, monopoliza a maior parte das áreas rurais brasileiras. Estes coexistem com milhões de pequenos proprietários de terra, trabalhadores sem terra e trabalhadores rurais, os quais vivem em condições precárias.

O atual quadro sócio econômico brasileiro, quadro este em constante mudança desde que o país, em 1994, adotou como moeda corrente o Real, vem autenticar e reforçar a desigualdade e a exclusão social brasileiras. As mudanças foram inúmeras, e progressivamente o Brasil começou a destacar-se no cenário econômico mundial. Todas estas mudanças, em caráter mais generalizado, vêm nos situando sócio, econômico e educacionalmente em uma nova ordem mundial, que embora globalizada e abrangente, ainda apresenta problemas básicos a serem resolvidos.

E quando fazemos referência à globalização, vale a ressalva de que no ano de 2011, a população mundial atingiu a marca de sete bilhões de habitantes espalhados pelo planeta. Vivemos sim um momento histórico. As economias mundiais se conectam, confundindo-se em uma só. Se por um lado ciência e tecnologia avançam desenfreadamente, por outro o capitalismo demonstra as suas fragilidades: o imperialismo norte-americano, conforme fora previsto pelo governo Clinton no início do século XXI, mostra-se vulnerável; a união europeia enfrenta dificuldades financeiras severas e países como a Grécia, Itália, Portugal e Espanha afrontam séria crise econômica, e o Euro, unidade monetária concebida como promessa de unificação do mercado europeu, não consegue descobrir a sua efetividade e nem tampouco justificar a sua existência. O Brasil, por outro lado, cresce economicamente nas últimas décadas, estabilizando a sua moeda e transformando-se numa espécie de porto seguro para as mais variadas formas de investimento de capital estrangeiro; o que poderíamos comumente

chamar de “nação bola da vez”. O site oficial da revista Veja, semanário com tiragem superior a 1.200.000 cópias e cujos temas abordados incluem economia mundial, catorze anos após a criação do Real, unidade monetária utilizada pelo Brasil desde 1994, publica:

O dia 30 de abril foi de euforia para o governo e o mercado financeiro nacional. A agência de classificação de risco Standard & Poor's elevou a nota de crédito de moeda estrangeira do Brasil. O país, assim, alcançou o tão esperado grau de investimento. A Bovespa disparou: teve a maior alta porcentual desde outubro de 2002 e fechou com recorde de 67.868,5 pontos. A notícia tem, basicamente, dois significados. Primeiro que o Brasil tem mais segurança em relação ao pagamento de suas dívidas. Segundo, que esse fator atrairá mais investimentos externos - montante que poucos se arriscam a prever. Agora, a economia brasileira precisa não só manter a posição concedida pela Standard & Poor's como conquistar o grau de investimento de outras agências (VEJA, maio de 2008).

Esta mesma estabilidade e crescimento econômico se fizeram constantes nos anos seguintes. Coelho (2012, p1) aponta que, com a crise econômica que afeta toda a zona do Euro, o Brasil ascende como a sexta potência econômica mundial, ultrapassando a Itália no ranking dos maiores PIBs do mundo. O autor ainda destaca:

Com um período de estabilidade e com um crescimento (pequeno mas) constante no PIB, o Brasil vem se destacando anualmente no cenário econômico mundial, passando países antes considerados inimagináveis de serem alcançados economicamente. Quanto a nossos vizinhos do Mercosul, podemos considerar o Brasil como uma grande potência econômica local. Conforme dados do FMI, em 2011 fomos considerados como a 6ª potência econômica mundial, enquanto os países membros do Mercosul, são pela ordem: Argentina 27ª, Colômbia 33ª, Venezuela 34ª, Peru 54ª e Uruguai 77ª economias mundiais. O PIB brasileiro em 2011, cresceu 2,7%, e ficou bem abaixo da meta perseguida pelo governo que era de 5%. Para 2012, a perspectiva de economistas e fontes do governo é de crescimento entre 3,5% e 4%. Infelizmente, esse crescimento econômico não é totalmente transferido à população, que continua carente de diversos serviços básicos e de uma distribuição de renda mais justa. (COELHO, p.4 e 5)

Reforçando as suas afirmativas, o autor publica duas tabelas onde mostra o crescimento econômico do Brasil entre 2010 e 2011 subindo de 8ª para 6ª posição no ranking dos maiores PIBs do mundo:

RANKING DOS MAIORES PIBS DO MUNDO EM 2010

Posição	País	PIB (milhões de US\$, 2010)
-	Mundo	61,963,429
-	União Europeia	16,106,896
1	EUA	14,624,184
2	China	5,745,133
3	Japão	5,390,897
4	Alemanha	3,305,898
5	França	2,555,439
6	Reino Unido	2,258,565
7	Itália	2,036,687
8	Brasil	2,023,528
9	Canadá	1,563,664
10	Rússia	1,476,912

RANKING DOS MAIORES PIBS DO MUNDO EM 2011

Posição	País	PIB (milhões de US\$, 2011)
-	Mundo	69,659,626
-	União Europeia	17,577,691
1	EUA	15,094,025
2	China	7,298,147
3	Japão	5,869,471
4	Alemanha	3,577,031
5	França	2,776,324
6	Brasil	2,492,908
7	Reino Unido	2,417,570

Posição	País	PIB (milhões de US\$, 2011)
8	Itália	2,198,730
9	Rússia	1,850,401
10	Canadá	1,736,869

Contudo, tamanha euforia e estabilidade econômica não atingem homogeneamente a população brasileira. Constata-se aqui a contradição do crescimento econômico brasileiro. As leis do mercado capitalista são muito claras: para que alguém ganhe, se faz necessário, quase como regra, que alguém perca; para que alguém cresça, se faz necessário que alguém deixe de fazê-lo ou ainda reduza o seu poderio sócio-econômico; para que haja dominantes, se faz necessário também que haja uma classe dominada e menos favorecida, avalizando e autenticando a primeira no poder. Vilas-Boas (2003, p.1) apresenta o seu ponto de vista:

A desigualdade parece ser vital para a existência da própria sociedade e condição precípua para que haja um equilíbrio na vida social. Se todas as forças seguissem um mesmo caminho e direção, não chegariam a um equilíbrio, pois elas não se compensariam para se atingir harmonia.

Os atores envolvidos nesta relação coexistem em uma era marcada por éticas predatórias de mercado, bem como de privatizações, e que impedem que se consolide uma cidadania global emancipada e igualitária. A ganância das políticas neoliberais, assim como seus resquícios somados às políticas governamentais atuais, não só manteve, mas mantém a maioria da população mundial em situação de extrema pobreza. A miséria e o infortúnio se fazem, escancaradamente, maiores e mais presentes nos países do terceiro mundo, bem como nos países emergentes.

O Brasil, como um bom exemplo de país de terceiro mundo, ainda que emergente, é uma das nações mais desiguais existentes, embora seja um dos países mais ricos. A autora inglesa *Nathalie Beghin*, em documento escrito para a *OXFAM International* em 2008 menciona que, de acordo com o Programa de

Desenvolvimento das Nações Unidas (PDNU), esta desigualdade é medida pelo índice GINI (índice criado pelo italiano Conrado Gini), um indicador que estabelece o que seria a situação ideal de distribuição de renda com a situação real e presente, e que coloca o Brasil em um ranque melhor apenas que alguns países pobres do Continente Africano como Serra Leoa e Namíbia (BEGHIN, 2008). Contudo, o Banco Mundial o posiciona entre as dez maiores economias mundiais. A maior concentração de renda do país, cuja população gira em torno de 187 milhões de habitantes, é revelada em números: 01% da população brasileira, algo em torno de dois milhões de pessoas, detém 13% da sua renda e riqueza. 50% da riqueza brasileira são distribuídos a 80 milhões de brasileiros pobres ou abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com uma renda igual ou menor a 25% do salário mínimo vigente. Esta desigualdade resulta em níveis de pobreza incoerentes com uma nação produtiva do tamanho do Brasil. De acordo com dados coletados por Beghin, e fornecidos pelo Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada – IPEA, 30,3% da população brasileira, ou 54 milhões de pessoas, são consideradas pobres e, inserido a este número, 20 milhões de pessoas, ou seja, 11,5% são considerados extremamente pobres ou abaixo da linha de pobreza. Este nível de pobreza é muito mais alto que a média de 10% em países com renda per capita similar ao Brasil. De fato, estes países têm um índice de pobreza 03 vezes menor que o Brasil.

Beghim (2008, p.3) menciona que o *gap* entre o rico e o pobre é facilmente observado nas áreas urbanas onde 80% da população brasileira (sobre)vive. As condições de vida de uma significativa porcentagem da população urbana são inadequadas, sem acesso ou com acesso precário e limitado à habitação, infraestrutura, serviço de saúde, educação, cultura, informação, recreação, serviços de transportes entre outros. Ainda de acordo com o estudo de Beghim, (2008), a pobreza brasileira, bem como a sua localização, possui características muito distintas: negra (2/3 da sua população pobre), urbana (70% da população pobre ou abaixo da linha de pobreza) e concentrada no nordeste do país (27 milhões de pessoas).

No Brasil, determinadas forças ideológicas dominantes, as quais autenticam o triste quadro acima descrito, provocam diferenças gritantes nas

áreas da saúde, segurança e educação. Neste último campo, nos deparamos com a gerada Pedagogia da Exclusão.

Conforme afirmara o Ex-Ministro de Educação do Brasil e também professor da UnB, Cristovam Buarque em 2007: no Brasil há escolas para pobres, escolas para quem não é pobre, e ainda há aqueles que não têm acesso a nenhuma delas. E um país que divide suas escolas em categorias e tipos, é um país condenado à divisão de sua sociedade.

Seguindo este viés, este claro demonstrativo de desigualdades, temos acesso à obra do professor titular da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, e Pós-doutor pelo Instituto de Educação da Universidade de Londres, Oder José dos Santos, “Pedagogia dos Conflitos Sociais” de 1992. Logo no capítulo I do citado livro: ‘Educação como socialização – o campo da distribuição’, o autor, provocativamente, define:

A primeira vantagem da universidade, como instituição social, é a separação que se forma naturalmente entre estudantes e futricas, entre os que apenas vivem de resolver idéias ou teorias e aqueles que vivem do trabalho. Assim, o estudante fica para sempre penetrado desta grande idéia social: que há duas classes – uma que sabe, outra que produz. A primeira, naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda, sendo a mão, opera, veste, calça, nutre e paga a primeira (SANTOS, 1992, p.9).

Santos (1992) ainda vai além à sua constatação: “dois mundos que se não podem confundir e que, vivendo à parte, com fins diferentes, caminham paralelamente na civilização, um com o título egrégio de bacharel, outro com o nome emblemático de futrica.”

E conclui:

Bacharéis são os políticos, os oradores, os poetas e, por adoção tácita, os capitalistas, os banqueiros, os altos negociadores. Futricas são os carpinteiros, os trolhas, os cigarreiros, os alfaiates... O bacharel, tendo consciência da sua superioridade intelectual, da autoridade que ela lhe confere, dispõe do mundo; ao futrica, resta produzir, pagar para que o bacharel possa viver, e rezar ao Ser Divino para que proteja o bacharel (SANTOS, 1992, p.9).

Pois é justamente este segmento derradeiro – ou talvez ainda uma fração inferior a este - que nos interessa e que aqui se faz foco: o pobre determinado por Santos como “futrica” e a forma como a Pedagogia Social vem atuando, ou pelo

menos tentando – apesar de todas as adversidades pertinentes a esta área no Brasil - atuar neste e com este fragmento social. Nesta relação observamos, na desigual história sócio-econômica de classes no Brasil, o aqui denominado futrica, notoriamente constituído por massivas camadas de analfabetos, crianças de rua, viciados, detentos, indígenas, membros de movimentos que buscam por justiça social - como é o caso do MST- Movimento dos Sem Terra, cidadãos da terceira idade, entre outros de igual representatividade e que, como os demais, vivem à margem da sociedade apenas orbitando o mundo que podemos chamar de ideal; e a segunda fração desta relação, a Pedagogia Social, atualmente concebida por muitos como saber transdisciplinar, e cujo termo, para fins de registro, surge pela primeira vez em 1844, utilizado por Karl Mager na revista *Pädagogische Revue*, a qual pretendia inicialmente caracterizar o conceito de “ajuda à juventude”, isto é, ajuda educativa, profissional e cultural (CARO et al, 2004 *apud* CASTELEIRO, 2008).

Para que possamos melhor compreender como o processo “futricas” (que a partir daqui, por razões inequívocas podemos denominar excluídos), aliado à Pedagogia Social se dá, analisaremos, de forma breve, o quadro em que o Brasil encontra-se inserido no tocante a esta realidade e, posteriormente, o histórico global desta área de saber e de atuação social que desponta como uma luz no fim do túnel para aqueles que vivem à margem da sociedade e dos elementos que uma vida social digna requer.

Justamente o Brasil, nação internacionalmente conhecida pelas suas belezas naturais, fauna e flora abundantes, território e costa marítima extensos, bem como possuidor de um dos povos mais alegres e generosos que habitam o planeta, apresenta também, dentre estes e demais inúmeros predicados aqui não mencionados, incômodas e notórias disparidades sócio-econômicas que, por certo prisma e em meio a tanta riqueza, poderíamos chamar de incoerentes, senão paradoxalmente ilógicas e contraditórias.

Apesar de, como fora previamente mencionado, nas últimas décadas a economia nacional ter atingido um patamar e *status* de estabilidade, destacando o país no mercado econômico internacional, colocando-o por vezes na situação de credor, e não somente devedor como costumávamos constantemente ver e ouvir

na mídia local e internacional, seus índices de analfabetismo, ainda são alarmantes. Um segmento das suas crianças ainda habita as ruas. A sua população carcerária cresce. A nação adoce a mercê de um sistema de saúde público falido e ineficiente. A corrupção, por vezes, impera e as desigualdades sociais espalhadas pelos quatro cantos da nação ecoam tristemente. Apesar de, como fora referido, Paulo Freire e seu método de educação popular desenvolvido para alfabetizar adultos na década de 1960, apesar de suas obras terem alcançado diversos países da América Latina e Europa, apesar de sua clara meta de aquisição de consciência como condição mor para garantir a transformação social de um território, temos a impressão de que ainda não encontramos o nosso norte no que diz respeito à atuação fundamentalmente efetiva da Pedagogia Social brasileira, se a concebermos como uma possível tentativa de amenizar o que aqui fora referido. E para que isto ocorra, faz-se necessário, de antemão, conhecer as suas configurações e especificidades, para que então possamos dar o passo seguinte, afinal, não há ação de efeito positivo e real sem alguma compreensão processual de igual efetividade.

Aprofundando-nos ainda mais nas questões das desigualdades sociais, é válida a observação de que, no mundo contemporâneo em que vivemos, entendemos que os sujeitos que o habitam são diferentes; diferenças estas baseadas nos mais diversos aspectos sejam eles materiais, de etnia, gênero, cultura, intelecto, entre outros. As características mais inequívocas para constatarmos que os homens são diferentes são físicas, sociais e/ou culturais. Averiguamos isso em nossa sociedade, pois nela existem indivíduos que vivem em irrestrita miséria, não tendo ao menos com o que se alimentar durante o dia, e coexistindo com outros que vivem em mansões rodeados de supérfluos luxuosos e com mesa muito farta. A desigualdade social que gera pobreza assume feições distintas por ser constituída de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios de cada sociedade.

Uma nação apresenta características de pobreza quando nela existe insuficiência de recursos ou quando, embora haja um volume cabível de patrimônio e riquezas, estas estão mal distribuídas. O Brasil é um país desigual, e não um país pobre. A desigualdade social se faz presente quando a repartição se

dá de forma inapropriada, assim sendo, injusta, sendo que enquanto a maior parte da sua riqueza fica sob o domínio de uma minoria dominante, a maioria sofre com a divisão do que restou, das migalhas remanescentes. A desigualdade existente no Brasil é uma das maiores do mundo, e graças a ela, avolumam-se as estatísticas da sua violência, de moradores de rua, da prostituição infantil, dentre inúmeras outras formas de desigualdade e exclusão.

No século XVIII, impulsionado pela industrialização, o capitalismo teve grande desenvolvimento, originando deste modo as relações entre o capital e o trabalho. Assim sendo, o capitalista, o grande patrão abençoado por Deus, merecedor de todo reconhecimento e digno de usufruir dos triunfos de sua fortuna, e o trabalhador assalariado gerador desta, passaram a ser os principais representantes nesta organização.

O justificativo presente para esta nova etapa foi o liberalismo, o qual se baseava na defesa da propriedade privada, do comércio liberal e da igualdade perante a lei. A velha sociedade medieval se transformara. O homem de negócios, comércios e mercados era deslumbrado como virtude, e a ele eram dadas todas as credenciais uma vez que ele poderia fazer o bem a toda sociedade. Se por um lado este era agraciado com bênçãos divinas, por outro, Deus era testemunha do esforço e da dedicação do trabalhador ao seu patrão. Conseqüentemente, para que esta relação se eternizasse, os pobres não podiam deixar de ser pobres.

Tomazi (2003, p.147) destaca que Karl Marx, no século XIX, recriminava o liberalismo porque nele só eram promulgados os interesses de uma fração da sociedade, e não da maioria como tinha de ser. Segundo Marx, a sociedade é um conjunto de atividades dos homens ou ações humanas, e essas ações é que viabilizam esta sociedade. Essas ações ajudam a organização social, e mostram que o homem se relaciona uns com os outros. Assim sendo, Marx avalia as desigualdades sociais como fruto de um grupo de relações pautado na propriedade como um fato jurídico, e também político. O poder de dominação é que da origem a essas desigualdades.

As desigualdades sociais nascem dessa relação conflitante e refletem na apropriação e dominação, dando origem a um sistema social, no qual uma classe

produz e a outra domina, dando então origem às classes operárias e burguesas. Elas também são produto das relações sociais, políticas e culturais, e não apenas econômicas. Tomar parte de uma classe social demonstra que você está em atividade social, seja na escola, seja em casa com a família ou em qualquer outro lugar, por mais que esta seja composta de recursos limitados, e estas atividades auxiliam-lhe a ter um melhor pensamento sobre si mesmo e sobre os demais que compõe a classe a que você pertence. As classes sociais mostram as desigualdades da sociedade capitalista. Cada forma de organização social estabelece as desigualdades de privilégios e de desvantagens entre os indivíduos que a compõe. As divisões em classes se dão de forma que o indivíduo esteja situado economicamente e sociopoliticamente em sua sociedade.

No tocante ao Brasil, a sua crescente condição de miséria, suas dessemelhanças sociais, sua extrema concentração de renda coexistindo com baixos salários e com desemprego, a fome que atinge milhões, a desnutrição e as assombrosas taxas de mortalidade infantil, a marginalidade e a violência, são expressões nítidas do grau a que chegaram as suas desigualdades. Estas não são acidentais, e sim produzidas por um conjunto de relações que abrangem as esferas da vida social. Se por um lado, na sua economia existem relações que levam a exploração do trabalho e a concentração da riqueza nas mãos de poucos, na sua política, a população é ignorada nas decisões governamentais.

Quando se aborda o tema desigualdade social e pobreza no Brasil, não se trata de centenas de pessoas, mas de milhões que vivem em estado de pobreza absoluta. Trata-se de pessoas que sobrevivem apenas com 1/4 do salário mínimo vigente. Segundo dados do IBGE em 2008, 58,8% desta porção da sociedade vivem na região nordeste do país. Em 1988, o IBGE já detectara, através da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios, que 29,1% da população ativa do Brasil ganhava até 1 salário mínimo, e 23,7% recebia mensalmente de 1 a 2 salários mínimos. Estes dados estatísticos reforçam a ideia de que mais da metade da população brasileira não tem recursos para garantir a sua sobrevivência básica. Além dessas pessoas que tentam a todo custo sobreviver, nos vemos forçados a lembrar que o contingente de desempregados no Brasil

também é muito elevado, e que estes vivem em condições piores que as dos assalariados.

Num mesmo cenário de desigualdades entre classes e diferentes realidades socioeconômicas, no tocante à educação destas, as Pedagogias Social e Regular Escolar não se dissociam; elas coexistem. A Pedagogia Escolar brasileira, tal qual a conhecemos, tem desempenhado um papel crucial no sentido de buscar melhorar a qualidade de ensino que é oferecida nas escolas públicas regulares espalhadas pelos seus quatro cantos, tendo muitas vezes que ir além do seu papel principal - o de transmitir conhecimento científico - e abraçando causas, estas de cunho social, que, por muitas vezes, a obrigam a redefinir e a ressignificar o seu papel mor. Uma vez que esta Pedagogia Escolar é praticada principalmente nos espaços físicos denominados escola, é inegável, por ser percebível, que à escola brasileira e a todos os seus atores e participantes, vêm sendo atribuídas responsabilidades sociais alheias a sua tarefa central. Nela, os professores e pedagogos não são mais os transmissores de conhecimento científico sistematizado, ou melhor, os facilitadores que permitem que a atividade ensino-aprendizagem se concretize. Atribuem-se a eles atividades que retiram a sua essencialidade e vê-se, na escola, uma espécie de extensão familiar, uma “segunda casa”, responsável por alimentar, dar amor, segurança, ensinar boas maneiras e garantir saúde e bem estar aos filhos das famílias do século XXI.

Esse papel escolar pode, por exemplo, acentuar-se ainda mais quando os seus alunos advêm de famílias desestruturadas, de pais desempregados, viciados, doentes, vítimas de preconceito e cujos filhos são frutos da pobreza e da desigualdade extrema, da total falta de condições mínimas que lhes assegure uma vida digna e, por muitas vezes, oriundos do descaso e da violência covardemente presentes em tantos lares brasileiros. E quando a realidade que o aluno vivencia é esta, a Pedagogia Escolar se mostra parcialmente mais ineficiente. Se a educação, por vezes, falha com o aluno resultado de uma família nuclear estabilizada na qual o estímulo, o amor, o carinho, a saúde e a boa alimentação norteiam-lhe a vida, com o advindo de uma realidade oposta, ela tende a se mostrar, a priori, consideravelmente impotente. Mas, afinal, que educação é esta que buscamos aqui discutir: a clichê, de lugar e senso comuns,

de carteiras jesuiticamente enfileiradas com quadro negro e giz, ou outros modelos também responsáveis pela formação do indivíduo?

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PEDAGOGIA SOCIAL

Uma vez apresentados nos capítulos anteriores conceitos e considerações em torno da Pedagogia Social, e até por termos nos apoiado não somente em autores nacionais, mas também das mais diversas nações européias, buscaremos neste capítulo apresentar de que forma esta se deu em diferentes períodos históricos e em diferentes nações, afinal, para que haja compreensão, ou pelo menos se busque abstrair de que forma a Pedagogia Social se configura no Brasil, faz-se necessário primeiramente entender como esta se efetivou e se estabeleceu inicialmente na Europa, e mais tarde na América Latina, estendendo-se então ao Brasil.

Souza Neto (2009, p. 23), aponta para alguns aspectos, autores e eventos históricos que contribuem para nos localizarmos cronologicamente e compreendermos como a origem da Pedagogia Social ocorreu, como fora mencionado, na Europa, continente precursor desta área de conhecimento de caráter humanista, política e, por vezes, sócio-filantrópica. Segundo o autor, de 09 a 15 de abril de 1949, na cidade de Spire na Alemanha, aconteceu, sob responsabilidade dos professores H. Camionete Ette e H Joubrel, um encontro internacional para discutir os problemas de instrução de crianças e adolescentes “inadaptados”, crianças estas órfãs da guerra que precisavam ser readaptadas ao sistema escolar.

De acordo com Otto (2009, p.33) autor do capítulo “Origens da Pedagogia Social” da referida obra, Paul Natorp, por ele considerado o autor mais importante da Pedagogia Social na virada do século XIX para XX, reivindicava que toda Pedagogia deveria ter cunho social, de que houvesse interação entre processos educacionais e sociedade. Contudo, o educador suíço Pestalozzi, no final do século XVIII, já estudava a concepção de assistência social empreendida através da educação.

“Pedagogia Social, teoria da educação e da vontade sobre a base da comunidade”, escrita pelo mencionado filósofo neokantiano alemão Paul Natorp, e publicada em 1898, foi a primeira obra publicada a sistematizar a Pedagogia Social.

Natorp, considerado por muitos estudiosos o instituidor da Pedagogia Social, acreditava o individualismo ser a razão dos conflitos sociais que ocorriam na Alemanha antes da guerra, apostando assim em uma educação fundamentada na comunidade em detrimento dos indivíduos. Também instituidor do termo Pedagogia Sociológica, uma ramificação da Pedagogia Social, o autor empenhou-se em teorizar a Educação Social, concebendo a Pedagogia Social como um saber prático e teórico (MACHADO, 2008 *apud* QUINTANA, 1989).

3.1 A PEDAGOGIA SOCIAL NA EUROPA – DA SUA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS

Na primeira metade da década de 1890, mais especificamente na Alemanha é que o termo e o conceito “Pedagogia Social” aparecem pela primeira vez no contexto educacional. Porém, muito tempo antes, esta passa a existir de maneira embrionária nas questões sociais assumidas por filósofos e educadores, desde o mundo clássico até aproximadamente a metade do século XIX (MACHADO, 2008, p.100). Platão, Pestalozzi, Comenius, entre outros de igual relevância, podem ser considerados os precursores da Pedagogia Social.

Bernard Fichtner (2009), professor universitário alemão e diretor do *International Doctorate Educacion* (INEDD), também autor encontrado na obra “Pedagogia Social”, descreve:

Numa perspectiva histórica, encontramos na Idade Média e início da modernidade uma preocupação social mais relacionada com atividades beneficentes, filantrópicas e altruístas, orientadas fundamentalmente para as camadas mais pobres da sociedade. Com o processo de industrialização da sociedade, se produz um corte abrupto na Alemanha do século XIX, originando para a Pedagogia e o Trabalho Social diferentes raízes históricas, enunciando, dentre outras:

- a) Sistema de proteção tipo assistência social (Fürsorge / Wohlfahrtspflege);
- b) Educação Infantil de creches e jardim de infância baseadas na concepção de Froebel (Fröebel Kindergarten)
- c) No movimento denominado Pedagogia de Reforma que aconteceu no fim do século XIX e início do século XX, encontramos uma nova perspectiva para Educação e proteção de jovens (FICHTNER, 2009, p. 45).

Fichtner (2009) também aponta para episódios que pontuaram a Pedagogia Social alemã, como o fato do império alemão de 1871 até a Primeira Guerra Mundial ter proibido o funcionamento do Partido dos Trabalhadores, mas, concomitantemente ter instaurado o primeiro sistema social de ajuda ao trabalhador. O autor destaca a forma de como a Pedagogia Social / Trabalho Social se expandiu extraordinariamente na Alemanha graças à sua preocupação em capacitar indivíduos, instituições e sociedade como sujeitos sociais atuantes. Os aumentos de postos de trabalho nesta área claramente mostram isto: de 31.000 pedagogos e trabalhadores sociais em 1925 para 1.039.000 profissionais em 1997. Estes números podem, a priori, surpreender, contudo um novo olhar lhes é atribuído ao ponderarmos que neste período toda pedagogia era considerada social.

Em síntese, o século XX foi o período de consolidação da Pedagogia Social na Alemanha, conseguindo constituir-se como área de formação e atuação, contudo, esta entra em cena na Alemanha no final do século XIX, período este marcado pela racionalização, teorização e fortalecimento das Ciências Sociais. Esta valorização do social se deu tanto por influência dos ideais libertários e de reivindicação de direitos das revoluções burguesas, quanto pela pressão exercida pela realidade social desordenada da Europa, principalmente da Alemanha, que passava por série crise econômica neste período. Pressionados pela realidade da crise, os educadores aperfeiçoaram a conceituação da Pedagogia Social, baseando as suas práticas nela. Esta adquire então não só a função de amenizar os conflitos sociais, bem como de buscar uma renovação social através da educação.

Natorp (1899) define a Pedagogia Social como sendo a Pedagogia da Comunidade, diferindo-a da Pedagogia do Indivíduo e, conseqüentemente, propondo uma separação entre a Pedagogia Regular e a Pedagogia Social.

Com o início e transcorrer da Primeira Guerra Mundial, não só as necessidades da Alemanha aumentam substancialmente, mas principalmente os seus problemas sociais. As práticas baseadas na Pedagogia Social direcionam-se, então, para o atendimento a estes problemas e necessidades.

E neste contexto de guerra é que entram em cena as contribuições do teórico da Pedagogia Cultural Herman Nohl. Nohl (1935) afirma ser a Pedagogia Social uma pedagogia cuja aplicabilidade vai além da escola e da família, estendendo-se principalmente a um terceiro espaço o qual será posteriormente especificado nesta dissertação.

Baümler, seguidora dos pensamentos e ideologias de Nohl, e citada por Díaz (2006, p.95) em “Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social”, amplia, com a sua teoria, este caráter não escolar da Pedagogia Social, definindo, de maneira inédita, a Pedagogia Social como uma prática educativa social e estatal.

Os ideais nacionalistas e a figura de Adolf Hitler começam a ganhar força no cenário alemão, após o final da Primeira Guerra Mundial. Com a ascensão do governo nazista no poder, o apoio às iniciativas de Pedagogia Social, procedente do Estado, foi cortado, consentindo que poucos trabalhos pudessem ter continuidade.

Acompanhando a ideologia da época, Ernest Kriek (1932, *apud* DÍAZ, 2006, p.95) teórico alemão representante da educação segundo a ideologia nazista, trás uma concepção de Pedagogia Social de grande repercussão na Alemanha: a focada nos ideais nacionalistas. Esta se baseava no comunitarismo e na unidade de assistência ao povo.

Além das tendências até aqui apresentadas, Luzuriaga (1993, *apud* MACHADO, 2008, p.101) proporciona outras, dentre elas: a tendência naturalista, de 1900, baseada na antropologia e na biologia, e desenvolvida pelo teórico alemão Bergemann; a historicista trazida por Otto Willman, o qual desenvolveu uma Pedagogia Social histórica fundamentada no catolicismo, e a de Paul Barth, cuja tendência focava uma Pedagogia Social de caráter positivista. Ambos teóricos “destacam a importância de a Pedagogia se ocupar das ações e fenômenos coletivos, superando a restrição às ações individuais, ampliando a investigação da educação à totalidade dos processos sociais (MACHADO, 2008, p.102); e também a tendência sociológica idealizada por Durkheim, Manheim, Smith e Peters, a qual baseia-se nas analogias e afinidades entre a educação e a

Sociologia, e cujo destaque foi tão significativo a ponto de a Pedagogia Social ser compreendida como Sociologia da Educação em determinado período histórico.

Quintana (1988, *apud* MACHADO 2008, p.102) identifica diferentes enfoques da Pedagogia Social oriundos dos escritos dos mais diversos autores: o social-marxista nos escritos do pedagogo alemão social-democrata Otto Rühle e também do pedagogo e psicólogo de origem austríaca Siegfried Bernfeld, o qual defendeu uma pedagogia e psicanálise voltados para o social, bem como nas obras do pedagogo polonês Suchodolski; o enfoque crítico nos trabalhos de Klaus Mollenhauer – importante pedagogo alemão no período pós-segunda guerra e do professor da Universidade de Gotinga na Alemanha, H. Giesecke, o qual defende a Pedagogia Social Crítica, denominando-a Pedagogia Ofensiva.

Além dos autores e teóricos supracitados, Quintana (1998, p.103) destaca também o enfoque positivista da Pedagogia Social nos escritos de Horstein e Thiresch, teóricos que, a partir de 1968, apresentaram a Pedagogia Social como crítica da sociedade e da educação; o enfoque positivista presente nas obras do teórico L. Rössner, o qual contribuiu para a elaboração de uma ciência analítica empírica da educação, baseada no positivismo; o aspecto de caráter pragmático destacado nos trabalhos de Müller – teórico que elaborou propostas para ações pedagógicas voltadas à solução de problemas sociais; e por fim da proposta de auto-ajuda apresentada por G. Iben, o qual desenvolveu o conceito de Pedagogia Social como a Pedagogia da calamidade e que exerce uma função de auxílio em circunstâncias de conflito.

Não só diferentes tendências passaram a existir dentro da Pedagogia Social, bem como diferentes denominações para os profissionais que atuavam nesta área também se delinearam. Em alguns países da Europa, o profissional da Pedagogia Social era denominado “educador social”. Diferentemente de países como a Dinamarca, Portugal, Espanha e Alemanha onde o profissional com as mesmas características e funções era chamado de “pedagogo social”. As atribuições e o caráter dados à Pedagogia Social também variavam nas diferentes nações europeias.

A Pedagogia Social tinha um cunho extra-escolar na Itália. Desde o seu nascimento no final do século XIX e início do século XX, a Pedagogia Social

apoiou-se nos pensamentos e concepções de Pestalozzi, e dos alemães Froebel e Natorp (1898), contudo o país possui literatura própria. Dentre os seus autores, destacam-se Agazzi (1965), Quintana Cananas (1984) e Feroso (1994).

De acordo com Geraldo Caliman (2009, p. 54), o programa de Pedagogia Social da Università Pontificia Salesiana di Roma (UPS) tem por objetivo principal, a formação de profissionais com competência sócio-pedagógica no setor da educação, re-educação, de marginalizados desadaptados socialmente e de comportamento desviante.

Geraldo Caliman (2009, p. 54) descreve a formação destes profissionais da seguinte forma:

Sua formação se dá dentro de uma Faculdade de Ciências da Educação. Em outros casos, na Itália, tal formação se dá dentro de uma Faculdade de Ciências da Formação.”; e ainda vai além explanando como se distribui a sua grade disciplinar: “31,2% de pedagógicas, 14,6% de Psicológicas, 14,6% de Humanísticas, 12,5% são disciplinas sociológicas, 12,5% são técnicas e de animação cultural, 4,2% jurídicas.

Organizada após a Segunda Guerra Mundial, a Pedagogia Social que atendia às necessidades sociais na França; estava atrelada à assistência e à compensação de carências sociais nos países anglo-saxões; o profissional e educador especializado da Pedagogia Social, atuava em serviços de recuperação social e prevenção de riscos sociais na Holanda e na Bélgica.

A Pedagogia Social na Espanha, assim como na Alemanha, faz jus à maior proeminência, pois neste cenário, ocorreram diversas modificações significativas nas discussões envolvendo essa temática. Por muito tempo a Pedagogia Social espanhola fora influenciada pelo pensamento alemão e pelo pensamento de alguns teóricos franceses. Tanto isto é verdade que na década de mil novecentos e oitenta, por influência francesa, a Pedagogia regular sofreu certo desprestígio e, como efeito e justamente como ocorrera na Alemanha, a Pedagogia Social passou a ser denominada Sociologia da Educação.

A década de 1980 fora apontada por um novo direcionamento dado às discussões acerca da Pedagogia Social, fazendo emergir o desenvolvimento de metodologias e de programas para formação de profissionais, começando a fortalecer-se na Espanha e fazendo com que, na década seguinte, a Pedagogia

Social passasse a compor a grade curricular dos cursos de educação em algumas universidades européias.

Serrano (2004, p.6) decompõe a Pedagogia Social Histórica em quatro períodos distintos:

1. Entre 1850 e 1920 – a defesa do pensamento de Natorp de que o homem individual é uma abstração cujo sentido se dá apenas quando inserido em sociedade. O autor reconhece o homem como um ser social.
2. Entre 1920 e 1933 – Observam-se problemas diretamente associados à Primeira Grande Guerra Mundial: desemprego, delinqüência, crianças e jovens socialmente desprotegidos por terem perdido as suas famílias para a guerra. Busca-se, como conseqüência, o bem-estar do sujeito, estimulando-o a desenvolver a sua capacidade e potencialidades.
3. Entre 1933 e 1949 – período de poucos avanços, principalmente na Alemanha, a qual esta sujeita e imposta à ideologia política de Hitler.
4. Entre 1950 até os dias de hoje: período em que surge, na Europa, uma Pedagogia Social mais crítica que leva em consideração o passado histórico e os valores sociais europeus.

Em conformidade com o que fora antecipadamente descrito, várias tendências e vertentes foram se delineando no interior da Pedagogia Social e, conseqüentemente, distintas nomenclaturas para o profissional dessa área passaram a existir. O profissional da Pedagogia Social era chamado de educador social em alguns países da Europa e de pedagogo social na Espanha, Alemanha, Portugal e Dinamarca, mais especificamente. Contudo, não somente as nomenclaturas variavam de região para região, de nação para nação. O caráter atribuído à Pedagogia Social também variava nos países europeus. Na Itália, a Pedagogia Social apresentava cunho absolutamente extra-escolar; na França, constituída depois da Segunda Guerra Mundial, correspondia às carências sociais; nos países anglo-saxões atrelava-se à assistência e à compensação de carências sociais; na Holanda e na Bélgica, o educador especializado, profissional

da Pedagogia Social, operava em serviços de recuperação social e de prevenção de riscos sociais. Estas concepções e conceitos deram, por décadas a fio, o tom à Pedagogia Social na Europa e em alguns países espalhados pelo globo, em alguns de forma tímida, como é o caso dos Estados Unidos da América.

É no decorrer dos anos 1980 que se dá o desenvolvimento das metodologias e da formação de profissionais que atuam na área da Pedagogia Social. É neste período que ela começa a se fortalecer na Espanha e, na década seguinte, passa a compor a grade curricular dos cursos de educação de algumas universidades espanholas. O quadro 01 claramente nos mostra que, mesmo com uma formação básica semelhante nos distintos ambientes e nações, o processo de reconhecimento do profissional que atua na Pedagogia Social, bem como a sua área de intervenção, ainda não são oficializados em toda Europa. Os autores Scarpa e Corrente (2006, p.71-72) oferecem um quadro do mapeamento realizado, quadro este onde se compreende que a Pedagogia Social se compõe de diversas maneiras nos vários países, sendo ressaltados em cada um, os aspectos que distinguem as suas necessidades e peculiaridades.

Comparativo da formação de profissionais para a Pedagogia Social no mundo				
País Denominação	Quem forma	Duração	Áreas	Regulação
ALEMANHA Pedagogo Social	Instituto Superior Profissional / requisitos: 18 anos e 11 anos de frequência escolar	3 anos	Campo Social salvo área de Educação Especial	Sim
AUSTRIA	Em discussão no parlamento lei para regulamentação das profissões sociais	-	-	-
BÉLGICA	Escola Superior de Educação Pedagógica	3 anos	Campo Pedagógico Sanitário e sócio-educativo	Lei de 29.04.1994 publicado no Journal Officiel de 20.04.2006
DINAMARCA		3,6 anos	Ações sócio-educativas com crianças, adolescentes, jovens e adultos portadores de problemas físicos, mentais e sociais	Acordos negociados com as autoridades municipais e departamentais e associações profissionais
ESPAÑA Educativo Social	Ministério da Educação	3 anos	Área sócio-educativa, sócio-cultural especializada	Sim
FRANÇA Educativo Especializado	Ministério Nacional de Educação, centros de formação credenciados pelo Estado	3 anos	Área social e sócio-sanitária além da 3ª idade	
FINLÂNDIA	Desde 1996, diploma geral de serviços sociais sem qualificação específica. Formação Universitária e Politécnica		90% são empregados na administração pública e na área de assistência social	Não revelado
GRÉCIA	A profissão de educador é bastante recente e não existe denominação oficial. A Educação profissional superior está orientada em função dos serviços sociais e assistenciais e da Educação Especial		Administração pública: área sócio-sanitária. Os diplomados TEI às vezes trabalham nas áreas sócio-cultural e juvenil.	Não revelado

IRLANDA Educador Social	Diploma reconhecido pelo National Council for Education Awards – Regional Technical College Dublin and Institute of Technology	3 anos	Serviços Educativos – Jovens com problemas – menores em dificuldades sociais. Educação Especial	Não
ITÁLIA – Educador Profissional	Formação Individualizada mediante protocolos de entendimento entre regiões e universidades. Formação por meio da Facultad de Medicina e Cirurgia em colaboração com a Facultad de Psicologia, Sociologia y Ciencia de La Educacion	3 anos	Crianças, adolescentes, jovens, adultos e Terceira Idade com dificuldades e o campo da Educação não-formal	Sim – por parte do Ministério da Saúde
LUXEMBURGO Educador Profissional	Ministério Nacional de Educação	3 anos	Educação e Animação Social. Consultores orientação profissional. Sócio-educação para a saúde	Sim
PAÍSES BAIXOS Sócio-pedagogo / Assistente Social	Universidade de Educação Profissional	4 anos	Assistência sócio-pedagógica	
PORTUGAL Educador Especializado	Instituto Superior de Ciências Sociais e outras escolas superiores. Faculdades de Psicologia	3 anos	Marginalidade social. Jovens e adultos delinquentes	Não
REINO UNIDO Assistente social para jovens / animador sócio-cultural	Institutos Superiores	2 anos	Ajuda social para jovens. Animação sociocultural. Cursos oferecidos pelas municipalidades	
ISLÂNDIA Sócio-Pedagogo	Ministério da Saúde. Faculdade de sócio-pedagogia	3 anos	Pessoas com problemas em todas as situações da vida cotidiana	
SUÉCIA pedagogo social	Universidade de Estocolmo. Faculdade de Medicina. Departamento de Ciências Sociais	3 anos	Problemas sociais e psicossociais com crianças, adolescentes e adultos. Ajuda social	Não
SUIÇA Educador especializado Pedagogo social	Escolas públicas e escolas reconhecidas nos cantões da Confederação suíça	3 anos	Área pedagógico sanitária e sócio-educativa	Não

Quadro 3 - comparativo da formação de profissionais para a Pedagogia Social no mundo

Fonte: Scarpa e Corrente (2006, p.71 e 72).

3.2 – A PEDAGOGIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Apesar de pouco difundida, a Pedagogia Social já é regulamentada e reconhecida como profissão em alguns países da América Latina, como México, Argentina, Chile, Venezuela e Uruguai, país este tomado como referência na área.

Não obstante, na América Latina, não se conta com muita informação e conhecimento a respeito da Pedagogia Social e seu desenrolar histórico, contudo, o autor uruguaio Camors (2009), descreve alguns aspectos que vão do século XV ao XXI, e que nos ajudam a compreender o processo da Pedagogia Social na América do Sul. O referido autor afirma que muitas informações foram esquecidas

e sepultadas graças às conquistas de vários países europeus, em especial a Espanha. O autor também destaca que, nos séculos XVI, XVII e XVIII, ocorreu o processo de colonização impactando a cultura, a religiosidade e a dominação política e social-econômica da região.

No final do século XIX e princípio do século XX começaram a chegar os imigrantes europeus com forte bagagem política, cultural e sindical, impactando fortemente o continente e de diferente maneira em cada país.

Camors (2009, p.120) descreve o processo de consolidação do movimento operário, o qual foi fortemente influenciado pelos imigrantes europeus, suas experiências e antecedentes. A classe trabalhadora organiza-se, constitui-se e concentra-se em atos sociais e políticos de muito peso e em muitos países. Alianças políticas e articulações culturais se solidificam. Destacam-se as lutas indígenas e camponesas por terra e produção, mas sempre com caráter de reivindicação e com propostas de trocas sociais.

No caso do Uruguai, em especial, desde 1989 se desenrola a educação social, a qual surgiu na extinta Escola dos Funcionários do INAME, atual Centro de Formação dos Funcionários do INAU, como formação a nível terciário, dentro do nível universitário, e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura desde 1997. No Uruguai, a figura do Educador Social se consolida em 1990, e cuja formação é reformulada em 1996.

Os primeiros aportes conceituais uruguaios se baseiam na experiência educativa em âmbito institucional no Instituto de La Niñez y Adolescencia dês Uruguay (INAU). O surgimento de uma nova formação em consequência de uma nova figura profissional na educação esteve marcada por muita resistência, incompreensão e indiferença, por parte dos docentes, especialmente Mestres da área da Assistência Social.

Finalizando a descrição da Pedagogia Social uruguiaia, Jorge Camors descreve:

O trabalho realizado entre o período de 2001 e 2005 de intercâmbio e articulações entre a experiência e a Educação Social na América Latina, e a experiência acumulada na região uruguiaia, principalmente na educação popular baseada nas obras de Paulo Freire, significaram um aporte em ambas as direções: em um momento efetivando debates entre as educações popular e social, e em outros descrevendo sínteses de

experiências internas e em outros países, como é o caso do Chile (CAMORS, 2009, p.121).

A Pedagogia Social, assim como na Europa, aparece em distintas intercessões nos países latino-americanos. Paulo Freire, autor que será retomado no decorrer desta dissertação, apresenta modelos de educação libertária e de alfabetização popular no Brasil. A Pedagogia Social na América Latina também está envolvida em programas concernentes às comunidades indígenas; programas de pesquisa participativa em ação de resgate à cultura e conhecimento popular; programas de participação comunitária na educação; programas de educação rural; entre outros de igual relevância.

Este histórico conciso e analítico mostra que a Pedagogia Social expandiu-se na educação não formal, abrangendo uma gama significativa de objetos e conceitos como questões relacionadas à socialização e ressocialização de indivíduos historicamente excluídos, interferindo na educação social destes.

Já que tanto a Europa como a América Latina e, conseqüentemente a Pedagogia Social de ambas, vem atuando na educação dos indivíduos à margem da sociedade, o que seria, mais precisamente, interferir na educação social destes sujeitos excluídos? Talvez seja este o aspecto mais importante que difere a Pedagogia Social da Assistência Social, a qual é comumente confundida com a primeira: o termo educação inserido neste contexto. Não estamos discutindo o papel que a assistência social tem de buscar incessantemente diminuir abismos socioeconômicos e promover justiça social procurando prover o “excluído”, o que vive à margem, com o mínimo necessário para que este leve uma vida digna, com saúde, moradia e outros elementos sociais imprescindíveis para que toda e qualquer forma de sociedade viva integralmente. O foco agora é outro. O foco é garantir ao excluído instrumentos educacionais para que este desenvolva a sua identidade e potencialidades e, conseqüentemente, tenha maior chance de vencer e superar os infortúnios que a sua dessemelhante realidade social constantemente o apresenta.

4. A PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: DA INSTITUCIONALIDADE À ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

Quando nos deparamos com o tema Pedagogia Social, e em especial com a forma como esta se configura no Brasil, corremos o risco, de maneira quase que imediata e ditada pelo senso comum, de confundi-la com Assistência Social. Faz-se necessário então estabelecer historicamente as diferenças entre o trabalho e as características da Pedagogia Social e Assistência Social, buscando revelar qual o verdadeiro papel da Pedagogia Social na sociedade brasileira. De fato, ambas as áreas de atuação têm muito em comum: o objeto de intervenção de ambas são as expressões multifacetadas das questões sociais e recebem significativa contribuição de diferentes áreas e ciências como a ciência política, a antropologia, a sociologia, a psicologia entre outras. A Pedagogia Social e a Assistência Social também convergem em vários aspectos pontuais como o fato de se tratarem de áreas de saber de caráter sócio-político, crítico e interventivo e cuja atuação visa, através de programas e políticas sociais, a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social.

Estevão (1995, p.62) em “O que é serviço Social” define o papel do assistente social e quais as suas áreas de atuação:

Um **assistente social** atua, através de pesquisas e análises de realidade social, na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que buscam a manutenção, amparo e acrescentamento da justiça social e dos direitos humanos.

O trabalho do assistente social tem como objetivo visar e garantir direitos e assistência para a população desamparada, fazendo isso por meio de políticas sociais, de forma organizada e planejada, lutando contra os problemas das injustiças que podem afetar os desamparados socialmente.

Entre os principais campos de atuação profissional de um assistente social estão:

- Redes de serviços sociais do governo
- Hospitais
- Escolas/creches
- Centros de convivência
- Administrações municipais, estaduais e federais
- Serviços de proteção judiciária
- Conselhos de direitos e de gestão

- Movimentos sociais (ESTEVIÃO, 1995).

Em contrapartida, a Pedagogia Social, abrange uma cadeia de particularidades sócio-educativas, decorrentes de necessidades sociais, conforme aponta Quintana em “Los âmbitos profesionales de La animación” em 1993. Dentre elas, destacam-se:

- Atenção à infância com problemas, como por exemplo, advindas de ambiente familiar desestruturado ou do abandono;
- atenção à adolescência (orientação pessoal e profissional, tempo livre, férias);
- atenção à juventude (política de juventude, associacionismo, voluntariado, adoção, separações);
- atenção à terceira idade;
- atenção aos deficientes físicos, sensoriais e psíquicos;
- Pedagogia hospitalar;
- prevenção e tratamento das toxicomanias e do alcoolismo;
- prevenção da delinqüência juvenil (reeducação dos dissocializados);
- atenção a grupos marginalizados (imigrantes, minorias étnicas, presos- pedagogia no cárcere, ex-presidiários);
- promoção da condição social da mulher;
- educação de adultos;
- animação sociocultural (QUINTANA, 1993).

Segundo Moura (2009, p.284), a Pedagogia Social, em âmbito geral, pode atuar também em espaços e organizações da sociedade civil como:

- Igrejas e comunidades religiosas;
- Associações de assistência e bem-estar;
- Associações juvenis e outros tipos de grupos da juventude;
- Pessoas jurídicas de direito privado;

- Grupos alternativos, iniciativas e grupos de auto-ajuda.

Os grupos alvo a serem atendidos por certas intervenções nestes espaços seriam a infância e adolescência, a juventude, o sistema carcerário, as ONGs, as crianças de rua, entre outros.

Outro espaço onde a Pedagogia Social pode interferir e atuar é a empresa, e em especial a classe trabalhadora que a compõe. Este recorte visa apenas destacar mais uma frente de atuação da Pedagogia Social no Brasil. O seu propósito, uma vez que este sutilmente se distancia do nosso objeto de estudo, limita-se apenas ao registro da sua existência de caráter antropofílico. Pressupõe que no Brasil, e de acordo com o site da Associação de Pedagogia Social com Base Antroposófica, a história da Pedagogia Social começa a expandir-se a partir de 1963 com Pedro Smith, acionista e diretor da Giroflex (indústria de cadeiras e móveis para escritórios. Foi em uma das suas inúmeras viagens a Europa que Smith conheceu o trabalho de Lievegoed com outros empresários, identificando-se profundamente com suas propostas de ações sócio-pedagógicas. Retornando ao Brasil, este criou um grupo composto por empresários da então chamada NPI - Netherlands Pedagogisch Institute. A partir de 1972, Lex Box (consultor) começou a vir frequentemente ao Brasil para ministrar seminários relacionados à Pedagogia Social e, até os dias de hoje, estes seminários continuam sendo realizados juntamente com outros grupos de consultores. Em consequência disso, fundou-se em 1993 a “Associação para o Desenvolvimento da Pedagogia Social no Brasil - Convívio Social: formas concretas para a realização da sociedade”. Assim, a Pedagogia Social passou a ter um papel essencial no campo social e organizacional, (de empresas e instituições onde estão envolvidos grupos ou indivíduos), e onde consultor (indivíduo) e o conselheiro, o grupo e o facilitador, estão interligados. As pessoas abrangidas passam por um procedimento de conscientização, onde agregam valores, experiências de vida e habilidades como ouvir, falar, aconselhar, etc. Este trabalho ocorre a partir das vivências e reflexões de cada indivíduo, ocorrendo o resgate e, conseqüentemente, facilitando que ajudem uns aos outros.

Desta forma, no início da década de 1960, os primeiros passos do trabalho da Pedagogia Social no Brasil estiveram atrelados, de alguma forma, com a área empresarial. No entanto, articulava-se o processo aprendizagem quando se referia à socialização e à inserção do indivíduo na sociedade como um todo. No Brasil, uma das referências concretas sobre Pedagogia Social é a Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica fundada em 2001, baseada nos ideais e nos ensinamentos de Rudolf Steiner.

No entanto, quando se trata de Pedagogia Social, mais especificamente no caso do Brasil, e por haver pequena difusão desta área de atuação, há certa dificuldade em entender os seus conceitos, concepções e percepções donde esta pode vir a atuar. Por vezes, como fora previamente mencionado, a Pedagogia Social é confundida com o espaço da Assistência Social. Entretanto, Petrus (1997, p.17) destaca que a Pedagogia Social, e a Educação Social por ela gerada, apresentam função de ajuda educativa a pessoas ou grupos que configuram a realidade social menos favorecida, enfatizando ainda outros aspectos que ajudam a determinar a sua identidade:

- a) A Pedagogia Social é compreendida como sinônimo de correta socialização;
- b) pressupõe intervenção qualificada de profissionais, a ajuda de recursos e presença de determinadas circunstâncias sobre um sistema social;
- c) refere-se também à aquisição de competências sociais;
- d) representa o conjunto de estratégias e intervenções sócio-comunitárias no meio social;
- e) é concebida como formação social e política do indivíduo, como Educação política do cidadão;
- f) atua na prevenção de desvios sociais;
- g) define-se como trabalho social, entendido, programado e realizado desde a perspectiva educativa e não meramente assistencialista;
- h) é definida como ação educadora na sociedade.

Uma vez apontado o norte que direciona não somente as suas características, bem como as frentes de atuação desta área de saber, nos resta

agora definir quem são os personagens que nela atuam, os seus precursores brasileiros, os que atualmente carregam a bandeira da Pedagogia Social, e quem por ela são e/ou deveriam ser atendidos.

Não é possível falar de Pedagogia Social no Brasil, sem mencionar o nome de Paulo Freire e o seu método de Educação Popular desenvolvido para educar e alfabetizar adultos na década de 1960. A sua Pedagogia, embora não denominada de Pedagogia Social, difundiu-se e influenciou programas de alfabetização e de educação espalhados pelo Brasil, por muitos países da América Latina e Europa. Ao desenvolver uma Pedagogia “não autoritária”, a tão difundida Pedagogia do Oprimido tem como meta principal o ato de aquisição de consciência como condição mor que irá garantir a transformação social; efeito político que vai além da educação escolar nos moldes que conhecemos. Paulo Freire é, indiscutivelmente, um dos mais respeitáveis emissários da Pedagogia Social brasileira, cuja obra é internacionalmente reconhecida, e por que não dizer, adotada. Trata-se não somente de um “educador regular”, e sim de um militante por uma ação educativa crítica e transformadora, defensor de uma prática educativa que leva ao conhecimento, à conscientização e à autonomia dos sujeitos.

O pensamento e a ação de Paulo Freire, os quais serão retomados posteriormente, são fecundos e inspiram à reflexão sobre os processos educativos e sócio-pedagógicos; num sentido mais amplo, à reflexão sobre a totalidade da vida em sociedade. E ele nunca esteve sozinho nesta trajetória.

Na atualidade, vários autores vêm fazendo da Pedagogia Social a sua ideologia, a sua luta, o seu objeto de estudo que possa vir a gerar um novo campo de atuação. Dentre eles destacam-se: Rogério Moura – Professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, João Clemente de Souza Neto – pesquisador e professor do Centro Universitário FIEO e membro do Núcleo de Estudos de Subjetividade, Cultura e Cidadania (NESCCi) da PUC-SP, Afonso Celso Scocuglia – Professor do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Maria Estela Santos Graciani – Professora doutora em Educação e Administração Escolar pela USP, Evelcy Monteiro Machado, autora por vezes mencionada no decorrer deste artigo,

Pedagoga, especialista em Métodos e Técnicas da Educação e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, entre outros.

Conforme aponta Garcia-Hiudobro (1988), por mais de três décadas a Pedagogia Social e seus atores envolvidos em projetos educacionais, vem buscando atuar em frentes como:

- ✓ Programas concernentes a populações indígenas, nativas, relativos a questões de língua, multiculturalismo, identidade étnica, oposição à assimilação da cultura dominante;
- ✓ programas de pesquisa participativa em ação de resgate à cultura e conhecimento popular para reapropriação do poder de grupos dominantes amparados na repressão e na força;
- ✓ programas de participação da comunidade, de identificação de programas educacionais, os quais envolvem professores, pais e alunos;
- ✓ programas de Educação popular pautados às questões da terra, reforma agrária e Educação Rural;
- ✓ programas de formação política por meio de recursos e atividades educacionais focados principalmente nas necessidades das classes marginalizadas, como a alfabetização e na mobilização para contestar estruturas sociais dominantes e o poder do Estado.

Uma vez traçado o histórico mundial e brasileiro da Pedagogia Social; determinado os seus conceitos e acepções; estabelecido os seus atores, fatores e precursores, resta-nos apenas apontar a quem esta ciência de caráter humanista, não assistencialista, designa-se. Quem pode usufruir das benesses pela Pedagogia Social proporcionadas? Em que instante o excluído é por ela lembrado? Como afirma Souza Neto (2009, p.255), no que se refere à realidade brasileira do século passado, em especial no final da década de oitenta e início dos anos noventa, a sociedade conquistou o que ele denomina de reordenamento jurídico, o qual contribuiu, segundo o autor, para a construção de uma cultura de direitos:

Neste contexto, a democratização das relações sociais alcançou um novo patamar e diferentes indagações vieram à tona. Quem são, afinal, os que têm os direitos violados e praticam a delinquência? De que forma reagem? Como produzem conhecimento? Qual é a sua relação com a ciência? (SOUZA NETO, 2009, p.255).

A transformação efetiva só ocorre quando se diagnostica determinada situação; quando se busca causas para se chegar a conclusões e, posteriormente, às ações por elas requeridas. Não existe linha de chegada se o ponto de partida não foi apurado, e neste sentido, muitos autores aqui citados, e outros de igual relevância, vêm buscando decifrar o perfil da Pedagogia Social brasileira, pois estão cientes de que, diferentemente do ocorrido na Europa e resto do mundo, a Pedagogia Social necessária para o Brasil é vinculada a várias áreas de conhecimento e atuação, a vários campos de trabalho e investigação. Muitos estudiosos, cientistas, autores e educadores vêm centrando suas forças para compreender o processo de educação da Infância e da Adolescência, da Juventude, da sua forma de desempenho no Sistema Penitenciário, no Terceiro Setor, nas ONGs, nos mais diversos projetos e programas sociais espalhados pelo solo brasileiro. Pensadores e educadores vêm promovendo exaustivas análises focadas no interior Pedagogia Social, tentando quebrar impropriedades, fragmentações e confusões conceituais referentes a ela, visando aumentar assim, as chances do excluído sobreviver à sociedade atroz e desumana que conhecemos. Buscando que a espécie excluída vá, gradativamente, sendo extinta, dando lugar a uma sociedade mais humana, compassiva e afetuosa, norteada por princípios de igualdade de direitos, de promoção da paz, de exercício de liberdade, de tolerância e de prática de justiça.

4.1 A PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: DO LEGADO PIONEIRO DE PAULO FREIRE À INVESTIGAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL ATUAL

Quando falamos de educação inclusiva e que insere o indivíduo na sociedade, nos referimos ao termo “Pedagogia Social” como o procedimento por meio do qual se forma o homem como cidadão, resgatando seus princípios morais, parte integrante do seu ser e da sua essência, proporcionando-lhe a possibilidade de se associar e unificar cultural e socialmente à vida da comunidade. No Brasil, Paulo Freire consagrou a sua vida à visão da educação como processo de emancipação, defendendo uma pedagogia da libertação, através da qual o homem, via práticas que levam ao conhecimento, se insere, conscientiza e adquire autonomia.

Ao redimensionar o processo de conexão e integração da Pedagogia Social no Brasil, Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro considerado por muitos como um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia brasileira, assume um papel imprescindível e imperativo quando se refere a ela em obras e livros, dentre os quais se destacam: Educação como Prática da Liberdade (1966), Pedagogia do Oprimido (1970), Cultura Popular, Educação Popular (1983), Política e Educação (1993), Pedagogia da Autonomia (1996). Desta forma, e ao levarmos em consideração a sua vasta publicação e prática sobre educação popular, é possível afirmar que Paulo Freire é o inspirador da Pedagogia Social no Brasil e, por esta razão, faz-se neste momento um merecido recorte, um aparte sobre a vida e obra do nosso educador mor.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no Recife, capital de Pernambuco, em 19 de setembro de 1921. Aos 13 anos de idade, mais especificamente em 1934, ficou órfão de pai. Em 1937, Freire ingressou como bolsista no ensino secundário do Colégio Oswaldo Cruz, no Recife. Quatro anos mais tarde, ingressou no curso complementar pré-jurídico. Em 1944 casou-se com Elza Maria Costa Oliveira, quando ainda cursava a Faculdade de Direito. Desta união, originaram-se cinco filhos. Em 1947, ingressou no recém-criado Serviço Social da Indústria (SESI) de Pernambuco. Este fato requer um olhar mais aproximado pois iniciam-se aí os primeiros passos de uma vida consagrada à visão da educação como processo de emancipação.

Segundo o relato de Beisiegel (2010, p.8):

Conforme relatos do educador, sua passagem pelo SESI foi decisiva na formação de suas primeiras orientações no campo da educação popular. Datam deste período as notáveis reflexões a propósito do assistencialismo que apresentou, anos depois, na tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia de Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Em entrevistas posteriores, Paulo Freire remete para esse período as experiências cruciais na formação de seus ideais sobre as relações entre educador e educando. As dificuldades de comunicação com os trabalhadores e a procura de uma melhor compreensão de linguagem popular encaminharam-se para as práticas de educação fundadas nas realidades da vida dos setores desfavorecidos do Recife.

No ano de 1958, Paulo Freire relatou a comunicação da equipe da Secretaria da Educação e Cultura de Pernambuco ao Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Em 1959 apresentou o trabalho Educação e Atualidade Brasileira como tese de concurso para provimento da cátedra de Filosofia e História da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, da Universidade do Recife. Em 1960, com outros intelectuais, participou da fundação do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife. Iniciou no MCP as experiências de criação do Método de Alfabetização de Adultos.

De acordo com registros de Beisiegel, o referido autor destaca, 2010 p.9:

... em maio de 1960, foi um dos intelectuais participante na constituição e no início das atividades do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, um importante movimento de cultura popular criado pelo prefeito Miguel Arraes e organizado sob a liderança de Germano Coelho. Paulo Freire assumiu a direção da Divisão de Pesquisas da nova entidade. Em fevereiro de 1962, participou da criação e assumiu a direção do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (BEISIEGEL, 2010, p.9).

E ainda complementa:

Ainda enquanto diretor da Divisão de pesquisas do MCP criou os círculos de cultura e os centros de cultura do movimento. Os círculos de cultura consistiam em agrupamentos de adultos das camadas populares formados para o exame e a discussão de temas sugeridos pelos próprios participantes. Depois de algum tempo, observando o bom rendimento dos diálogos nos círculos de cultura, o educador concluiu que os mesmos procedimentos poderiam funcionar também no processo de alfabetização de adultos. Experimentou pôr em prática essa idéia logo depois, no Centro de Cultura Dona Olegarinha, na localidade conhecida como Poço da Panela (BEISIEGEL, 2010, p.9).

No Brasil dos anos 1960, a proposta de alfabetização de Paulo Freire fazia vislumbrar uma verdadeira revolução, pois permitia antever a redenção dos brasileiros excluídos pela via da educação. Nos anos de 1961 e 1962, entre

estudos e publicações, o primeiro ensaio do novo método de alfabetização fora iniciado, envolvendo cinco adultos analfabetos. Começava aí a constituir-se o passo primordial da Pedagogia Social em solo brasileiro; começava a constituir-se o método de alfabetização de adultos, o ponto de partida das propostas pedagógicas freirianas que levariam o nosso educador a ser conhecido mundo afora.

Foi no final do ano de 1962 e início de 1963 que Freire assumiu a coordenação da Campanha de Alfabetização de Adultos empreendida pelo Governo do Rio Grande do Norte. Conforme relato de Carlos Lyra, (1996, p.10):

... com limitado espaço político de atuação em Pernambuco, o educador aceitou a coordenação desse movimento para testar suas idéias sobre o processo de alfabetização de adultos, em mais larga escala, no Rio Grande do Norte, onde teria os recursos e o apoio que lhe eram negados em Pernambuco.

Segundo Lyra (1996, p.10):

No quadro político da região nordestina, dois fortes competidores de Aloísio Alves, os prefeitos Miguel Arraes, em Pernambuco, e Djalma Maranhão, no Rio Grande do Norte, atuavam intensivamente no campo da educação popular, com o MCP do Recife e a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler, em Natal. O governo Aloísio Alves buscava, pois, contrapor a esses movimentos a sua campanha de alfabetização de adultos, a ser iniciada com o emprego do método de Paulo Freire na experiência-piloto programada para a cidade de Angicos.

A campanha de alfabetização de Paulo Freire, amparada na rapidez de aquisição de resultados, adotou como marca as *quarenta horas* de duração dos trabalhos, e cuja essência afirmava se tratar de “um método inovador, capaz de alfabetizar o adulto em 40 horas...”. Em 1963, mais especificamente no 2º semestre deste ano, Freire fora incorporado ao Ministério da Educação, coordenando a Comissão Nacional de Cultura Popular e tendo o seu método como escolhido para o programa nacional de Alfabetização do Governo Jango Goulart. Com o golpe militar de 1964 e a deposição do Governo Goulart, Paulo Freire é indiciado em um inquérito que visa apurar supostas “atividades subversivas”, refugiando-se na embaixada da Bolívia e dirigindo-se, em seguida, ao Chile. Durante sua permanência neste país, onde ficou até 1969 publicou inúmeros artigos e escreveu o livro considerado pela crítica especializada como o

seu trabalho mais importante: *Pedagogia do Oprimido*. Num sucinto relato cronológico, mudou-se para os Estados Unidos em 1969 lecionando em Harvard. Assumiu a posição de consultor do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra. Publicou extraordinários estudos sobre a educação política, a humanização e as suas implicações pedagógicas e o papel educativo das Igrejas na América Latina. Aproximou-se de movimentos de libertação na África, registrado nas obras de 1977 e 1992, *Cartas à Guiné-Bissau* e *Pedagogia da Esperança*, respectivamente. Retorna ao Brasil em 1980 auferindo títulos de Doutor Honoris Causa em muitas universidades brasileiras, nas Américas e Europa.

O desenvolvimento de sua intensa atividade intelectual não cessou até o seu falecimento em maio de 1997. Segundo artigo publicado por Celso de Rui Beisiegel (2010, p. 12):

Após o retorno ao Brasil publicou, entre outros trabalhos, *Ideologia e Educação: Reflexões sobre a Não Neutralidade em Educação*, em 1981; no ano seguinte, *A Importância do Ato de Ler*; em 1991, *A Educação na Cidade*; em 1992, *Pedagogia da Esperança*, um reencontro com a *Pedagogia do Oprimido*; em 1993, *Professora sim, Tia não: Cartas a quem Ousa Ensinar*; ainda em 1993, *Política e Educação: Ensaio*; em 1994, *Cartas a Cristina*; em 1995, *À Sombra desta Mangueira*; e, em 1996, *Pedagogia da Autonomia*. Publicou também um amplo elenco de livros produzidos a partir de diálogos com educadores e intelectuais brasileiros e estrangeiros.

Tamanha riqueza literária, não se baseava somente em pensamentos, ou era norteadas apenas por ideologias, mas principalmente por ensaios, exames e experimentos. Dentre estas experiências, talvez a que mereça mais destaque seja o seu revolucionário método de alfabetização de adultos. A educação de adultos era examinada no âmbito das exigências nacionais de desenvolvimento, não podendo reduzir-se a um simples trabalho de alfabetização. Segundo registros de Beisiegel, (2010, p. 12): “não seria um trabalho feito verticalmente, sobre ou para o homem. O trabalho educativo em uma democracia seria sempre um trabalho com o homem.”

A preocupação fundamental de Paulo Freire seria vincular a educação popular à consciência crítica, à democracia, ao desenvolvimento e à construção de personalidades socialmente responsáveis, participantes na construção da vida

coletiva. Paulo Freire foi um educador cuja defesa ininterruptamente se deu pela educação construída através do diálogo, comprometida com a formação de homens livres voltados para a construção de uma sociedade democrática e desenvolvida.

Beisiegel, (2012, p. 13-14) busca, por mais que de forma abreviada, introduzir em que consistiu o seu Método de Alfabetização de Adultos:

Numa apresentação esquemática e bastante resumida, o método de alfabetização, nas primeiras experiências, apresentava as seguintes características:

- A equipe de alfabetizadores levantava informações sobre os *modos de vida da população local*. Essas informações permitiam o conhecimento do vocabulário corrente na localidade e fundamentavam o planejamento dos trabalhos de alfabetização.
- Nesse vocabulário (universo vocabular mínimo) selecionavam-se as denominadas *palavras geradoras*, em número variável nas diferentes experiências realizadas. A seleção atendia a dois critérios: riqueza fonêmica das palavras e seus conteúdos existenciais. Como exemplo, a palavra *tijolo*, além de possibilitar o estudo das famílias silábicas do t, do j e do l, comportava a evocação das experiências de trabalho e de vida associadas às necessidades da habitação. Em *Educação como Prática da Liberdade*, Paulo Freire relaciona para a escolha das palavras geradoras os critérios: 'a) da riqueza fonêmica, b) das dificuldades fonéticas (as palavras escolhidas devem responder às dificuldades fonéticas da língua) e c) o de teor pragmático da palavra, que implica uma maior pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política, etc."
- Em seguida, procedia-se à criação das *situações existenciais típicas* do grupo de educandos. As situações deviam desafiar os grupos. Seriam "situações-problemas, codificadas, guardando em si elementos que serão codificados pelos grupos, com a colaboração do coordenador".
- Procedia-se à elaboração das "*fichas-roteiro*", para auxiliar os coordenadores de debates.
- Finalmente preparavam-se as fichas com a *decomposição das famílias fonêmicas* correspondentes às palavras geradoras.

Quando levantamos questões a respeito da alfabetização das camadas menos favorecidas utilizando o Método Paulo Freire, não podemos dissociá-las de algo que caminhava de forma concomitante: a conscientização do indivíduo a ser alfabetizado. O mestre Paulo Freire propunha círculos de cultura nas origens de suas pesquisas as quais acabariam por originar o seu revolucionário método de alfabetização. Os temas discutidos nestes círculos iam ao encontro dos interesses e das realidades sócio-econômicas das classes a serem alfabetizadas. O professor Beisiegel (2010, p. 14-15) relata:

Os trabalhos nos círculos de cultura eram iniciados pela apresentação das denominadas fichas de cultura, com cenas e figuras sugestivas das questões que deveriam ser debatidas pelos grupos. No apêndice de Educação como Prática da Liberdade são apresentadas 10 fichas. Na primeira, o diálogo entre os participantes do círculo de cultura deveria conduzir à percepção da distinção entre os mundos da natureza e da cultura. O homem seria percebido como criador e recriador da sua realidade.

As fichas subseqüentes buscavam motivar os grupos à apreciação do diálogo entre os homens; à percepção das diferenças entre culturas e à ação transformadora dos homens sobre as matérias da natureza; à percepção das diferenças entre culturas, valores e padrões de comportamento. Em seguida, caminhava-se para o debate da democratização da cultura e para o início do trabalho de alfabetização. Ainda de acordo com o que fora relatado por Beisiegel (2010, p.15):

As palavras geradoras eram em seguida apresentadas aos participantes, em cartazes ou projeções de slides. Cada uma delas era encabeçada por uma figura evocativa da situação existencial típica que se pretendia examinar nos debates. No exemplo da palavra tijolo, a figura de um pedreiro assentando tijolos poderia remeter as discussões para situações comuns na vida de operários da construção civil. Num outro slide apresentava-se somente a palavra tijolo, e em outro, a mesma palavra apresentava-se agora dividida em sílabas. Depois apresentavam-se, respectivamente, as famílias do t, do j e do l. Numa outra ficha, a da descoberta, juntavam-se as três famílias, possibilitando exercícios de composição de diferentes palavras. Finalmente em outras fichas eram apresentadas as vogais.

A conscientização propiciada via diálogo proposto pela análise das fichas de cultura e das situações existenciais peculiares, bem como todo o processo de alfabetização coexistiam durante toda a duração do trabalho. A pedagogia, segundo o pensamento de Paulo Freire, deveria fazer da exploração e do abuso, bem como de suas razões, o componente da reflexão dos explorados e abusados, de que resultaria seu engajamento na luta por sua libertação.

Este breve apanhado da história de Paulo Freire e da sua trajetória educativa comprova que há décadas a Pedagogia Social já vem sendo discutida e praticada no Brasil, contudo sem necessariamente apropriar-se da terminologia “Pedagogia Social”, pelo menos não da forma como ela é concebida na contemporaneidade. Segundo estudos de Ribas Machado (2010, p. 142):

Já a terminologia Pedagogia Social que, pelos estudos realizados não voltava à cena educacional desde o início do século, ressurgiu na realidade educacional brasileira a partir do ano de 2005, mas também com uma nova perspectiva: vinculada ao atendimento de uma demanda que busca a profissionalização de diversos educadores que atuam em diferentes espaços educativos, mas que não possuem uma formação específica. (RIBAS MACHADO, 2010, p.142)

Ribas Machado (2010, p.144) complementa a sua afirmativa:

Desde 2005 identifica-se um movimento, no Brasil, de um grupo que está sendo responsável pela estruturação da Pedagogia Social como área de conhecimento, formação acadêmica e profissional. Este grupo tem buscado, por meio de estratégias (congressos, eventos, pesquisas, publicações, etc.), legitimar a área perante o campo educacional brasileiro.

E conclui:

É importante considerar que, por ser a Pedagogia Social no Brasil uma área ainda recente, inclusive no tocante à apropriação da terminologia 'Pedagogia Social', as publicações e discussões estão sendo formuladas em diferentes lugares e também com diferentes enfoques e perspectivas. Existem relatos que discutiram a Pedagogia Social e/ou Educação Social em algumas universidades, e que evidenciaram a realização de atividades isoladas ou regionais. Na verdade pode-se demarcar o lançamento da Pedagogia Social no Brasil, no ano de 2006, com a realização do I Congresso Internacional de Pedagogia. No entanto, as discussões e aproximações com a área começaram, a partir de ações de grupos de pesquisa. (RIBAS MACHADO, 2010, p.145)

Não podemos afirmar que todo autor cujo objeto de estudo é a Pedagogia Social tenha bebido das fontes freireanas, e nem tampouco assegurar que estes estejam isentos da sua influência. Paulo Freire jamais trilhou o seu caminho de maneira solitária. Este dialogou com pensadores dos mais diversos matizes como Anísio Teixeira, Hélder Câmara, Álvaro Vieira Pinto, Karl Mannheim; e acabou por influenciar outros nomes de similar relevância como Moacir Gadotti, Carlos Alberto Torres, entre outros. Do mesmo modo, houve outros autores interessados nesta área, entre os quais se destacam o pedagogo italiano Geraldo Caliman com seu livro "Desafios, riscos e desvios" (1958); Antônio Carlos Gomes, o qual escreveu a obra "A presença da Pedagogia – Teoria e prática da ação socioeducativa"; Maria Estela Santos Graciani com o livro "A Pedagogia Social de

Rua - abordando segmentos sociais em situação de risco”, Maria da Glória Gohn com o livro “Educação não-formal e cultura política”, entre outros de igual valor e contribuição. Proveniente desta não tão vasta, como ocorre em muitos países europeus, mas significativa obra literária, observa-se o grande progresso teórico referente à Pedagogia Social no Brasil.

De acordo com o pensamento de Sanna (2009, p. 71):

Quando refere-se ao processo de sistematização da Pedagogia Social como área de formação, é necessário salientar a relação da mesma com a tradição que decorre da Educação Popular, sendo assim, as teorias e as experiências de Paulo Freire sistematizam e enriquecem o trabalho da Pedagogia Social tanto no âmbito nacional quanto internacional. No entanto, é importante salientar que não existe uma receita universal para que as ações sócio pedagógicas sejam realizadas. Sendo assim, o trabalho da Pedagogia Social, será realizado de acordo com as necessidades de cada realidade vivida em determinado momento histórico.

Ainda:

A nova Pedagogia Social não pode reduzir seu âmbito de ação ao tratamento dos tradicionais problemas sociais. A Educação Social tem que refletir também a cerca de sua intervenção, onde realizá-la e se perguntar por que o faz de uma maneira e não outra. A Educação Social deve abrir novos espaços de reflexão e trabalho e o que é mais importante, deve incidir nas causas dos problemas, deve prevenir as causas dos problemas, deve prevenir as causas que os geram. (PETRUS 2003, *apud* SANNA, 2009, p. 71 p. 61).

Petrus (2003) destaca que muitos infortúnios e diferenças sociais num país como o Brasil podem ser enfrentados com os instrumentos providos pela Pedagogia Social. No entanto, destacar apenas problemas sociais, políticos e econômicos não devem e não podem ser um caráter de aproximação da Pedagogia Social, uma vez que cultura e etnia são patrimônios que devem articular o trabalho e o progresso na Pedagogia Social no país.

Conforme fora descrito previamente, nos sentimos tentados a assegurar que o trabalho da Pedagogia Social é concebido no ideário coletivo brasileiro com Assistência Social por ter raízes e peculiaridades voltadas ao trabalho social.

Segundo Ribeiro (2009, p.168):

...o educador social era definido como um militante, um funcionário, redimensionando um trabalho assalariado, porém caracterizado num

trabalho voltado a Educação Popular ou não-formal, sendo assim, o trabalho estava voltado para aqueles não inseridos nas instituições mais regulares como a família e a escola, ou seja, grupos excluídos socialmente.

Ribeiro (2009) articula que este trabalho social possui um propósito:

Proporciona aos grupos espaços de experimentação de um pensamento capaz de dobrar-se radicalmente diante dos saberes do corpo, de constituir-se em contraponto à linguagem escolar formalizada e conceitual, o complexo e diverso campo de saberes escolares atravessados por linguagens marginais constitutivas em um rico universo simbólico, que encontra suas referências na cultura em seu caráter local, particular, temporal, global revolucionário (PARDO, 2004, *apud* RIBEIRO, 2009, p.169).

Nomeadamente, o afazer cotidiano do educador social estava articulado à educação popular e aos educadores populares como os educadores de rua. Neste sentido, desenvolvia-se desde então aqui no Brasil um trabalho de educação popular não somente focado em jovens e adultos, mas também meninos e meninas de rua.

Ao proferir-se à Pedagogia Social de Rua, Graciani (2001, p. 13) menciona que “A Pedagogia do educador social é, de certa forma, uma contra-pedagogia que busca instaurar uma nova cultura, a cultura da solidariedade que possa neutralizar a banalização da vida à qual as elites brasileiras se acostumaram”. Sendo assim, a compreensão do educador social deve estar voltada a Educação Popular, voltada aos pensamentos pedagógicos de Paulo Freire, em que teoria e prática são indissociáveis, ou seja, ambas necessitam ser trabalhadas juntas para que se obtenham resultados.

No Brasil, o trabalho do educador social inicialmente foi e continua sendo impulsionado e apoiado por instituições públicas e privadas (Universidades), poderes públicos (prefeituras) e ONGs.

Segundo Ribeiro (2009, p. 171), as analogias feitas por Graciani, quando este se refere à Pedagogia Social, desde seu surgimento no Brasil, nos remetem a aliar uma relação entre trabalho e educação, voltada às disposições de uma Pedagogia Socialista e nitidamente condescendo à prática da educação popular como um todo.

Neste caso, nos deparamos com a realidade brasileira do MST (Movimento dos Sem Terra), voltado à luta pela terra, sendo herdeiros de experiências e reflexões socialistas. Nesta acepção, a educação proposta pelo MST está contextualizada na educação socialista.

Ao englobar um trabalho sócio pedagógico e não-formal, a Pedagogia Social no Brasil delinea o trabalho do MST e também um trabalho ao redor de ONGs e projetos sociais, em uma esfera política com a finalidade de permitir mudanças nos mecanismos e organismos que mantêm o sistema de desigualdades.

Graciani (2005, p. 15) articula que necessitamos de uma pedagogia dos direitos, especialmente voltada para a persuasão das elites. “A Pedagogia Social de Rua, como parte constituinte dessa pedagogia dos direitos, precisa educar também a família, o ministério público, advogados, juízes, promotores e a polícia, não só os educadores”.

No Brasil a Pedagogia Social congregou-se primeiramente com a Educação não formal, educação esta desempenhada em movimentos sociais, com um trabalho articulado em programas e projetos sociais tanto em instituições públicas como privadas, envolvendo interferências sócio-pedagógicas direcionadas a temas transversais tais como: meio ambiente, saúde, direitos humanos, cidadania, alimentação, formação profissional, empreendedorismo, artes, cultura, esportes, etc., redimensionando e atingindo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, e o Ensino Superior.

Esta configuração de trabalho efetuado na esfera da educação não formal tem como finalidade a inclusão, ou seja, a introdução do indivíduo na sociedade, promovendo de alguma maneira o processo ensino-aprendizagem a determinado indivíduo ou grupo ali inserido.

Nos trabalhos desempenhados pela Pedagogia Social no Brasil, destacam-se práticas comunitárias voltadas à educação indígena, educação em saúde, educação em cidadania e direitos humanos, educação ambiental, educação no campo, educação rural, educação em valores, educação para a paz, educação para o trabalho, educação política, educação hospitalar e educação alimentar.

De acordo com Calimam (2009), quando se refere à Pedagogia Social no Brasil:

A importância, hoje, da Pedagogia Social, está no fato de que ela se empenha diretamente no aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas orientadas ao bem-estar social, à análise e avaliação das situações e condições sociais que condicionam a Educação e a delinear uma diretriz orientadora que torne possível a intervenção em termos formativos no âmbito da diversidade social, do desvio e da marginalidade, e da equidade dos recursos sociais (BECCEGATO, *apud* CALIMAN, 2009, p. 51).

O trabalho da Pedagogia Social no Brasil, em uma esfera geral, sustenta fundamentalmente a conscientização da relevância do trabalho executado. Sendo assim, todos teriam acesso àqueles que o desenvolvem, tanto os menos favorecidos quanto as classes mais abastadas, as médias e altas, articulando a solidariedade em um contexto sócio-pedagógico que abarcaria a todos, no sentido da ação de quem o desempenha e nos resultados de quem o recebe, ganhando magnitude no trabalho e conquistando aliados.

A Educação é um procedimento que incide nos mais desiguais âmbitos da sociedade. Conseqüentemente, a pedagogia precisa estar atenta para formar educadores que venham a atuar nestes vários espaços, e dar atenção especial, no momento de formação do ator envolvido no processo ensino-aprendizagem, ao educador que posteriormente virá trabalhar com os segmentos da sociedade que vêm sendo historicamente excluídos.

Silva, Souza Neto e Moura (2009, p. 306) afirmam que a Pedagogia Social precisa ter uma feição própria no Brasil, embebida da sua rica história e tradição cultural. No que tange a formação inicial do Pedagogo Social em território nacional, e levando em consideração de que não existe, e nem tampouco as faculdades e universidades brasileiras oferecem um curso de graduação a nível superior denominado “Pedagogia Social” (tais aportes são contemplados em disciplinas isoladas, como por exemplo, a Pedagogia em Espaços Não-Escolares, e fazem parte da grade curricular do curso de Pedagogia regular), os autores acima citados apontam, em linhas gerais, o norte que acreditam ser ideal nas áreas de formação destes profissionais:

O ensino, nos níveis técnico, de graduação e de pós-graduação lato e stricto sensu, deve ser fundamentado em uma mesma matriz teórica – da Pedagogia Social – em uma perspectiva comparada (com Alemanha, Espanha, Portugal, Finlândia e Uruguai), com forte apoio tecnológico (Portal da Pedagogia Social) e orientado para a ação-reflexão-ação (rede de projetos sociais e ONGs). (SILVA, SOUZA NETO E MOURA, 2009, p.306)

De maneira mais específica e minuciosa, os autores supracitados apontam, em “Pedagogia Social”, para as propostas de modelagem dos cursos técnico, de graduação, de especialização, mestrado e doutorado com programas voltados à Pedagogia Social:

Um curso técnico de nível médio em Pedagogia Social talvez seja a forma de responder mais imediatamente à necessidade de formação pedagógica dos chamados educadores sociais que atuam na cognominada educação não formal. Sua concepção visa a atender, de forma muito enfática, adolescentes e jovens sem perspectivas de acesso ao Ensino Superior, mas que já possuem alguma inserção na área social (SILVA; SOUZA NETO; MOURA, 2009, p.306, 307,308).

No tocante à modelagem dos cursos de graduação, os autores propõem:

...uma efetiva integração curricular que torne possível a efetivação de um curso de graduação que já nasça sob a marca da internacionalização, com a participação de Brasil, Alemanha e Uruguai e que, gradualmente, possa incorporar Espanha, Portugal, Finlândia e França...deve ser enfrentada a dificuldade da integração curricular que possibilite o reconhecimento do diploma nos diferentes países envolvidos além de abrir o Brasil como espaço de complementação na formação dos estudantes europeus. (SILVA; SOUZA NETO; MOURA, 2009, 307)

Já no que se refere aos cursos de especialização, fica proposto:

Cursos de especialização em Pedagogia Social, adequados para profissionais formados em outras áreas que não a Pedagogia. Concebidos como formação continuada, podendo incorporar os recursos de Ensino à Distância e de Tecnologia da Informação e da Comunicação (SILVA; SOUZA NETO; MOURA, 2009, p.308).

Quanto à modelagem dos programas de Mestrado e Doutorado, Silva, Souza Neto e Moura (2009, p.308) sugerem recorrer aos modelos já difundidos pela CAPES, estimulando a cooperação acadêmica entre programas de pós-graduação e contando com um maior número de professores estrangeiros,

contratados como professores visitantes. Os autores também prevêem linhas de pesquisa da Pedagogia Social de domínios sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico.

Os diferentes níveis de formação e qualificação, bem como o que tange o processo ensino x aprendizagem da Pedagogia Social, enfim, todas as configurações de Educação advindas desta, detêm de um aspecto proeminente, pois, atuam perante sujeitos sociais e históricos, e fazem parte da constituição dos mesmos. O objeto “material” da Pedagogia Social é o próprio da pedagogia geral: o ser educando do homem, o que se traduz pela realização prática do que antes fora uma possibilidade: a educabilidade, garantindo assim, a prevenção, ajuda socialização e reinserção do indivíduo.

4.1.1 Traços de Pedagogia Social no trabalho educacional de Paulo Freire

Há muita controvérsia em torno da nomenclatura advinda da ação de Paulo Freire, principalmente do que orbita o seu trabalho educacional, e se este, por sua vez, poderia então ser agraciado e classificado com o título de Pedagogia Social. Por mais que alguns autores e pesquisadores livremente se utilizem da ação educativa de Paulo Freire classificando-a como Pedagogia Social, como é o caso de Scocuglia (SILVA; SOUZA NETO; MOURA, 2009, p. 241) em A Pedagogia Social de Paulo Freire como contraponto da Pedagogia Globalizada, e também a exemplo de outros artigos publicados conforme apontamos anteriormente nos quadros I e II do primeiro capítulo desta dissertação de mestrado, paira no ar a dúvida etimológica e lexical de como poderíamos nos referir ao seu trabalho; dúvida esta que não diminui em nada a relevância da obra educacional de Freire.

Numa rápida tentativa de desmitificar esta peculiaridade, buscamos então destacar pontos na Pedagogia Freireana que tragam em seu cerne traços de Pedagogia Social, ou que então apontem onde ambas convergem.

Conforme afirma Machado:

Entretanto, a Pedagogia Social está presente em intervenções de diferentes naturezas em toda a América Latina. Dentre tais práticas, destacam-se os modelos de Educação popular com a abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire (1980) para a educação de adultos na década de 60. A Pedagogia de Freire difundiu-se e influenciou nas campanhas de alfabetização e na educação em geral. Como uma Pedagogia “não autoritária”, a Pedagogia do Oprimido tem como objetivo central a “conscientização” como condição para transformação social, implicações políticas que transcendem a Educação escolar. Pode-se afirmar que Paulo Freire é um dos mais importantes representantes brasileiros da Pedagogia Social e que sua obra é reconhecida internacionalmente nesta perspectiva. (MACHADO, 2009, p.139)

Percebe-se a ênfase que a autora dá não somente à obra teórica de Freire referindo-se a ele como um dos mais relevantes nomes brasileiros da Pedagogia Social, mas à conscientização como condição mor para promoção da transformação social do oprimido. Esta superação da atual realidade sociocultural é um dos, se não o maior objetivo da Pedagogia Social.

Neste sentido, afirmam ainda Streck e Zitkoski (2010, p.26):

É dos oprimidos, segundo Freire, que pode vir a libertação. Pois dos seres humanos que estão à margem das estruturas fundantes do sistema oficial opressor é que se pode esperar a alternativa e/ou o novo na história. Ou seja, os oprimidos não tem compromisso político com o sistema vigente que os oprime, e desta forma, quanto mais clareza política vão conquistando do processo histórico-dialético de construção das realidades sociais, mais fortemente defenderão a utopia de uma nova sociedade a ser construída desde o embate prático no momento presente.

Legitimando o que afirmara Streck e Zitkoski (2010) sobre a importância da conscientização por parte do oprimido de que a sua condição social é de opressão e desumanização, nos apoiamos em Graciani para destacarmos pontos convergentes entre as Pedagogias Freireana e Social:

A Pedagogia Freireana, há quatro décadas propiciou transformações incríveis, não só em educadores, mas também em educandos, que saíram de sua ingenuidade para a esfera crítica, da passividade para a militância em movimentos sociais, sindicais e populares, da descrença para a esperança de que as coisas possam mudar e da resignação para a utopia, convencidos de que são sujeitos históricos capazes de ocupar a vida política do brasileiro, indignados com a pobreza, a exclusão e a desigualdade social (GRACIANE, 2009, p.211).

Finalmente, a autora destaca as características da Pedagogia Social como projeto radical de transformação política e social, e que claramente compactuam com o pensamento pedagógico de Paulo Freire. Destas características, inicialmente citamos duas:

Propõe inicialmente criar uma teoria renovada de relação homem, sociedade e cultura, com uma ação pedagógica que pretende fundar, a partir do exercício em todos os níveis e modalidades da prática social, uma educação libertadora;
Realiza-se no domínio específico da prática social com classes sociais populares, a partir de um trabalho político educacional de libertação popular, com o intuito de ser conscientizador com sujeitos, grupos e movimentos das camadas excluídas (GRACIANI, 2009, p.211).

Outra característica comum entre as Pedagogias Freireana e Social é a defesa de que ambas devem ser constituídas e construídas coletivamente, promovendo assim a esperada reflexão dos oprimidos que acabará, conseqüentemente, resultando no engajamento de uma classe que luta por sua libertação. Streck e Zitkoski (2010) destacam o que Paulo Freire defende e propõe como ação coletiva:

Nestes termos, Freire defende que a Pedagogia do Oprimido é uma obra coletiva, solidária, que envolve não somente educandos e educadores, mas também a humildade dos líderes políticos. Enquanto processo político, esta obra tem que ser forjada com eles, e não para eles, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade (STRECK; ZITKOSKI, 2010, p. 26).

Compartilhando com o pensamento dos autores supracitados, Graciani (2009) aponta mais uma característica da Pedagogia Social:

Concretiza-se como ação educativa com agentes e sujeitos comprometidos, onde se estabelece, por meio da relação dialógica, um sistemático processo de intercâmbio de conhecimentos e saberes, onde a troca de experiências é primordial;
Orienta-se pela Pedagogia libertadora protagônica, baseada fundamentalmente na memória histórica, na identidade coletiva, na dinâmica cultural, na possibilidade entre a capacidade lógica de compreender os liames capitalistas e a valorização da participação comunitária, autoestima, autovalorização, autoconfiança e autodeterminação de sujeitos que tentam construir uma nova ordem social, econômica e cultural (GRACIANI, 2009, p. 211).

Outro aspecto que a Pedagogia Social e a Pedagogia Freireana compartilham, é a concepção da educação como práxis social transformadora. Freire não via sentido em uma educação abstrata, desenraizada da realidade social do educando, podendo somente falar em educação verdadeira e autêntica no processo educativo, desde que buscando articular dialeticamente ação-reflexão-nova ação social. Streck e Zitkoski (2010) destacam esta concepção Freireana:

Um primeiro fundamento, que Freire nos oferece sobre a possibilidade concreta de realização dessa utopia política a partir das lutas dos oprimidos e dos que se solidarizam verdadeiramente com eles, é que o ser humano é o ser da práxis, da luta e da ação do mundo. Ou seja, a intervenção no mundo é o modo essencialmente humano de existir e, por essa razão, o mundo jamais estará em plena elaboração de si mesmo. Portanto, as realidades sociais, culturais e políticas constitutivas de nosso mundo histórico são construções humanas que sempre estarão passíveis de sofrer transgressões, tanto em níveis lentos e gradativos quanto em níveis de ruptura mais profundos na estrutura fundante, que nelas produzem transformações radicais (STRECK; ZITKOSKI, 2010, p.27).

No tocante à práxis na Pedagogia Social, Graciani (2009, p. 216) destaca:

Há dois pressupostos essenciais, sem os quais essa almejada ação não poderá ocorrer. Na verdade, a metodologia da práxis nos permite olhar o educando não como uma abstração (seja ele o analfabeto, o trabalhador ou o menino de rua), mas sim no concreto da sua existência histórica, que contém um acervo de experiências, valores, medos, expectativas e conhecimentos que eles trazem para o contexto educativo. Esse deve influir necessariamente na definição, pelo educador, de onde deve ou pode partir para desencadear o processo educativo.

Os autores acima mencionados nos deixam claro a importância que atribuem à práxis em todo processo político-educativo e, conseqüentemente, do desenvolvimento das capacidades e dos potenciais de cada educando-educador para sentir, pensar e agir de forma autônoma no contexto dos grupos sociais em que vive.

Finalmente, destacamos um último aspecto semelhante entre as Pedagogias Social e Freireana: o fato de que toda educação é política. Graciani constrói este paralelo destacando inicialmente:

Foi a Pedagogia Freireana que possibilitou esta reflexão e ação junto aos mais pobres e excluídos da sociedade. Foi esta relação social educativa que permitiu aos pobres tornarem-se sujeitos políticos, pois, para Paulo Freire, toda educação é um ato político. Os excluídos contribuíram com a sua Pedagogia própria, suas crenças, valores e principalmente histórias de migração, de subsistência e sobrevivência em territórios áridos, propiciou que produzissem, não discursos abstratos e sem consistência empírica correta, mas um discurso vivo, plástico, estético e poético, baseado na vida. Discursos plenos e transbordantes de metáforas... Lêem o mundo através dos sentidos, quando apreciam um quadro, quando vêem uma multidão se manifestando, quando dizem poesias de cordel criadas no íntimo do coração (GRACIANI, 2009, p.210).

A autora complementa o seu pensamento mostrando quais aspectos de uma Pedagogia da Autonomia são necessários para que a Pedagogia Social se concretize efetivamente:

Para efetivar uma Pedagogia Social competente e conseqüente historicamente, é imprescindível: de um lado buscar conhecer a sabedoria popular, expressa em seus códigos, dramaturgia, religiosidade, produtos culturais e senso comum, base fundamental que deve servir de plataforma para ele (indivíduo, grupo, classe popular) e os intelectuais orgânicos possam chegar à hegemonia da sociedade civil no processo concomitante de sua libertação social, econômica e política (GRACIANI, 2009, p. 212).

Vale a ressalva de que não pretendíamos expor aqui uma síntese completa em torno das características que possam vir a identificar o legado educacional de Paulo Freire como pertencente à Pedagogia Social. Através de alguns aspectos pontuais, pretendíamos sim aguçar esta discussão, mostrando que o trabalho educacional de Freire trás em seu cerne a riqueza da Pedagogia Social, por mais que, na época da publicação das suas principais obras, bem como do seu processo de alfabetização popular, o termo Pedagogia Social não era explorado em sua plenitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda haja muito a ser pesquisado, conceituado e fundamentado a respeito da Pedagogia Social e da forma como esta se configura no Brasil, determinadas conclusões expressivas foram obtidas em função da pesquisa e registro escrito que esta dissertação de mestrado exigiu. Verificou-se que esta área de saber surge com inúmeras probabilidades, perspectivas e finalidades. No entanto verificou-se também o acertado entendimento de que a Pedagogia Social está atrelada primeiramente às classes sociais menos favorecidas e, por conseguinte, à educação popular. Estas constatações se deram a partir de todo um percurso da pesquisa que se embasou principalmente em levantamentos bibliográficos e busca de informações em artigos, publicações e sites da Internet.

Constatou-se que, no sistema educacional brasileiro, existe um *gap* entre o papel da escola regular e a realidade social presente. Esta fenda é, seguramente, uma área de atuação da aqui pesquisada “Pedagogia Social”. Nos dias de hoje, em vários países, existe um debate da Pedagogia Social e que na prática muito pouco se apresenta no Brasil, especialmente no que se refere a sua institucionalidade. Portanto, esta dissertação teve por objetivo geral compreender este processo de como se configura a Pedagogia Social no Brasil. Para atender este objeto de pesquisa, este trabalho fora estruturado com certa configuração histórico-espacial, a qual partiu do global para o local, dos países europeus e da América Latina para o caso específico do Brasil.

Sabe-se que, embora haja pequena experiência histórica se nos compararmos com países europeus, pioneiros no desenvolvimento desta área de saber e atuação social, no Brasil, educadores, estudiosos e autores renomados procuram debatê-la, buscando compreender principalmente como esta se configura. Através de fundamentação e teorização, há tempos atores envolvidos com educação vêm buscando encontrar o norte da Pedagogia Social em território nacional.

A Pedagogia Social, bem como a Escolar Regular, é orientada pelo processo ensino x aprendizagem, e isto, ambas têm em comum. Contudo, possuem características peculiares, oriundas do seu histórico e da forma como se

encontram inseridas no atual quadro socioeconômico brasileiro. Apesar de o Brasil vir se destacando no atual panorama da economia mundial, este ainda se depara com dificuldades básicas a serem resolvidas, pois a sua relativamente recente estabilidade e medidas econômicas não atingem todos os segmentos da sua sociedade de forma homogênea impedindo que se estabeleça uma cidadania emancipada e igualitária.

Embora posicionado pelo Banco Mundial entre as maiores economias mundiais, uma fração ínfima da sua riqueza é distribuída a milhões de brasileiros pobres ou abaixo da linha da pobreza e que sobrevivem com renda igual ou menor a do salário mínimo vigente. Esta desigualdade também é percebida nas áreas rurais, onde as propriedades de grandes latifundiários prevalecem a milhões de pequenos donos de terra, ou então aos trabalhadores sem nenhuma posse ou propriedade. Já nas áreas urbanas, a maioria esmagadora da população brasileira sobrevive às custas de precário ou limitado acesso à saúde, educação, segurança e serviços; itens básicos que podem vir a garantir uma vida digna a qualquer cidadão. No tocante à educação, nos deparamos com a conseqüentemente gerada Pedagogia da Exclusão. Cristovam Buarque afirmara em 2007 que no Brasil há escolas para quem não é pobre, para quem o é, e também para aqueles que não têm acesso algum a elas, e por isso o país está condenado à divisão da sua sociedade. Complementando a idéia de Cristovam Buarque, recorremos a Oder José dos Santos (1992) o qual constata que na sociedade há dois mundos distintos, com fins diferentes e que caminham paralelamente na civilização. Um destes mundos é composto por massivas camadas de analfabetos, crianças de ruas, viciados, detentos, entre outros; grupos que vivem à margem da sociedade, orbitando, à distância, o mundo que chamamos de ideal. A Pedagogia Social pode representar um fio de esperança para aqueles que foram e são privados dos elementos necessários para se levar uma vida digna.

Como fora mencionado, as Pedagogias Social e Escolar não se dissociam. Elas coexistem entre classes advindas de diferentes realidades socioeconômicas. Não obstante, atividades alheias à essencialidade da escola regular, a de transmitir conhecimento sistematizado, lhes é atribuída. A escola regular é

concebida pela sociedade contemporânea como uma espécie de extensão familiar. Podemos concluir então que, se nem mesmo o papel da Educação Escolar regular parece delimitado, mais difícil ainda fazê-lo no que se refere à Pedagogia Social.

A respeito do primeiro momento deste documento, foi considerado necessário, em sua introdução, compreender a essência dos processos de exclusão e inclusão social presentes na sociedade. Contemplou-se também o que autores como Libâneo (1998) e Brandão (2007) concebem a educação, o que ela abrange e como a Pedagogia Social está nela inserida. Também aproveitamos este momento introdutório para apresentar os principais autores e pesquisadores sobre Pedagogia Social. São eles europeus e também autores da América Latina, bem como os educadores brasileiros que dela vêm fazendo o seu objeto de pesquisa.

Registramos no primeiro capítulo, através de mapeamento ou o chamado Estado da Arte da Pedagogia Social, o crescente amadurecimento temático e interesse acadêmico em desenvolver estudos sobre a Pedagogia Social no Brasil.

A definição dos conceitos em torno da Pedagogia Social, e expressa no primeiro capítulo desta pesquisa intitulado “Conceituando e especificando a Pedagogia Social”, foi um desafio, haja vista a complexidade da área em questão. Entretanto, por mais que árdua, foi uma empreitada imprescindível para que pudéssemos, posteriormente, determinar qual a visão de mundo e sociedade a que suas intervenções podem estar relacionadas.

Quando mencionamos o termo Pedagogia Social, o interpretamos como a educação provida às classes menos favorecidas, e não necessariamente a ocorrida no espaço físico denominado escola. Estas classes compostas por crianças de rua, viciados, detentos, jovens em situação de risco, os componentes da 3ª idade, entre outros, podem ou não ter tido acesso à escola regular, ou em tempo regular, contudo, as contingências do mundo as impediram de freqüentá-la; ou então precisam redescobrir a sua identidade, auto-estima, lugar e propósito no mundo. Libâneo (1998) concebe a educação como sendo um conjunto de ações e processos que intervêm no desenvolvimento humano. Brandão compartilha desde pensamento e complementa afirmando que esta não ocorre somente na escola,

mas também em casa, na rua, na igreja e em outras instituições que compõe a vida em sociedade. Independentemente de onde ela possa viabilizar-se, o fato é que ela é garantida por lei, quer seja no artigo 205 da Constituição Federal, quer seja na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, ambas vigentes no país.

Mas para que possamos entender os motivos por que esta por vezes não vem a se concretizar efetivamente, fez-se pertinente, no terceiro capítulo nominado “Aspectos Históricos da Pedagogia Social Mundial”, resgatar alguns registros históricos e nos localizarmos mundialmente, buscando entender como o processo da Pedagogia Social se deu na Europa, inicialmente na Alemanha, depois na Espanha e em diferentes países, todos apresentando as suas peculiaridades. No tocante aos aspectos históricos da Pedagogia Social, compreendemos que a origem desta, na forma como a compreendemos hoje, se deu no continente Europeu, mais precisamente na Alemanha no ano de 1949 e sob responsabilidade dos professores Ette e Joubrel. Estes buscavam soluções para instruir as crianças órfãs da guerra e que necessitavam de readaptação ao sistema escolar. No entanto, na virada do século XIX e XX, Natorp já defendia a idéia de que toda pedagogia deveria ter cunho social. Paul Natorp diferia a pedagogia regular da Social definindo esta como sendo a Pedagogia da Comunidade.

No caso da Itália, após a Segunda Guerra Mundial, a Pedagogia Social apresentava cunho absolutamente extra-escolar. Hoje em dia, verifica-se a formação acadêmica dos profissionais da Pedagogia Social em uma Faculdade de Ciências em Educação na Università Pontificia Salesiana di Roma. Na França, organizada no pós 2ª Guerra Mundial, a Pedagogia Social estava atrelada à assistência e à compensação de carências sociais. Ela atuava em serviços de recuperação social e prevenção de risco na Bélgica e Holanda. A Pedagogia Social espanhola fora influenciada pelo pensamento alemão e por certos teóricos franceses.

É no decorrer dos anos 1980 que se dá o desenvolvimento das metodologias e da formação de profissionais da Pedagogia Social. Neste período ela se fortalece na Espanha e é reconhecida e regulamentada como profissão no México, Argentina, Chile, Venezuela e Uruguai. A Pedagogia Social na América

Latina está envolvida em programas relativos à educação rural, programas de participação comunitária na educação, em pesquisa participativa em ação de resgate à cultura e conhecimento popular, em defesa às comunidades indígenas, entre outros.

No caso do Brasil, Ranilce Guimarães-Iosif destaca vários períodos “de uma história de negligência e exclusão”, com aspectos remanescentes herdados destes. Conclui-se então que, se a educação nos moldes tradicionais vem historicamente sendo tratada com descaso, a que deve e pode ocorrer no terceiro setor e em espaços alternativos está execrada a um desamparo ainda maior.

Ainda que o direito de todos à educação seja claramente previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a história educacional do Brasil, conforme afirmou Cristovam Buarque, é pontuada por uma elite viciada que despreza, por descomunal egoísmo, o seu povo. Ainda prevalece o elitismo, a exclusão e a violação dos direitos da população menos favorecida, dividindo a sociedade em dois grupos distintos: os marginalizados e os privilegiados.

Após estabelecer um cenário mais preciso das classes sociais menos favorecidas no Brasil e os períodos históricos e educacionais de uma história de negligência e exclusão, buscar conceituar e especificar o que é “Pedagogia Social”, concluiu-se que a Pedagogia Social se diferencia da Pedagogia Escolar por estar relacionada aos espaços não formais de educação e por não funcionar norteada por currículos ou exigências normativas formais. Esta pesquisa nos levou à conclusão, amparados por Caliman, de tratar esta área de saber e atuação social com o título de ciência, não apenas por tentar colocar ordem e sistematizar os conhecimentos obtidos no cotidiano da práxis sócio-educativa, mas por utilizar-se de métodos de pesquisa empregados por outras ciências humanas como a Sociologia e a Psicologia. Enfim, como Caliman mesmo definiu, uma ciência pedagógica de caráter teórico prático que faz referência à socialização do sujeito. O autor a define como uma prática social e educativa não formal cuja tarefa central é a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais, ou seja, voltada àqueles socialmente desfavorecidos. Luzuriaga, por sua vez, tenta delimitar o seu foco, o seu objeto de estudo e atuação: a

educação em suas relações com a sociedade. O autor também destaca duas características essenciais da Pedagogia Social: uma de cunho descritivo e explicativo e outro axiológico e normativo.

Hans-Uwe Otto (ano) faz menção a várias vertentes que podem conceituar Pedagogia Social, atreladas não somente a anseios políticos e ideológicos, mas também a fatores sócio-econômicos e políticos, não arriscando, por isso, uma definição abalizada. Assim sendo, seria criterioso e razoável entendê-la como a pedagogia dirigida aos necessitados socialmente, cuja cidadania fora adulterada e/ ou em condições sociais conflitantes.

Esta pesquisa também nos fez concluir que Pedagogia Social pode ser freqüentemente confundida com a Assistência Social, distinguindo-se desta por interferir na educação social dos indivíduos excluídos, e garantindo a estes instrumentos educacionais para que desenvolvam a sua identidade e potencialidades.

A forma como a Pedagogia Social vem se estabelecendo no Brasil fora contemplada no quarto capítulo: “A Pedagogia Social no Brasil: da institucionalidade à atuação pedagógica”. Por trazer na sua essência funções de ajuda educativa a pessoas em condições de realidade social menos favorecida, o campo de ação da Pedagogia Social é complexo e abrangente. A maneira como ela se configura e atua no Brasil é muito extensa. Trata-se de ações educadoras via intervenção de profissionais da educação (embora não agraciados com o título de Pedagogos Sociais por não existir em território nacional um curso de formação acadêmica com este foco específico), que visam não somente a prevenção de desvios sociais, mas o resgate do cidadão desviado através do estímulo à aquisição de competências sociais adquiridas, principalmente por meio da educação. A sua perspectiva é educativa, e não meramente assistencialista.

Um dos educadores que compreendeu e praticou a essência da Pedagogia Social no terceiro setor foi Paulo Reglus Neves Freire, ao desenvolver o seu revolucionário método de alfabetização na década de 1960 e por promover os círculos de discussão de caráter libertador. A trajetória de Paulo Freire e o legado educacional por este deixado fora contemplado em “A Pedagogia Social no Brasil: do legado pioneiro de Paulo Freire à investigação da Pedagogia Social atual”.

Paulo Freire defendia uma pedagogia não autoritária cuja meta principal era a aquisição de consciência como condição mor para garantir autonomia e, conseqüentemente, a tão almejada transformação social. Embora a sua atuação educacional nunca tenha sido tratada como Pedagogia Social, buscamos aspectos comuns entre ambas, destacando a superação da atual realidade sócio-cultural, propondo uma educação libertadora, constituídas e construídas coletivamente, onde a troca de experiências é crucial. Mas como Paulo Freire nunca esteve desacompanhado nesta marcha educativa, outros atores e educadores vêm buscando atuar nas mais diversas frentes como: programas voltados à população indígena, principalmente em programas de preservação da sua cultura; programas de resgate à cultura e conhecimento popular; programas educativos de participação da comunidade envolvendo professores, pais e alunos; programas que pautam questões da terra, reforma agrária e educação rural; programas de formação política via atividades educacionais, focados nas necessidades das classes marginalizadas e cujo âmago contempla a alfabetização e conscientização para contestar as estruturas sociais dominantes; em programas educativos que buscam compreender e proporcionar a educação da infância, adolescência e juventude, do sistema penitenciário entre outros.

Descobertas pertinentes foram surgindo no decorrer do desenvolvimento deste documento. Identificou-se que as origens da Pedagogia Social no Brasil estiveram relacionadas às origens da educação popular e ao processo de democratização do ensino escolar para a população. Neste percurso histórico, chegamos ao ano de 2006, demarcado pelo lançamento do termo “Pedagogia Social no Brasil”. Conforme destacara Ribas Machado (2009, p 156.):

Por meio de congressos, jornadas, publicações, como também de criação de entidades representativas, formulação de leis, que são considerados processos que buscam a legitimação da Pedagogia Social no Brasil, é possível indicar que este movimento tende a tornar-se cada vez mais expressivo na realidade educacional brasileiro.

Como a educação é um procedimento que ocorre nos mais desiguais setores da sociedade, faz-se necessário formar educadores aptos a atuar nos mais diversos espaços. Em determinado momento da sua especial atuação educativa, Paulo Freire recomendou os educadores da nação brasileira:

"Escrevam pedagogias e não sobre pedagogias", instigando-os a desenvolver métodos e técnicas amoldadas e ajustadas para lidar com a diversidade, e por que não dizer dessemelhança da população brasileira, de suas experiências e diferenças socioeconômicas. Uma Pedagogia Social faz-se então imprescindível para dar conta destes paradigmas e padrões instituídos, para atender demandas e necessidades dos novos sujeitos sociais trazidos à luz pelas transformações sociais e inscritos na Constituição Federal de 1988, tais como a Doutrina da Proteção Integral, a elevação da criança e do adolescente à condição de sujeitos sociais, a perspectiva da inclusão social e a necessidade de se valorizar as experiências individuais e respeitar a diversidade cultural, étnica e de gênero que marcam a população brasileira.

Conclusivamente, é crucial registrar que o processo que envolveu esta pesquisa, e que acabou por gerar a, foi absolutamente gratificante. Tivemos a oportunidade não só de ter acesso aos complexos processos que envolvem a educação, mas de desenvolver uma visão crítica a respeito desta, e em especial da Pedagogia Social. No fechamento deste trabalho fazemos a ressalva que a Pedagogia presente no Brasil não pode ficar imune às presentes demandas sociais, buscando refletir sobre a sua finalidade neste quadro atual e de que forma ela possa vir a atuar com os sujeitos que nele se encontram. Refletindo sobre estes sujeitos e nas suas buscas por melhores condições de vida, nos deparamos com a Pedagogia Social, contribuindo efetivamente neste processo de transformação social, embasada, como já apontara o mestre Paulo Freire, em uma postura crítica e conscientizadora.

REFERÊNCIAS

<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11153int.rtf>. acessado em 02 de maio de 2013

http://www.pedagogiasocial.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=34 acessado em 04 de agosto de 2012.

<http://pedagogiasocial.incubadora.fapesp.br/portal/a-pedagogia-social/> acessado em 30 de abril de 2013.

<http://pedagogiasocial.incubadora.fapesp.br/portal> acessado em 30 de abril de 2013.

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo> acessado em 30 de abril de 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas educacionais**: à procura de novos significados. Campinas: Educação e Sociedade, 2010.

BAÜMLER, Andreas J. (1933) in Díaz, André Soriano, **Uma Aproximação à Pedagogia – Educação Social**, p.95, 2006.

BEGHIN, Nathalie (2008). **Notes on Inequality and Poverty in Brazil**. OXFAM International, London, England: 2008.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular – A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2010. In: CARMO, Luciano do. **Revista da Educação – História da Pedagogia 4**. São Paulo: Editora Segmento, 2010.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas, educação e exclusão social**. RS: Editora Unijuí, 2003.

BONETI, Lindomar Wessler. **Exclusão e Inclusão Social – teoria e método**. Contexto e Educação. RS: Unijuí, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. RS: Editora Unijuí, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da Educação Fundamental ao Fundamental da Educação**, São Paulo: CEDES, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **A pobreza da riqueza**. Disponível em: WWW.portalbrasil.eti.br/reportagem_cristovam.htm, 2007. Acesso em 11 de abril de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB)**, Brasília, 1996.

CALIMAN, Geraldo. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Pedagogia Social na Europa** (Itália). In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006. São Paulo: Proceedings online. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100015&lng=en&nrm=abn, acesso em abril de 2011.

CALIMAN, Geraldo. **A Avaliação de Programas Sócioeducativos**. Brasília: Universa, 2007.

CALIMAN, Geraldo. A Pedagogia Social na Itália. (2008) In: SOUZA NETO, João Clemente de. et.al **Pedagogia Social**. São Paulo. Expressão e Arte Editora. 2009.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. In: **Revista de Ciências da Educação**- UNISAL – Americana/SP, 2010.

CAMBI, F.; OREFITE. M. Il proceso formativo. **Interpretazione e progettazione pedagogica**. Nápoles: Zignori. 1996.

CAMORS, Jorge. A Pedagogia Social na América Latina. In: SOUZA NETO, João Clemente de. et. al **Pedagogia Social**. São Paulo. Expressão e Arte Editora, 2009.

CAMORS, Jorge. **A Pedagogia Social no Diálogo Educação Popular**. Sociedade Ibero-americana de Pedagogia Social, 2009.

COELHO, Rodrigues Ludmar in [http://www.logisticadescomplicada.com/brasil-6%C2%AA-potencia-economica-no-ranking-do-pib-mundial/DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS](http://www.logisticadescomplicada.com/brasil-6%C2%AA-potencia-economica-no-ranking-do-pib-mundial/DECLARAÇÃO%20UNIVERSAL%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS). (1948). Organização das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Acessado em 08 de julho de 2013.

DÍAZ, Andrés Soriano. **Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social**. Revista Lusófona de Educação, Universidade de Granada, Espanha: 2006.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1995.

FERREIRA JÚNIOR, Amarília; BITTAR. Educação e Capitalismo Periférico Globalizado. **Revista Ser Social**. Brasília: SER/UnB, PP. 153-194, 1999.

FICHTNER, Bernard. Pedagogia Social e o Trabalho Social na Alemanha. (2006) In: João Clemente de. **Pedagogia Social**. São Paulo. Expressão e Arte Editora. 2009.

GENTILLI, Pablo; ALENCAR, C. **Educar na Esperança em Tempos de Desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua**. São Paulo, Cortez, 2001.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua**. São Paulo, Cortez, 4º volume, 2005.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **A Pedagogia Social no trabalho com Crianças e Adolescentes em situação de Rua**. In: MOURA, Rogério, NETO, João Clemente Souza e SILVA, Roberto da. (orgs). **Pedagogia Social**, Expressão e Arte Editora, 2009.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil**, Brasília: Liber Livro, 2009.

HUIDOBRO Garcia. Canções da Noite. 1988 In: **HOMENAGEM A VICENTE HUIDOBRO NO 40º ANIVERSÁRIO DE SUA PARTIDA 1º de dezembro de 1988**.

Brasília: Embaixada do Chile, Academia Brasiliense de Letras, Instituto Cultural Brasil-Chile, 1988.

KRIECK, Ernest (1932) in DÍAZ, Andrés Soriano. Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social. **Revista Lusófona de Educação**, Universidade de Granada, Espanha: 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LOUREIRO, Manuel e CASTELEIRO, Stevan. **Pedagogia Social em Portugal**. 2008. In: MOURA, Rogério, NETO, João Clemente Souza e SILVA, Roberto da. (orgs). **Pedagogia Social**, Expressão e Arte Editora, 2009.

LYRA, Carlos. **As Quarenta Horas de Angicos: Uma Experiência Pioneira de Educação**. São Paulo. Cortês, 1996.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Pedagogia Social e Política**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Diálogos e Fronteiras com a educação não-formal e educação sócio-comunitária. **Revista Ciências da Educação**. São Paulo: Unisal, 2008.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Reflexões e Diálogos Necessários. In: NETO, João Clemente Souza, SILVA, Roberto da. e MOURA, Rogério, (orgs). **Pedagogia Social**, Expressão e Arte Editora, 2009.

MBARGA, Gervais e FLEURY, Jean-Mark. Lição 05 – **O que é ciência?** – Curso on-line de jornalismo científico: 2009.

MORAES, Cândida Andrade de. **Por uma Pedagogia Social: Práticas Pedagógicas em Escolas para Jovens em Privação de Liberdade**. Bahia: UFBH, 2011.

NATORP, Paul. (1899) **Pedagogía Social: teoria de la educación de la voluntad**. Madrid, La Lectura, 1913.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOHL, Herman 1935, In ARROYO, Miguel. **Qué es la Pedagogia Social?** Bordón, 1985.

SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério. (org) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a Exclusão**. Pelotas, Ed. Seiva, 2004.

ORTEGA, J. Esteban. **Educación social especializada**. Barcelona: Ariel, 1999.

OTTO, Hans-Uwe, Origens da Pedagogia Social, 2009. In: SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério (org). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

PAIVA, Jacyara Silva de. **Educação de rua: (im)possibilidades de inclusão**. 2005. Acessado em 31/03/2011 em <file:///F:/opinioao.asp.htm>.

PETRUS, Antonio. **Pedagogia Social**. Barcelona: Ariel, 1997.

QUINTANA, J.M. (1988). In MACHADO, Evelcy Monteiro. **A Pedagogia Social: Diálogos e Fronteiras com a educação não-formal e educação sócio-comunitária**. Revista Ciências da Educação. São Paulo: Unisal, 2008.

QUINTANA, J.M. **Pedagogia Social**. Madrid: Dikyson. 1989.

QUINTANA, J.M. **Los âmbitos profesionales de La animación**. 1993.

QUINTANA, J.M. **Pedagogia Social**. Madrid: Dikyson in RIBAS MACHADO, Érico, 2010

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e Educação Social. In: SOUZA NETO, João Clemente de. et al (org) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora. 2009.

RIERA, Romaní J. **Concepto, formación y profesionalización Del educador social, El trabajador social e El pedagogo social**. Valencia: Nau Libres, 1998.

SANTOS, Oder José dos. **Pedagogia dos Conflitos Sociais**. Universidade do Texas: Editora Papyrus, 1992.

SANNA, Ryyänänen. **A Pedagogia Social na Finlândia e o Contexto Brasileiro**. In: SOUZA NETO, João Clemente de. et al (org) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora. 2009.

SCARPA, P. e CORRENTE, M. La dimensión europea del educador/a social. In: **Pedagogía Social**. Sevilla: Calamar. Nº 14, 2006.p. 63-74. (tradução do quadro de Roberto da Silva)

SERRANO, Glória Pérez. **Educación Social, Construcción Científica**. Madrid, Espanã: Editora Marcea, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª edição. São Paulo: Editora Cortez. 2000.

SOUZA NETO, João Clemente. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

STRECK, Danilo Romeu; ZITKOSKI, Jaime José. Teses Centrais da Pedagogia Freireana. In: **História da Pedagogia** – Paulo Freire. São Paulo: Editora Segmento, 2010.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o Ensino Médio**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

TORIO LOPÉZ. **La Pedagogia Social em España**. Gedisa Editorial, 2009.

VILAS-BOAS, Renata Malca. **Ações Afirmativas e o Princípio de Igualdade**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.